

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ –
UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO – PGDRA
MESTRADO**

**A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA
NA ECONOMIA DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO -
PR**

TOLEDO
2020

VANDERLEI MARIUSSI

**A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA
NA ECONOMIA DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO -
PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Rippel
Coorientador: Prof. Dr. Valdir Antonio Galante

Toledo
2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Mariussi, Vanderlei

A agricultura familiar e sua importância na economia da microrregião de Toledo - PR / Vanderlei Mariussi; orientador(a), Ricardo Rippel; coorientador(a), Valdir Antonio Galante, 2020.

108 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2020.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural. 3. Valor da produção agropecuária. I. Rippel, Ricardo. II. Galante, Valdir Antonio. III. Título.

VANDERLEI MARIUSSI

**A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA
NA ECONOMIA DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO -
PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Rippel
Universidade Estadual de Oeste do Paraná
(Orientador)

Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Jr
Universidade Estadual de Oeste do Paraná

Prof.Dr. Miguel Angelo Perondi
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Toledo, 25 de novembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta caminhada, faz-se necessário prestar a devida e justa homenagem.

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelo dom da vida, pela saúde física e mental, mesmo com minhas limitações e fraquezas.

À minha família, meus queridos pais, Diamantino Otelho e Iracema, pelos ensinamentos ao longo da vida, com seus exemplos e sua dedicação em educar os filhos no reto caminho. À minha esposa Cristiane e a meus amados filhos, João Paulo Otelho e José Ricardo, pela compreensão da ausência e pelo apoio nos momentos difíceis.

Aos amigos, pelas palavras de apoio, pelo companheirismo e pela ajuda na caminhada.

Ao estimado professor Antulio José Azevedo, dos idos tempos de colégio agrícola, que além de ensinar nos instigou a questionar.

Ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar–Emater / IDR-Paraná, minha gratidão pela oportunidade em realizar o curso de mestrado.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, exemplo de excelência em educação pública, pela possibilidade de participar do Programa de Pós-Graduação.

Ao meu orientador, professor Ricardo Rippel, e aos demais professores do programa pela atenção, pela paciência, pelo zelo e pela compreensão.

Aos agricultores, razão desta pesquisa; à agricultura de onde vêm minhas raízes, onde realizo meu trabalho, meu grande orgulho.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio nas atividades acadêmicas nos cursos de Pós-Graduação.

MARIUSSI, V. **A agricultura familiar e sua importância na economia da microrregião de Toledo - PR.** 2020. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como tema a agricultura familiar e sua importância na economia da microrregião de Toledo – PR, que é composta por vinte e um municípios e tem a agropecuária como uma de suas principais fontes de renda, devido à elevada produção e ao alto nível de tecnologia aplicada. A região foi colonizada a partir de meados da década de 1940, com um grande número de pequenas propriedades, conferindo a ela um perfil diferenciado no meio rural. O objetivo do presente trabalho foi apontar as principais cadeias produtivas exploradas pela agricultura familiar e mensurar a importância econômica e produtiva da agricultura familiar na microrregião no período 2016/2017. O estudo caracteriza-se por uma abordagem que envolve o uso de métodos tanto quantitativos quanto qualitativos e o banco de dados foi composto por informações do relatório anual (2017) do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), por informações do Censo Agropecuário 2017 (IBGE) e por informações do Banco Central. Os resultados apontam que, no caso do cultivo de grãos (milho e soja), a agricultura familiar responde por pouco mais de 30% da produção total; em relação às atividades de suínos e aves, que necessitam de um maior investimento e de um maior volume de mão de obra, a agricultura familiar e a não familiar se equiparam; no caso de atividades que necessitam de intenso uso de mão de obra e que podem ser desenvolvidas em terrenos adversos, como fruticultura, hortaliças e produção de leite, a participação da agricultura familiar é mais expressiva. Foi possível verificar que a agricultura familiar, embora com maior número de estabelecimentos, quando se considera apenas o valor da produção, é menor do que a agricultura não familiar, mas ainda assim ela detém importância econômica e social na região.

Palavras-chave: agricultura familiar; desenvolvimento rural; valor da produção agropecuária.

MARIUSSI, V. **Family agriculture and its importance in the economy of the micro-region of Toledo – PR.** 2020. 108 f. Dissertation (Master in Regional Development and Agribusiness) State University of Wester Paraná – UNIOESTE, Toledo, 2020.

ABSTRACT

This research has the theme of family farming and its importance in the economy of the microregion of Toledo - PR, which is composed of twenty-one municipalities and one of its main sources of income is agriculture, due to the high production and the high level of applied technology. The region was colonized from the mid-1940s, with many small properties, which gives it a different profile in rural areas. The objective of the present workpaper was to point out the main productive chains managed by family farming and to measure the economic and productive importance of family farming in the microregion in the period 2016/2017. The study is characterized by an approach that involves the use of both quantitative and qualitative methods and the database was composed of information from the annual report (2017) of the Gross Value of Agricultural Production (GVP), information from the 2017 Agricultural Census (IBGE) and information from the Central Bank. The results show that concerning grain cultivation (corn and soybeans), family farming accounts for over 30% of total production; about swine and poultry activities, which require greater investment and a greater volume of labor, family and non-family farming are similar; regarding activities that require intensive use of labor and activities that can be developed in adverse terrains, such as fruit, vegetables and milk production, the participation of family farming is more expressive. It was possible to verify that, although family farming has a larger number of establishments, considering only the value of production, family farming is lower than non-family farming, but it still has economic and social importance in the region.

Key-words: family farming; rural development; value of agricultural production.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Localização da Fazenda Britânia no Oeste do Paraná | 19 |
| Figura 2 – Divisão da Fazenda Britânia no início da década de 1950..... | 20 |
| Figura 3 – Municípios da microrregião de Toledo | 47 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Participação em porcentagem das principais cadeias produtivas..... | 56 |
| Gráfico 2 – Comparação de número de estabelecimentos x área..... | 65 |
| Gráfico 3 – Cadeias produtivas de milho e soja na microrregião de Toledo 2017..... | 68 |
| Gráfico 4 – Cadeia produtiva de leite na microrregião de Toledo 2017..... | 70 |
| Gráfico 5 – Cadeia produtiva de suínos na microrregião de Toledo 2017..... | 72 |
| Gráfico 6 – Cadeia produtiva de aves na microrregião de Toledo 2017..... | 74 |
| Gráfico 7 – Principais cadeias produtivas da microrregião de Toledo 2017 (%) | 76 |
| Gráfico 8 – Operações de crédito pecuário na microrregião de Toledo 2017 | 79 |
| Gráfico 9 – Operações de crédito agrícola na microrregião de Toledo 2017 | 80 |
| Gráfico 10 – Valores dos produtos agropecuários da microrregião de Toledo 2017. | 84 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Comparativo de indicadores da produção agrícola (cereais, frutas, óleos vegetais e leguminosas), da produção de carnes (bovina, suína e de frangos) e da população do Brasil e do mundo, de 1961 a 2012..... | 29 |
| Tabela 2 – Municípios que compõem a microrregião de Toledo | 46 |
| Tabela 3 – Principais cadeias produtivas do VBP 2017 da microrregião de Toledo . | 54 |
| Tabela 4 – Valor dos demais produtos que compõem o VBP 2017 da microrregião de Toledo | 55 |
| Tabela 5 – Principais cadeias produtivas do VBP 2017 dos municípios da microrregião de Toledo | 58 |
| Tabela 6 – Número de estabelecimentos agropecuários | 64 |
| Tabela 7 – Área dos estabelecimentos agropecuários..... | 64 |
| Tabela 8 – Cadeias produtivas de milho e soja na microrregião de Toledo 2017 | 66 |
| Tabela 9 – Cadeia produtiva de leite na microrregião de Toledo 2017 | 68 |
| Tabela 10 – Cadeia produtiva de suínos na microrregião de Toledo 2017 | 71 |
| Tabela 11 – Cadeia produtiva de aves na microrregião de Toledo 2017 | 72 |
| Tabela 12 – Valores em Reais - Principais cadeias produtivas da microrregião de Toledo 2017 | 75 |
| Tabela 13 – Valores das operações de crédito rural da microrregião de Toledo- ano safra de 2016/17 | 77 |
| Tabela 14 – Produtos agropecuários da microrregião de Toledo ano de 2017 | 82 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|------------|--|
| BACEN | Banco Central do Brasil |
| CAR | Cadastro Ambiental Rural |
| DAP | Declaração de Aptidão ao Pronaf |
| DERAL | Departamento de Economia Rural |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| FAO | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDR | Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| IPARDES | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social |
| LPC | Lei de Proteção de Cultivares |
| MCR | Manual de Crédito Rural |
| MODERFROTA | Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos e Colheitadeiras |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRONAMP | Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural |
| SAF | Secretaria da Agricultura Familiar |
| SEAD | Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário |
| SEAB | Secretaria de Agricultura e Abastecimento |
| SIDRA | Sistema IBGE de Recuperação Automática |
| VBP | Valor Bruto da Produção |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | PROBLEMA DA PESQUISA E JUSTIFICATIVA..... | 17 |
| 2.1 | Problema de Pesquisa | 17 |
| 2.2 | Justificativa..... | 18 |
| 2.3 | Objetivos | 22 |
| 2.3.1 | Objetivo geral | 23 |
| 2.3.2 | Objetivos específicos..... | 23 |
| 3 | REVISÃO DE LITERATURA..... | 24 |
| 3.1 | História da Agricultura Familiar no Brasil | 24 |
| 3.1.1 | Conceito de agricultura familiar | 32 |
| 3.2 | Propriedade da Agricultura Familiar..... | 34 |
| 3.2.1 | Gestão da propriedade | 34 |
| 3.2.2 | Agricultura familiar como ferramenta de desenvolvimento | 35 |
| 3.3 | Cadeias Produtivas | 36 |
| 4 | METODOLOGIA..... | 44 |
| 4.1 | Área de Abrangência da Pesquisa | 45 |
| 4.2 | Procedimentos..... | 48 |
| 5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES | 51 |
| 5.1 | Principais Cadeias Produtivas | 51 |
| 5.2 | Número de Estabelecimentos e Área da Agricultura Familiar..... | 63 |
| 5.3 | Propriedades que Exploram as Principais Atividades | 66 |
| 5.3.1 | Cadeias produtivas de milho e soja..... | 66 |
| 5.3.2 | Cadeia produtiva de leite | 68 |
| 5.3.3 | Cadeia produtiva de suínos | 70 |
| 5.3.4 | Cadeia produtiva de aves | 72 |
| 5.4 | Valores das Principais Atividades | 74 |
| 5.5 | Crédito Rural..... | 76 |
| 5.6 | Valores dos Produtos Agrícolas da Agricultura Familiar e Não Familiar na Microrregião..... | 81 |
| 6 | CONCLUSÕES | 85 |
| | REFERÊNCIAS..... | 89 |

| | |
|--|------------|
| ANEXOS | 101 |
| Anexo A – Principais produtos do VBP 2017 dos municípios da microrregião de Toledo..... | 102 |

1 INTRODUÇÃO

Muito se debate sobre a importância econômica das pequenas propriedades rurais e seu papel no desenvolvimento de uma região, como questões de geração de renda, de emprego e de segurança alimentar. Bem se sabe sobre as dificuldades que esses agricultores enfrentam dadas suas pequenas áreas para exploração, como a falta de maquinário próprio, a dificuldade de acesso ao crédito, a falta de assistência técnica e a inserção nos mercados. Para fazer frente a essas dificuldades, o Governo Federal ao longo dos anos implementou uma série de políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que têm por objetivo facilitar o acesso do Agricultor Familiar ao crédito e ao mercado e, com isso, ampliar suas possibilidades de sucesso em suas atividades (BIANCHINI, 2015).

Ainda, segundo Bianchini (2015), essas ações por parte do Governo Federal, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida dessas famílias, consistem em ações que vão ao encontro de uma série de transformações mais profundas que estão ocorrendo e modificando a estrutura social e econômica da sociedade, tais como a busca por alimentos mais saudáveis por parte da população, a oportunidade de conseguir recursos financeiros para fomentar a produção, a inserção de novas tecnologias e a integração dos sistemas de produção bem como, em alguns casos, a sua verticalização. Esse processo de mudança está influenciando os espaços rurais e, também, suas populações.

Berdegú e Reardon (2001), falando sobre mundo rural e a produção agropecuária, mediante a economia e a globalização, destacam os seguintes pontos: com a globalização, houve a abertura de novos mercados, de consumidores e fornecedores, acelerando os processos de trocas de produtos e acirrando a competitividade. Nesse movimento, grandes cadeias agroalimentares surgiram com condições de monopolizar a produção e a comercialização em escala mundial, as quais podem restringir a participação dos pequenos produtores nesses processos comerciais.

Já para Goodman e Watts (1997), é importante destacar também as mudanças que ocorreram nos sistemas de produção com o aparecimento de novos processos através do desenvolvimento tecnológico, como biotecnologias e

engenharia genética. Assim, nesse novo rural, devem-se levar em consideração as mudanças no processo de produção, que passaram a constituir um encadeamento dos vários setores envolvidos, desde o fornecimento de máquinas e insumos até a comercialização, possibilitando a estabilização da renda das famílias, que antes viam na atividade agrícola uma complementação da sua renda e que tinham que buscar fora da propriedade outra forma de ganho; com esta estabilização, os filhos não precisam mais deixar o meio rural para trabalhar (OCDE, 1996; GRAZIANO DA SILVA; 1999; ECHEVERRIA, 2001).

Nesse novo contexto, também muda o papel do Estado e de suas instituições que atuam no meio rural; pois o estado, que até então desenvolvia tudo de forma centralizada, passa a trabalhar com parcerias e ações descentralizadas, valorizando inclusive a participação da sociedade civil nessas ações (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2004).

Dessa forma, a dimensão ambiental no contexto da produção agrícola, bem como o uso dos recursos naturais de forma sustentável, que antes eram vistos como temas de pouca significância e que tinham sua discussão efetuada por grupos minoritários, passam a ser tratados como importantes fatores de competitividade, com um forte apelo à ampliação do consumo, passando a ser uma vantagem econômica competitiva e até mesmo um pré-requisito para obter financiamentos. Diante dessas várias transformações produtivas, sociais, ambientais e econômicas, muitos autores passaram a preconizar a busca por novas formas de pensar sobre a abordagem e o enfoque para o meio rural, em particular sobre a agricultura familiar e os diferentes modos de vida nesse meio (ABRAMOVAY, 2000).

Tanto que, para Ellis (1998; 2000; 2001), o desenvolvimento rural pode ser visto como um conjunto de iniciativas que visam gerar impactos importantes na melhoria da qualidade de vida das populações, ampliando suas perspectivas de renda e sua condição social; o que pode ser garantido através de uma série de ações, iniciativas e estratégias; seja por parte dos próprios agricultores, seja por parte do Poder Público. Assim, essa nova concepção de agricultura confronta o conceito negativo de que a produção agrícola está ligada à degradação ambiental, ao aumento da pobreza e, também, à concentração de riqueza, criando um novo conceito no qual o produtor rural é responsável pelo desenvolvimento e pela sustentabilidade ambiental, social, econômica e até mesmo cultural.

Nesse contexto, a agricultura familiar possui muitas iniciativas para o seu desenvolvimento, dentre as quais cabe ressaltar o PRONAF como uma das principais, pois esse possibilita o acesso ao crédito com taxas diferenciadas e condições que permitem ao agricultor familiar desenvolver suas atividades dentro de um mercado cada vez mais competitivo.

No entanto, faz-se necessário um amplo debate sobre a importância da agricultura familiar dentro do setor produtivo agrícola; verifica-se que os estudos desenvolvidos em cooperação pela FAO/INCRA, que foram coordenados por Guanzioli et al. (2000), constituem-se alguns dos principais marcos de referência para os estudos da agricultura familiar no Brasil. Isso porque o pesquisador buscou caracterizar, localizar e dimensionar a agricultura familiar dentro do país, contribuindo para o melhor entendimento das diferenças que existem e auxiliando no processo de criação e de instalação de políticas públicas voltadas para esse setor respeitando suas diferenças.

Destarte, o presente estudo se fundamenta e se baseia no conceito de agricultura familiar adotado por pesquisadores do mundo todo ao longo de vários anos: em que se considera agricultura familiar aquela desenvolvida com gestão da própria família, que possui de forma total ou parcial os meios de produção, desenvolvendo uma produção diversificada que gera renda e serve para o consumo próprio, além da mão de obra ser essencialmente familiar.

Ademais, sobre a questão da criação desses postos de trabalho na agricultura familiar, Veiga (2001), em seu texto “O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento”, demonstra que, do total de 5.507 municípios do Brasil, 4.485 eram basicamente rurais, e que neles vivem cerca de 51,6 milhões de habitantes. O texto alerta para o fato de que uma política de produção especializada no agronegócio, embora possa maximizar a capacidade de competição, pode reduzir o número de postos de trabalho em muitos municípios, sendo necessária, nestes casos, a diversificação dessas economias começando pelo próprio setor agrícola, com sistemas de integração de produção de grãos, animais e floresta.

Portanto, fortalecer a agricultura familiar é o mesmo que preservar os postos de trabalho, ao mesmo tempo em que se criam riquezas para a região. Outro conceito importante quando se fala em desenvolvimento é o capital humano, com um pressuposto de que o indivíduo não é apenas um meio de produção, mas a finalidade

de todo o processo, tendo uma relação direta com o desenvolvimento em suas dimensões, econômicas, sociais e ambientais (VEIGA, 2001).

Nesse sentido, é importante lembrar que no meio ambiente que envolve a agricultura familiar existe uma rede de apoio formada por diversas organizações: igrejas, sindicatos, clubes de futebol, cooperativas e associações, que podem se caracterizar como importante capital social, envolvendo a área em que se verifica que a coesão dessas redes possibilita a formação de ações que podem ser coletivas e permitam um maior acesso à informação, ao conhecimento e ao empoderamento político.

Percebe-se então que, ao longo da história do Brasil, as políticas públicas voltadas ao setor agrícola tinham por base uma política agrícola muito mais centrada no econômico do que nos campos social, cultural e ambiental. Porém, nos últimos anos, o Estado brasileiro tem modificado gradativamente essas políticas para inserir no sistema produtivo as menores unidades agropecuárias do país, as ditas unidades familiares rurais, especialmente com a criação do PRONAF em junho de 1996, por meio do decreto 1.946, que se constitui em uma iniciativa de resposta à dificuldade de se modernizar a agricultura brasileira, sem deixar de fora o grande contingente de pessoas envolvidas no cenário da agricultura familiar.

Para Graziano da Silva (1999), muitas das atividades que são consideradas como novas no meio rural já eram praticadas há muito tempo pelas famílias que ali residem, mas anteriormente não tinham importância econômica. Não obstante, hoje são sistemas de produção viáveis e que podem produzir um efeito importante de desenvolvimento quando explorados de forma ordenada. É o caso das atividades de produção: de frutas, de flores, de verduras, da criação de peixes, de pequenos animais, de pesque-pague, da fabricação de conservas, de queijos e de embutidos, entre outras ocupações e produções que acabaram se tornando uma importante fonte de renda e de geração de empregos no meio rural nacional. Ainda segundo o autor, o rural brasileiro não pode mais ser visto apenas com suas atividades de produção agrícola, pecuária e agroindustrial.

Apesar desse panorama, o termo Agricultura Familiar é de uso recente no Brasil, pois anteriormente se utilizavam expressões como pequena produção, produção de baixa renda, agricultura não comercial ou agricultura de subsistência. Isso revela o tratamento dado a esse segmento do setor produtivo rural, relegado apenas à condição de importância social, mas sem nenhuma expressão econômica.

Nessa direção de análise, diversos trabalhos científicos surgiram, os quais contradizem essa falta de expressão econômica, ressalta-se a importante contribuição dos estudos franceses de Servolin (1972) e Gervais et al. (1976) que indicaram que a agricultura das sociedades mais avançadas não se apoiava no modelo característico do Brasil, com grandes extensões de terra e uso de trabalho assalariado. O ponto em comum do crescimento agrícola das importantes nações e seu sucesso econômico se baseia em unidades familiares de produção.

No Brasil, vários trabalhos científicos foram realizados mostrando a capacidade que a agricultura familiar tem de absorver novas tecnologias e de participar de mercados dinâmicos, contrariando a ideia criada que a associa a uma imagem caricata de subdesenvolvimento.

Destarte, a grande presença de unidades produtivas familiares, geralmente, constitui-se um estímulo à diversificação de iniciativas nos outros setores da economia e às modalidades de crescimento que possibilitam a redistribuição da renda. Isso ocorre, uma vez que, quando surgem novas atividades que demandam mão de obra para produzir, criam-se oportunidades de novos postos de trabalho que podem ocupar a mão de obra ociosa, fazendo com que a população local tenha um incremento na sua renda. Ademais, a manutenção dessas unidades familiares também se configura de grande importância para evitar o esvaziamento do campo e a concentração de terras (EHLERS 1999).

2 PROBLEMA DA PESQUISA E JUSTIFICATIVA

2.1 Problema de Pesquisa

Atualmente, muito se discute sobre a agricultura familiar no Brasil, uma vez que ela se contrapõe à agricultura de larga escala, caracterizada pelas grandes propriedades e pelo emprego da mão de obra assalariada ou volante.

Então, para Schneider (2003), essa discussão tem ganhado legitimidade junto a diversos movimentos sociais e órgãos de Governo, embora estudos estejam ocorrendo de forma tardia, se comparados aos países desenvolvidos, que há muito já tratam o tema com mais profundidade, como os Estados Unidos, que iniciaram estudos sobre o tema na década de 1940, e a Europa, que iniciou na década de 1960 (SERVOLIN, 1972; GERVAIS et al., 1976).

Veiga (1992), analisando a questão, indica que os estudos sobre desenvolvimento econômico convergem para a conclusão de que a desconcentração da riqueza é o principal alicerce para um crescimento sustentado. Esse fato é confirmado com o maior desenvolvimento verificado nos municípios onde a agricultura familiar é mais desenvolvida, pois o potencial de manter postos de trabalho já existentes ou gerar novos postos de trabalho é muito maior nela do que na agricultura patronal (EHLERS, 1999).

De acordo com a EMBRAPA (2014), com base nos dados do IBGE para o ano de 1996, em termos de Brasil, essa forma de produção envolvia 14 milhões de pessoas, o que representava 60% da força de trabalho no setor agrícola nacional, na qual os pequenos estabelecimentos rurais somavam 75% do número de propriedades rurais do país, cerca de 25% das terras agricultáveis nacionais, que são responsáveis pela geração de 35% da produção agropecuária brasileira, além da produção de uma grande diversidade de alimentos, principalmente os que formam a base da alimentação da população do país.

Dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE apontam que 3,9 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, que representam 77% dos estabelecimentos, são da agricultura familiar, que totalizam 80,9 milhões de hectares ou 23% da área dos estabelecimentos agropecuários no país; a agricultura familiar envolve 10,1 milhões de pessoas na atividade, 67% de todo pessoal ocupado no setor agropecuário, e

responde por 23% de toda a produção agropecuária brasileira, destacando que a região Sul do Brasil é a que tem a maior participação da agricultura familiar no valor da produção agropecuária, 37%.

O Brasil vem, ao longo das últimas cinco décadas, estruturando uma série de políticas agrícolas com incentivos e subsídios, buscando sustentar essa forma de produção com uma agricultura moderna e eficiente, com aumentos de produção e produtividade.

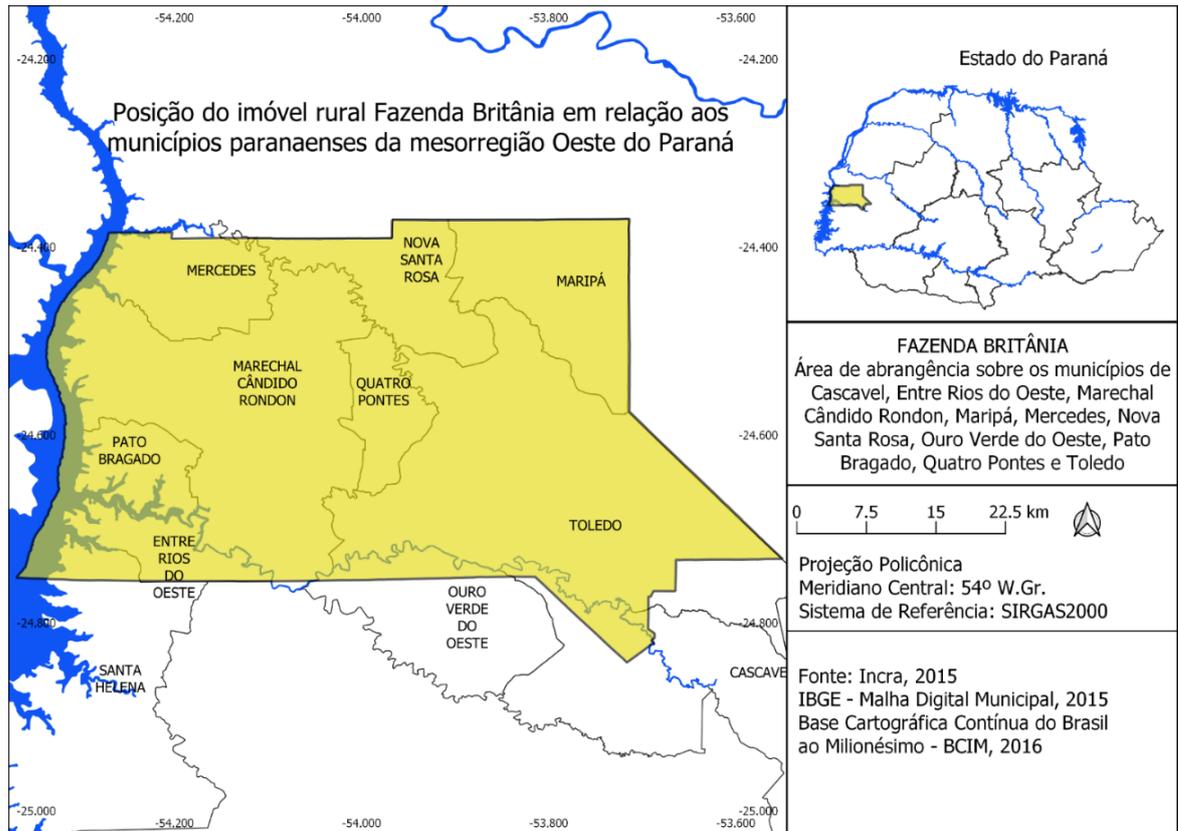
Mediante isso, o problema desta pesquisa consiste em avaliar a importância econômica e produtiva da Agricultura Familiar na microrregião de Toledo, no Oeste do Paraná, dimensionando, desta forma, esse setor.

2.2 Justificativa

Rippel (2005), quando fala da ocupação do interior do Paraná, que se iniciou em meados do século XVII, divide esse processo em três ondas de ocupação, definindo os contornos regionais do estado. A primeira onda ocupa o litoral, passando por Curitiba e chegando aos campos do Centro Sul, e é denominada de fluxo lusitano, no qual as principais atividades agrícolas foram a pecuária, a extração de madeira e a erva mate, realizadas em grandes propriedades. A segunda onda, intitulada pelo autor de fluxo paulista, ocupou o Norte do estado por volta de 1940, buscando as terras férteis para produção, principalmente de café. Na sequência, ocorreu a terceira onda, que povoou o extremo Oeste e o Sudoeste do Paraná, diferentemente das ocupações anteriores, que se baseavam em grandes propriedades ou na monocultura, nesse movimento de ocupação, o povoamento e a colonização das áreas se deram voltadas à policultura e à criação de suínos, desenhando um rural marcado pela pequena propriedade familiar.

Um fato importante sobre a colonização da região Oeste do Paraná foi a compra da fazenda Britânia pela empresa Colonizadora Maripá, em 1946, com uma área de 124.000 alqueires de terras férteis, que eram até então exploradas para a produção de madeira pela empresa inglesa *Compania de Maderas del Alto Paraná*. A fazenda Britânia, conforme a Figura 1, estava localizada na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai e ocupava boa parte dos municípios que atualmente fazem parte da microrregião de Toledo (RIPPEL, 2005).

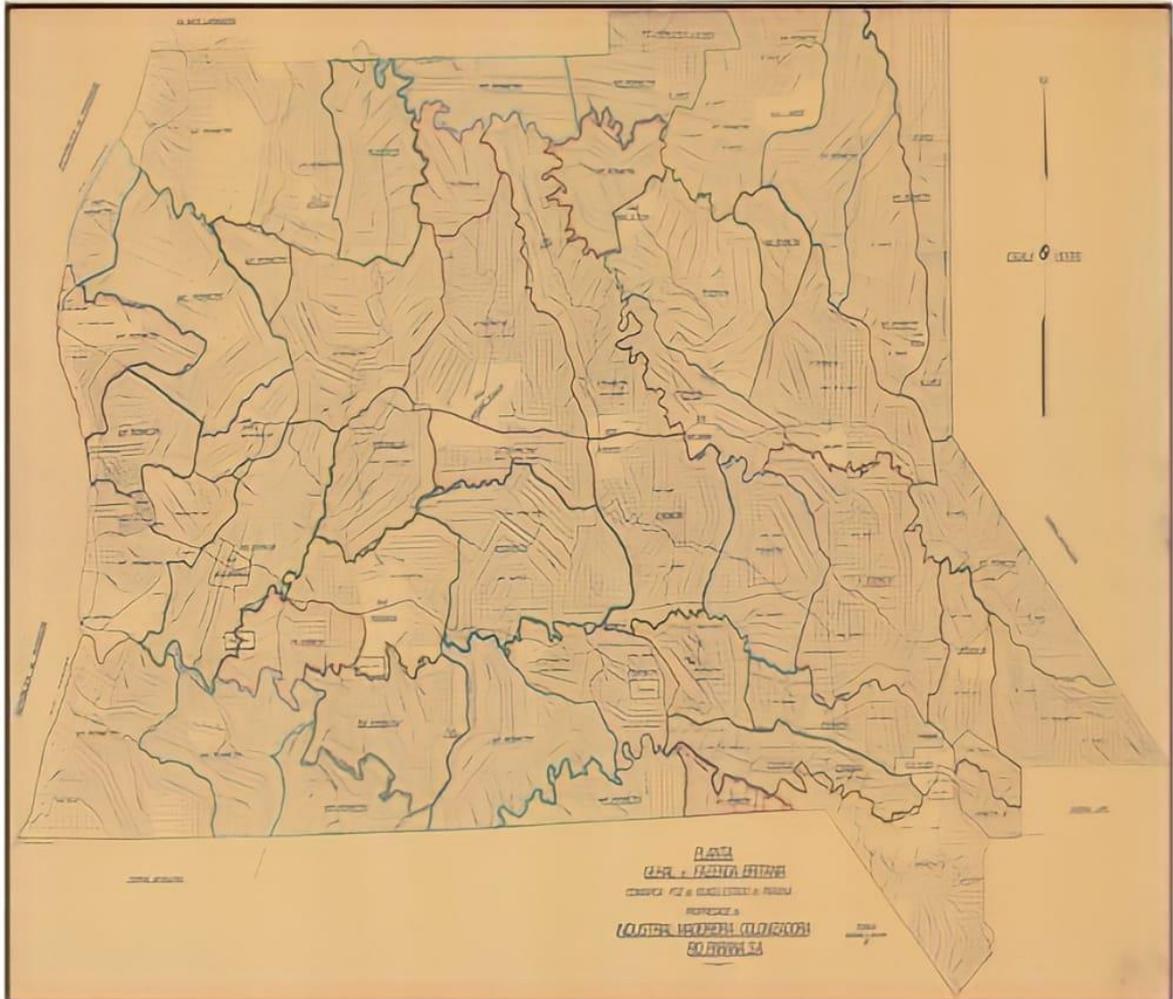
Figura 1 – Localização da Fazenda Britânia no Oeste do Paraná



Fonte: Rippel, 2018, p. 09.

Smaniotto (2016), em seu trabalho sobre a ocupação e a modernização do Oeste do Paraná, lembra que a política adotada pela empresa Colonizadora Maripá e seus acionistas com relação à venda das terras da fazenda Britânia para aumentar seus lucros era vender pequenos lotes de terra com cerca de 10 (dez) alqueires (Figura 2). Isso possibilitou o deslocamento para a região de pequenos produtores rurais, principalmente do Sul do Brasil, acostumados com o plantio de culturas diversas e com a criação de animais, dando oportunidade para que famílias com diversos membros adquirissem vários pequenos lotes, aumentando rapidamente a população rural da região. Além de ser formada por agricultores, a região passou a contar também com marceneiros, carpinteiros e ferreiros, entre outras profissões, criando dessa forma um perfil diferenciado no interior e com as características típicas da agricultura familiar.

Figura 2 – Divisão da Fazenda Britânia no início da década de 1950



Fonte: Museu Histórico Willy Barth, Toledo – PR.

Rippel et al. (2019) cita que os 21 municípios que compõem a microrregião de Toledo, que se localiza na mesorregião Oeste do Paraná, tiveram sua ocupação por imigrantes que buscavam novas oportunidades de exploração de terras, sendo o ápice desse movimento as décadas de 1950 e 1960, inicialmente com a exploração de madeira e depois com produtos agrícolas e pecuários.

Conforme dados abaixo da microrregião de Toledo, é possível comprovar a informação dos autores acima citados. Segundo as seguintes informações do Banco de Dados do Estado do Paraná para o ano de 2017: a microrregião de Toledo representa uma área de 4,77% do estado, mesmo assim possui cerca de 6% dos estabelecimentos rurais, sendo o maior produtor de aves (14,03%), suínos (46,82%), milho (16,01%) e soja (9,62%) e terceiro maior rebanho de vacas ordenhadas (6,65%), atrás das microrregiões de Francisco Beltrão e Guarapuava, e também terceiro maior

produtor de leite (8,06%), atrás das microrregiões de Francisco Beltrão e Ponta Grossa (IPARDES, 2019).

Ainda, para comprovar o bom desenvolvimento da região com o modelo de exploração de pequenas propriedades rurais com a integração dos sistemas de produção, pode-se observar o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, que aponta que, dos vinte e um municípios que compõem a microrregião de Toledo, sete deles estão entre os quarenta melhores IDHs do estado; Quatro Pontes (3º), Marechal Candido Rondon (7º), Palotina e Toledo (9º), Entre Rios do Oeste (17º), Maripá (21º) e Pato Bragado (37º) (IPARDES, 2019).

Para Caume (2009), quando se fala em produção agropecuária, refere-se a um processo econômico, que evolui ao longo da história e está ligado às atividades tradicionais e a outros setores da economia, com uma multiplicidade de atores como agricultores, fabricantes de máquinas, comerciantes, armazenadores e transformadores. Isso faz do agronegócio um sistema que integra diversas atividades. Essas atividades, por suas vezes, são desenvolvidas por diferentes formas sociais de produção, quer sejam agricultura familiar, quer sejam agricultura empresarial.

Quando se fala do setor produtivo da agropecuária, pode-se, com base na atual legislação brasileira, dividi-lo em dois segmentos basicamente: a agricultura familiar e a não familiar. Até a década de 90, a agricultura familiar era tida como agricultura de subsistência, de pequena escala e relacionada à condição de pobreza rural. Somente com os estudos de Guanziroli e Cardim (2000), apresentou-se um novo retrato do setor moderno e eficiente e se percebeu o quanto o segmento é importante para o desenvolvimento brasileiro, Guanziroli et al. (2011); segundo os autores, a partir da década de 1990, momento no qual esse segmento produtivo nacional passou a ser reconhecido, graças a sua categoria social e produtiva, foram criadas políticas públicas específicas para ele (caso do PRONAF). Até então, o apoio para produzir no setor por parte dos governos era, em sua maioria, voltado para as médias e grandes propriedades rurais brasileiras, restando pouco ou nenhum aporte para as pequenas propriedades (ESQUERDO-SOUZA; BERGAMASCO, 2015).

A partir de então, teve início uma relevante transformação que possibilitou a esses agricultores melhores oportunidades de desenvolvimento. Assim, quando se pensa em desenvolvimento econômico, existem duas vertentes que tentam defini-lo: uma que destaca o crescimento como desenvolvimento e outra que defende o crescimento como uma das condições indispensáveis para tanto, mas não a única,

Souza (2012). Este autor aponta que desenvolvimento econômico pode ser definido pelo crescimento econômico contínuo em ritmo superior ao crescimento demográfico, o que envolve mudanças estruturais melhorando os indicadores econômicos, sociais e ambientais.

Para Brue (2006), o desenvolvimento econômico pode ser traduzido quando ocorre melhoria no padrão de vida das pessoas. Ressalta-se que o desenvolvimento econômico não ocorre ao mesmo tempo, em todos os locais e na mesma intensidade, mas, quando o processo é desencadeado, acaba fortificando as regiões mais dinâmicas e que terão uma maior possibilidade de crescimento (LIMA; SIMÕES, 2010). Quando se fala em desenvolvimento local, é preciso lembrar que esse processo é desencadeado pelos agentes locais, partindo de ações inovadoras e aproveitando as potencialidades locais. Isso resulta em um desenvolvimento que pode ser duradouro se forem dadas as oportunidades sociais e de competitividade da economia local, aumentando dessa forma a renda (BUARQUE, 1999). Trabalhos de pesquisa, como o de Bergamasco (1993); Abramovay et al. (1996); Carvalho e Kuhn (1999); e Otani et al. (2001), demonstram a importância de se avaliar a agricultura familiar, no âmbito de estados e municípios, como uma atividade específica que contribui no processo de desenvolvimento local.

Diante disso e dado esse panorama, este trabalho de pesquisa justifica-se pela importância de se realizar um diagnóstico desse setor na microrregião, em função de sua relevância.

2.3 Objetivos

A região Oeste teve uma dinâmica própria na sua ocupação, diferente do restante do estado e foi a última região do Paraná a ser ocupada.

Segundo Rippel (2005), essa ocupação deu-se fundamentalmente via atividades agrícolas realizadas em pequenas propriedades com intensivo uso de força de trabalho das famílias. Porém, com o transcorrer do tempo e o surgimento de novas tecnologias, esse cenário se modificou e a produção dessas propriedades passou a ter um uso mais intensivo dessas tecnologias, o que acabou gerando um grande desemprego no campo, levando ao êxodo rural na região na década de 1980 (IPARDES, 2019).

Apesar disso, nas três microrregiões que compõem a mesorregião Oeste do Paraná, a microrregião de Toledo é a que possui a maior porcentagem de população na área rural. Segundo dados do Censo do IBGE de 2010, a população total da mesorregião Oeste do Paraná é de 1.147.496 habitantes, desses, 158.398 residem na área rural, 13,80% da população total; a microrregião de Cascavel, que tem um total de 478.202 habitantes, possui 16,07% residindo na área rural. Na microrregião de Foz do Iguaçu, o total de habitantes é de 368.583, destes, 29.426 ou 7,98% vivem no meio rural. Já a microrregião de Toledo tem um total de 300.711 habitantes e uma população rural de 52.105, ou seja, 17,33% do total da microrregião.

Segundo o Censo Agropecuário 2017 (tabela 6884 – IBGE 2020), o total de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agrícolas da microrregião de Toledo é de 51.511, destes, 34.480 ou 66,94% estão nas propriedades da agricultura familiar.

2.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é realizar a caracterização da agricultura familiar e de suas cadeias produtivas nos municípios da microrregião de Toledo, Oeste do Paraná, no período de 1º de outubro de 2016 até 30 de setembro de 2017 para as informações do Censo Agropecuário do IBGE, e de 1º de julho de 2016 a 31 de junho de 2017, período seguindo o ano safra ao invés do ano civil para as demais informações, com o objetivo de conhecer a realidade da agricultura familiar na microrregião de Toledo e a sua importância no âmbito da produção agropecuária.

2.3.2 Objetivos específicos

- Mensurar a importância econômica e produtiva da agricultura familiar na microrregião de Toledo no ano safra 2016/2017;
- Apontar as principais cadeias produtivas exploradas pela agricultura familiar na microrregião de Toledo no período 2016/2017.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Podemos entender a agricultura como a atividade que é responsável pela produção de, primariamente, alimentos, mas também de fibras, energia, matéria-prima para construção, entre outros bens; e que vem desenvolvendo ao longo da história técnicas que possibilitaram a ocupação e a exploração das diversas regiões buscando o aumento da produção. Com o surgimento da indústria, bem como a expansão das cidades, a agricultura precisou se modernizar utilizando para isso a inovação tecnológica com o objetivo de manter sua eficiência produtiva. No Brasil, essas inovações tecnológicas criaram uma agricultura altamente mecanizada, mas que depende de capital para implantação.

O tema tem relevância a partir da busca em compreender qual o papel desempenhado pela agricultura familiar, tendo em vista a produção agrícola e a geração de renda. Dessa forma, essa revisão de literatura busca tratar sobre a agricultura familiar no Brasil, com suas diversas conceituações na literatura acadêmica e também por parte dos órgãos de governo.

3.1 História da Agricultura Familiar no Brasil

Uma empresa familiar pode ser caracterizada como sendo de capital aberto e com suas origens ligadas a uma mesma família há pelo menos duas gerações, mantendo seus membros na administração dos negócios (GRZYBOVSKI; TEDESCO, 1998). De acordo com Panzutti (2005), as primeiras citações do termo “Agricultura Familiar” surgem no século XVIII, momento no qual aconteceu uma evolução gradativa da agricultura no continente europeu, ocorrendo com um número pequeno de grandes propriedades que ocupavam um vasto número de empregados e, na sequência, essa estrutura foi sendo modificada e foi surgindo, então, uma nova condição com pequenas propriedades que se adaptaram às dimensões para que o trabalho fosse realizado com a mão de obra da família.

Para Altafin (2007), o termo Agricultura Familiar não é novo, mas há pouco tempo passou a ser usado, fazendo parte das propostas de governos e sendo discutido em movimentos sociais e meios acadêmicos. Segundo Silva e Mendes

(2009), a agricultura familiar pode ser caracterizada pela relação entre propriedade, trabalho e laços familiares com diferenças regionais.

Para todos os autores acima citados, a agricultura familiar tem forte relação com os fatores terra, família e trabalho e com a gestão e a mão de obra basicamente sendo realizadas pelos membros das famílias. No Brasil, o conceito de agricultura familiar, com a ideia de pequenas propriedades sendo exploradas pela própria família, foi regulamentada ainda na década de 1960, com a Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, que rezava no seu artigo 4º, inciso II:

‘Propriedade Familiar’, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. (BRASIL, 1964, p. 49).

O modo de vida que o produtor e sua família levam também pode interferir nesse conceito. Sobre isso, Altafin (2007) aponta duas correntes de pensamento: uma delas que vê a produção da propriedade familiar dentro de um contexto histórico, muito ligado a terra e às tradições, com uso de baixa tecnologia e mantendo uma relação basicamente de subsistência. A outra corrente leva em consideração uma agricultura familiar forte e voltada para o mercado, com a incorporação das mais modernas tecnologias e de sistemas de produção, com alta eficiência e mantendo com a terra um conceito de produção com base no capitalismo.

Rippel et al. (2010) apontam que a ocupação do interior do território brasileiro foi feita com base em grandes explorações, com a plantação de produtos com preços elevados para sustentar a política mercantilista da Europa e gerar um grande acúmulo de capital para os grandes proprietários de terra; ao passo que a pequena propriedade rural, sem condições de capital e aparato técnico para ingressar nas atividades de interesse mercantil, passaram a produzir bens para a sua subsistência.

Para Schneider (1994), depois da Segunda Guerra Mundial, ocorreram grandes mudanças nos diversos setores produtivos e isso incluiu também a agricultura, que teve que ser reestruturada dentro de uma nova configuração mundial e com novas tecnologias, com mudanças mais significativas por volta da década de 1970, possibilitando, dessa forma, o surgimento de uma agricultura familiar mais eficiente.

Contraopondo isso, Silva e Mendes (2009) afirmam que o processo de modernização no setor rural do Brasil favoreceu apenas a agricultura empresarial, fazendo com que essa se tornasse competitiva e com ganhos de escala, mas criando uma série de problemas sociais e econômicos para os pequenos agricultores que ficaram à margem desse processo de modernização. Corroborando, Petinari et al. (2004) apontam que o processo de modernização, pelo qual passou a agricultura brasileira, teve início na década de 1960 e foi fortemente marcado pela mudança da base técnica de produção das propriedades, em que os avanços, a modernização e a mecanização ficaram alinhados às grandes propriedades que se expandiram. E, nessa época, muitos pequenos proprietários se viram encurralados pelos grandes estabelecimentos. Assim, sem o apoio por parte do governo, acabaram vendendo suas propriedades e buscando novas oportunidades no meio urbano, o que caracteriza o êxodo rural.

Já nos anos 1970, as mudanças que estavam ocorrendo na agricultura brasileira eram estudadas tendo como parâmetros as mudanças ocorridas no setor agrícola dos países desenvolvidos, levando-se em consideração os resultados positivos e também os negativos. Tais mudanças eram calçadas na mecanização com redução do uso de mão de obra, na utilização de sementes selecionadas e no amplo uso de insumos químicos, com o objetivo de aumentar a produção e de ampliar a produtividade, ocorrendo então uma forte integração entre a agricultura, a indústria e o comércio, formando, assim, os complexos agroindustriais.

Vieira Filho (2014) faz um breve histórico sobre a transformação pela qual passou a agricultura brasileira, de modo geral, entre as décadas de 1960 a 2014, momento esse em que é possível verificar a grande transformação pela qual a agricultura brasileira passou. Para melhor compreender esse processo, o autor divide esse período em três momentos. O primeiro momento se refere à década de 1960 até meados da década de 1970; o segundo tem início em meados da década de 1970 e vai até o início da década de 1990; e o terceiro e último momento vai do início da década de 1990 até 2014.

Primeiro momento (1960-1970): em 1960, a produção da soja alcançou a importância econômica de destaque no Sul do país; em 1965, a grande produção de suínos e aves acabou criando uma demanda por farelo de soja, como fonte de proteína vegetal na alimentação animal. Foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) pelo Governo Federal, em 1965. Em 1973, foi criada a Empresa

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), fundamental para a pesquisa agropecuária no país.

Segundo momento (1970-1990): foi criada, em 1975, a Embrapa Soja, no Estado do Paraná, região que é pioneira no cultivo de grãos; além da criação do Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool). O programa previa a substituição de combustível fóssil, derivado do petróleo, por álcool combustível; foram realizadas pesquisas buscando a adaptação de mudas e sementes resistentes ao clima mais seco e quente dos cerrados. Tais pesquisas foram fundamentais para expansão da fronteira agrícola no Brasil em direção ao Centro-Oeste e para a promoção do manejo integrado de pragas (MIP). No início da década de 1980, em pesquisas desenvolvidas pela Embrapa, desenvolveu-se a tecnologia de inoculação de bactérias (que captam o nitrogênio do solo) na semente de soja, permitindo o crescimento da produção com menor uso de fertilizantes. Com o aumento da escala produtiva no Centro-Oeste, promoveu-se a mecanização facilitada pela característica do terreno (planaltos) e pelo baixo custo da terra.

Terceiro momento (1990-2014): ocorreu intenso uso do plantio direto, com aumento da qualidade das sementes; forte transformação institucional da economia brasileira, com a abertura de mercado e estabilização monetária (Plano Real); criação de programas de financiamento e de investimento na segunda metade da década de 1990 (PRONAF e Moderfrota). Em 1995, foi criada a Medida Provisória de Biossegurança, que foi promulgada e atualizada em 2005. Em 1997, criou-se a Lei de Proteção de Cultivares (LPC). A partir de 2002, houve forte crescimento da economia internacional, puxada, principalmente, pelo crescimento das economias emergentes, o que demandou maior consumo de alimentos. Em 1997, verificou-se o primeiro plantio de soja geneticamente modificada. A legalização do plantio de cultivares geneticamente modificados ocorreu no ano de 2003 para a soja; para o algodão, ocorreu em 2005; e, para o milho, em 2008. Houve, ainda, a segunda expansão da fronteira agrícola em direção à região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e a adoção de práticas agrícolas de precisão, no intuito de aumentar a eficiência no uso de recursos produtivos.

Na Tabela 1, apresentada abaixo, há um comparativo histórico de alguns índices de produtividade agrícola com medida em quilos por hectare e em quilos por animal, da produção em milhões de toneladas e da área colhida em milhões de

hectares, no Brasil e no mundo, em quatro momentos distintos: 1961, 1975, 1990 e 2012; bem como uma comparação do crescimento da população brasileira e mundial.

Foram calculadas as taxas de crescimento desses indicadores para a produção agrícola (cereais, frutas, óleos vegetais e leguminosas) e para a produção pecuária (carne bovina, suína e de frangos) para os três períodos distintos (1961-1975, 1975-1990 e 1990-2012).

A partir destes dados, é possível fazer algumas considerações: com relação à produtividade nos três períodos, podemos dizer que no geral o Brasil apresentou uma taxa crescente, com exceção das leguminosas, para o ano de 2012, a produtividade brasileira foi acima da produtividade mundial. Já para os indicadores de produtividade por hectare no restante do mundo, foi decrescente ou sem tendência específica.

A segunda observação é que, entre os anos 1975 e 1990, o Brasil passou a ter indicadores de produtividade e crescimento acima dos indicadores mundiais.

A última consideração leva em conta o crescimento da produção frente ao crescimento da população. Como o Brasil apresenta um crescimento de produção agrícola maior que o crescimento populacional e aumenta sua produção acima dos seus concorrentes, o país se move para uma posição de importador de alimentos para uma posição de exportador de alimentos, transformando-se em um ofertante estratégico de produtos de origem agropecuária.

Tabela 1 – Comparativo de indicadores da produção agrícola (cereais, frutas, óleos vegetais e leguminosas), da produção de carnes (bovina, suína e de frangos) e da população do Brasil e do mundo, de 1961 a 2012

| Região | Variável | Escala de medida | Item | Ano | | | | Taxa de crescimento | | |
|--------|---------------|--------------------|-----------------|-----------------|----------|----------|----------|---------------------|-----------|-----------|
| | | | | 1961 | 1975 | 1990 | 2012 | 1961–1975 | 1975–1990 | 1990–2012 |
| Brasil | Produtividade | KG/ha | Cereais | 1.346,3 | 1.358,8 | 1.755,1 | 4.584,5 | 0,1 | 1,6 | 4,3 |
| | | | Frutas | 12.396,2 | 12.655,7 | 12.974,1 | 16.499,9 | 0,1 | 0,2 | 1,1 |
| | | | Óleos vegetais | 178,2 | 225,9 | 293,3 | 492,6 | 1,6 | 1,6 | 2,3 |
| | | | Leguminosas | 3.779,2 | 7.636,0 | 14.002,1 | 23.163,6 | 4,8 | 3,9 | 2,2 |
| | | Kg/animal | Carne de boi | 191,7 | 187,6 | 182,9 | 231,5 | -0,1 | -0,2 | 1,0 |
| | | | Carne de porco | 66,7 | 67,0 | 84,0 | 96,3 | 0,0 | 1,4 | 0,6 |
| | | | (0,1 g/animal) | Carne de frango | 10.000,0 | 11.000,0 | 13.462,9 | 21.998,1 | 0,6 | 1,3 |
| | Produção | t (em milhões) | Cereais | 15,0 | 26,2 | 32,5 | 89,9 | 3,8 | 1,3 | 4,5 |
| | | | Frutas | 6,9 | 13,6 | 29,8 | 38,4 | 4,7 | 5,0 | 1,1 |
| | | | Óleos vegetais | 0,6 | 2,4 | 4,1 | 13,3 | 10,1 | 3,5 | 5,2 |
| | | | Leguminosas | 2,1 | 3,1 | 5,6 | 11,1 | 2,9 | 3,7 | 3,0 |
| | | | Carne de boi | 1,4 | 2,2 | 4,1 | 9,3 | 3,1 | 4,1 | 3,6 |
| | | | Carne de porco | 0,5 | 0,8 | 1,1 | 3,5 | 2,4 | 2,0 | 5,3 |
| | | | Carne de frango | 0,1 | 0,5 | 2,4 | 11,5 | 10,3 | 9,7 | 7,1 |
| | Área | ha (em milhões) | Cereais | 11,17 | 19,31 | 18,51 | 19,61 | 3,7 | -0,3 | 0,3 |
| | | | Frutas | 0,56 | 1,08 | 2,30 | 2,33 | 4,5 | 4,8 | 0,1 |
| | | | Óleos vegetais | 3,18 | 10,63 | 14,09 | 27,06 | 8,4 | 1,8 | 2,9 |
| | | | Leguminosas | 0,54 | 0,41 | 0,40 | 0,48 | -1,8 | -0,1 | 0,7 |

Continua...

Continuação

| Região | Variável | Escala de medida | Item | Ano | | | | Taxa de crescimento | | |
|--------------------------|---------------|------------------|-----------------|----------|----------|----------|----------|---------------------|-----------|-----------|
| | | | | 1961 | 1975 | 1990 | 2012 | 1961–1975 | 1975–1990 | 1990–2012 |
| Mundo | Produtividade | KG/ha | Cereais | 1.347,3 | 1.907,0 | 2.753,1 | 3.619,2 | 2,3 | 2,3 | 1,2 |
| | | | Frutas | 7.104,8 | 8.568,0 | 8.584,3 | 11.252,2 | 1,3 | 0,0 | 1,2 |
| | | | Óleos vegetais | 226,7 | 292,0 | 407,3 | 632,9 | 1,7 | 2,1 | 1,9 |
| | | | Leguminosas | 9.374,5 | 11.980,8 | 14.683,9 | 19.313,3 | 1,6 | 1,3 | 1,2 |
| | | Kg/animal | Carne de boi | 160,1 | 187,8 | 208,5 | 213,6 | 1,1 | 0,7 | 0,1 |
| | | | Carne de porco | 65,8 | 66,4 | 75,8 | 78,3 | 0,1 | 0,8 | 0,1 |
| | | (0,1 g/animal) | Carne de frango | 11.486,9 | 12.248,0 | 13.027,9 | 15.521,9 | 0,4 | 0,4 | 0,8 |
| Mundo (exceto Brasil) | Produção | t (em milhões) | Cereais | 858,0 | 1.329,5 | 1.917,3 | 2.455,1 | 3,0 | 2,3 | 1,1 |
| | | | Frutas | 168,2 | 252,9 | 323,3 | 598,2 | 2,8 | 1,5 | 2,7 |
| | | | Óleos vegetais | 25,2 | 39,2 | 71,4 | 164,2 | 3,0 | 3,8 | 3,7 |
| | | | Leguminosas | 220,5 | 286,4 | 461,0 | 1.095,1 | 1,8 | 3,0 | 3,8 |
| | | | Carne de boi | 26,3 | 41,6 | 48,9 | 54,0 | 3,1 | 1,0 | 0,4 |
| | | | Carne de porco | 24,2 | 40,9 | 68,4 | 105,7 | 3,6 | 3,3 | 1,9 |
| | | | Carne de frango | 7,4 | 15,9 | 33,1 | 81,3 | 5,2 | 4,7 | 4,0 |
| | Área | ha (em milhões) | Cereais | 636,8 | 691,6 | 689,7 | 683,6 | 0,6 | 0,0 | 0,0 |
| | | | Frutas | 24,1 | 30,0 | 38,8 | 54,2 | 1,5 | 1,6 | 1,5 |
| | | | Óleos vegetais | 110,4 | 131,9 | 171,4 | 253,5 | 1,2 | 1,7 | 1,7 |
| | | | Leguminosas | 23,2 | 23,8 | 31,4 | 56,8 | 0,2 | 1,8 | 2,6 |
| Brasil | População | Milhões | | 75,0 | 108,2 | 149,6 | 198,7 | 2,5 | 2,0 | 1,2 |
| Mundo (exceto Brasil) | | Bilhões | | 3,0 | 3,6 | 5,2 | 6,9 | 1,2 | 2,3 | 1,2 |

Fonte: Vieira Filho, 2014, p. 402-403.

Na história recente do Brasil, a agricultura familiar passou a ter lugar de destaque no cenário social e produtivo, tendo sido objeto de estudo e também de uma série de políticas públicas por parte do governo, cabe ressaltar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996 através do Decreto 1.946 de 28 de junho daquele ano pelo Governo Federal. O principal objetivo do PRONAF é promover o desenvolvimento dos agricultores familiares e o aumento de sua capacidade de produção e competitividade, bem como gerar mais postos de trabalho e renda (BRASIL, 1996), e ofertar crédito para custeio e investimento de forma mais simples e com juros subsidiados.

Segundo Pires (2013), os créditos de custeio atendem às atividades relacionadas aos ciclos de produção, entressafra, armazenamento e comercialização dos produtos agropecuários dos empreendimentos rurais. Enquanto isso, os créditos de investimento estão ligados aos ativos que têm como objetivo o aumento e a modernização dos empreendimentos, como aquisição de máquinas e equipamentos, bem como a construção de instalações. Desde sua criação até o ano de 2002, o PRONAF passou por várias mudanças, sendo a principal o fato de deixar de fazer parte do Ministério da Agricultura, passando a incorporar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretária de Agricultura Familiar. Promoveu-se, dessa forma, uma centralização das atividades ligadas ao setor, bem como uma maior visibilidade do programa e da agricultura familiar (ALEIXO et al.,2007).

Os autores acima ainda lembram as várias mudanças ocorridas ao longo do tempo no programa. Entre elas, pode-se citar o fato de que as linhas de financiamento do PRONAF eram proibidas de serem utilizadas quando o objetivo era a cultura do fumo e também a inclusão de atividades não agrícolas, mas desenvolvidas na propriedade, como o artesanato e turismo rural. No livro Vinte Anos de PRONAF, Bianchini (2015) aponta a grande diversidade de linhas de crédito que surgiram no programa como Pronaf Jovem, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Agroindústria, entre outros. Para Pereira e Nascimento (2014), a implementação do PRONAF foi de suma importância para reduzir a distância que existia entre o potencial produtivo das diversas cadeias e a produção efetiva da agropecuária brasileira, levando as propriedades rurais, ora esquecidas, a uma nova realidade de empreendimento.

Para Junqueira e Lima (2008), não apenas o crédito rural diferenciado, mas também a assistência técnica, a pesquisa e as diversas formas de associativismo

possibilitaram à agricultura familiar se desenvolver frente aos novos padrões de consumo, sendo peça-chave no desenvolvimento integrado e sustentável em uma escala local, tomando por base o território dos municípios.

3.1.1 Conceito de agricultura familiar

No Brasil, a pequena propriedade se dá por definição de leis que regulam o uso da terra e por políticas públicas para o setor, isso está ligado ao tamanho da propriedade, bem como à capacidade de geração de renda do pequeno agricultor (TALASKA; ETGES, 2013). De acordo com o INCRA (2016), a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, que trata da regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, no seu artigo 4º, conceitua como pequena propriedade aquele imóvel cuja área não ultrapasse quatro módulos fiscais (BRASIL, 1993).

Cabe ressaltar que, além do conceito de módulo fiscal, existe também o conceito de módulo rural, segundo o INCRA (2008), a diferença entre os dois termos está no objeto a que se aplica: para o módulo rural se calcula cada imóvel em separado e sua área reflete o tipo de exploração a qual se usa de forma predominante, levando em consideração ainda a região onde está localizado o imóvel. Já o módulo fiscal é estabelecido tomando como único parâmetro o tamanho da propriedade que é dada em hectares, o módulo fiscal varia de tamanho para cada município ou região e visa refletir a área média dos módulos rurais desses municípios ou regiões. Para a microrregião de Toledo, o tamanho do módulo fiscal é de 18 (dezoito) hectares.

Pode-se conceituar a agricultura familiar como sendo aquela em que a gestão da propriedade está sendo manipulada pelos indivíduos que possuem laços de sangue entre si ou através do casamento, sendo que as terras pertencentes à família possivelmente irão passar de pai para filho e que esses serão os responsáveis em dar sequência à sobrevivência da agricultura familiar e à cultura rural.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, p. 1)

Para Abramovay et al. (1998, p.9):

Agricultura familiar, assim denominado o setor da agricultura em que os gerentes ou administradores dos estabelecimentos rurais são também os próprios trabalhadores rurais, é o maior segmento em número de estabelecimentos rurais do país, e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas.

Segundo Gonçalves e Souza (2005), pode-se definir agricultura familiar como aquela que possui no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de extensão de terras e onde a mão de obra utilizada é a do agricultor e de sua família, que eventualmente utiliza trabalho de terceiros.

Há de se ressaltar que a expressão Agricultura Familiar foi substituindo lentamente outras expressões, como pequeno produtor ou agricultor de subsistência, principalmente depois da consolidação do PRONAF, como importante instrumento de geração de renda e emprego, institucionalizando e delimitando, dessa forma, o grupo de produtores sob essa definição.

Posteriormente, a agricultura familiar foi tema de estudos e trabalhos acadêmicos quando os cientistas sociais fizeram a proposta de promover sustentação para a expressão. Neste sentido, Veiga (1991) e Abramovay (1992) demonstraram em seus estudos, no tocante ao desenvolvimento agrário em sociedades com um capitalismo avançado, contrariando as previsões, que se mantiveram enquanto tipo social de forma predominante as formas de produção com gestão e trabalho familiar no meio rural.

Outrossim, um projeto da *Food and Agriculture Organization* (FAO) juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi coordenado por Guanzioli (1994), esse se propôs a demonstrar de forma correta o âmbito da agricultura familiar brasileira e incentivou uma série de debates em várias regiões do Brasil, fortalecendo a nova expressão que designa o conjunto de pequenos produtores rurais (GUANZIROLI et al., 1999; GUANZIROLI; BASCO 2010).

Assim, a partir da segunda metade da década de 90 e com o aporte financeiro do PRONAF, a expressão se consolidou no Brasil. Na perspectiva social, a agricultura familiar representa uma grande fonte geradora de empregos, atuando também no abastecimento de alimentos do país.

3.2 Propriedade da Agricultura Familiar

3.2.1 Gestão da propriedade

O termo gestão normalmente é associado ao conceito de administração. Para Maximiano (2009), as expressões têm o mesmo significado, que quer dizer: um processo dinâmico para tomar decisões de como utilizar os recursos disponíveis frente às situações, para alcançar os objetivos.

Os empreendimentos rurais ficam sujeitos a muitos fatores, a maioria deles sem o controle do agricultor, como, por exemplo, clima, políticas públicas, políticas econômicas, novos hábitos alimentares e novas tecnologias de produção. Esses fatores e a forma como o empreendimento é gerido vão influenciar o resultado econômico final (COSTA et al., 2015).

Para Patriarca e Francis (2003), o conhecimento e a capacidade de se adaptar aos novos mercados, levando em consideração os fatores que influenciam, podem direcionar como é feita a gestão. Isso possibilita um aproveitamento mais amplo e racional dos recursos disponíveis melhorando os resultados. Conforme sua característica própria, as propriedades são geridas pelos membros da família, buscando as melhores estratégias para se manter e crescer na agricultura familiar, mas isso não é feito de forma sistematizada.

Batalha et al. (2005) apontam que isso é o reflexo da falta de sensibilização dos produtores e dos técnicos que os atendem. Isso reforça a ideia de que o agricultor eficiente na gestão é aquele que realiza as tarefas dentro da sua propriedade, de forma especial as ligadas à produção. Com a modernização das atividades ligadas ao setor produtivo rural e com a saída de grande parte da população do campo em direção às cidades, aconteceu também a diminuição do conceito de agrário no interior do Brasil. Apoiando essa ideia, Carvalho (2007) relata que as atividades produtivas

no campo foram deixando de ser atrativas para os jovens, que acabaram buscando empregos no meio urbano.

Segundo Spavenello (2008), esse deslocamento de pessoas reduziu as características agrícolas de muitos municípios, pois, na maioria dos casos, apenas as pessoas de mais idade permaneceram no meio rural, gerando um processo de envelhecimento e masculinização dessas áreas. Isso acaba acarretando outro problema para manutenção do empreendimento. Silvestro et al. (2001) citam que o processo de sucessão dessas propriedades é quase inexistente, o que tem como consequência a venda das pequenas propriedades, que são anexadas a grandes fazendas.

3.2.2 Agricultura familiar como ferramenta de desenvolvimento

Para Melo (2004), o agronegócio brasileiro tem ganhado força e destaque no cenário mundial. Estudos feitos por Guilhoto et al. (2006) demonstram que no período de 1995 até 2003 a agricultura familiar teve uma participação importante na geração de riqueza do país. Os autores acima citados apontam ainda que a agricultura familiar limita seu crescimento pela falta de terras e de recursos financeiros e pelo menor nível tecnológico.

Para contradizer isso, Schmitz e Mota (2007) apontam que, apesar da baixa importância econômica frente à agricultura empresarial, a agricultura familiar se apresenta como uma alternativa de desenvolvimento. Essa ideia é apoiada por Oliveira e Ribeiro (2002) que indicam que locais com agricultura familiar expressiva têm importância social e econômica.

Segundo Abramovay (2000), quando se fala em desenvolvimento para a agricultura familiar, é preciso observar as particularidades de cada região, levando em consideração as cadeias produtivas com maior potencial, respeitando a identidade e a diferenciação dessas regiões.

Oliveira (2001), analisando a questão, aponta que o desenvolvimento deve ocorrer a partir de uma visão local e histórica. Para Milani (2004), o desenvolvimento é um conjunto de atividades políticas, econômicas, sociais e culturais que participam de uma proposta que visa à transformação da realidade local. Já Companhia e Silva (2000) argumentam que o desenvolvimento pode ser entendido como um processo

de construção do coletivo, aproveitando as oportunidades locais, no aspecto econômico, para a inserção no mercado.

Mediante esse amplo panorama de discussões, verifica-se que as diversas experiências que buscaram o desenvolvimento ocorreram de diferentes formas, em distintos locais: na América Latina, na América do Norte e na Europa, cada uma tendo uma trajetória, mas todas buscando uma melhor qualidade de vida da população. Nesse sentido, Schneider (2006) sustenta que o bem-estar e o progresso das unidades produtivas familiares dependem e fazem parte de um complexo relacionamento entre essas unidades com o ambiente e o espaço em que estão inseridas.

3.3 Cadeias Produtivas

Segundo Campanhola (2005), com o advento do fenômeno da globalização da economia mundial, o agronegócio passou a ser um componente de destaque para o desenvolvimento e também para a integração econômica, impactando e sendo impactado, concomitantemente, pelo processo de internacionalização acelerada do mercado.

Com esse cenário em mente, Martha Junior(2015) argumenta que o setor produtivo agrícola brasileiro tem importância destacada desde o início da colonização do país; porém destaca enfaticamente que a agropecuária brasileira vivenciou uma grande expansão em termos tanto de produção como de produtividade nos últimos cinquenta anos.

Já Castro (2016) destaca que a grande importância que o agronegócio representa atualmente para o desenvolvimento da economia brasileira se deve a alguns fatores favoráveis, podem-se citar: a grande extensão do território e o clima propício à atividade agrícola.

Isso ocorre, segundo ele, porque o agronegócio é composto por amplas cadeias produtivas e essas possuem os meios de produção que operam em diferentes sistemas, nos quais existe um grande número de instituições de apoio, como agentes de crédito, pesquisa, assistência técnica, entre outras, e ainda um sistema legal e normativo, que exerce influência no desempenho do agronegócio (CASTRO, 2000).

Batalha e Silva (2008) corroboram tal argumento, ao apontarem o conceito de agronegócio como sendo a soma total das operações de produção e de distribuição

de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles.

Para Bacha (2012), o agronegócio refere-se ao conjunto de atividades vinculadas com a agropecuária, sendo uma agregação de atividades que podem ser divididas estruturalmente em quatro segmentos, que compreendem os fornecedores de insumos; as atividades que orbitam em torno da agropecuária; os processos de transformação dos produtos da agroindústria; e as operações de armazenagem, transporte e distribuição (SOARES; JACOMETTI, 2015).

Com a intensa competição em busca de mercado ao longo dos últimos anos em todos os setores, as organizações passaram a buscar estratégias para oferecer um valor superior aos seus clientes. Essa competição não ocorre apenas entre as organizações, mas também entre os países, que buscam manter níveis de crescimento, bem como entre setores da sociedade nas quais ocorrem disputas pelos recursos (PORTER, 2009).

Nesse sentido, o foco deixa de ser de uma visão apenas da unidade de produção, para ser uma visão muito mais abrangente de grupos de empresas que passam a competir unidas no mercado (PORTER, 1993; FLEURY, 2000; PEDROZO; HANSEN, 2001; HANSEN, 2004), pois esses grupos de empresas podem ser denominados de maneiras distintas, sendo eles: cadeias, *clusters*, redes ou alianças (PEDROZO; HANSEN, 2001).

Assim, para Gasques et al. (2004), o agronegócio no Brasil é constituído a partir de cadeias produtivas, que envolvem desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, seguida pela sua transformação nas agroindústrias até o seu consumo.

Desta forma, a cadeia produtiva pode ser vista como uma sequência de operações que se finaliza com a produção de algum bem, cujo processo sofre a influência da tecnologia e é definido pelas estratégias dos agentes que buscam maximizar seus lucros. As relações entre os agentes da cadeia são de complementaridade, tornando a cadeia um sistema capaz de assegurar sua própria transformação (ZILBERSZTAJN, 2000). Desse modo, cada elo individual da cadeia torna-se indispensável como um todo, considerando os fatores determinantes de competitividade (COUTINHO; FERRAZ, 2002).

Destarte, com o foco em melhores resultados, a colaboração para o negócio não se limita apenas à aliança de duas empresas, mas sim de grupos de empresas que estabelecem uma relação de parceria com o objetivo comum, que é a obtenção de melhores níveis de produtividade e a elevação de sua competitividade. Portanto, emergem no cenário diversos arranjos a partir das parcerias que apresentam condições de formação e constituição diversas, especialmente por meio de: cadeias produtivas (*Commodity System Approach (CSA)*, *Filière* – cadeia agroindustrial de produção); redes; *clusters*; ou gerenciamento da cadeia de suprimentos (SLACK, 1993).

Analisando profundamente a questão, Batalha (1998) aponta que o termo Cadeia Produtiva tem origem nos estudos da economia industrial da França e isso acabou conferindo ao termo um entendimento de distribuição de um determinado produto industrial, diferenciando-o do antigo modelo cujo foco era dado à variável preço no processo de coordenação do sistema.

Assim sendo, vê-se que a articulação entre as diversas fases do processo produtivo, que envolvem os insumos básicos, a produção propriamente, a distribuição, a comercialização e a disponibilização do produto final para o consumidor, acaba por compor os elos de uma corrente e esses elos são denominados então de cadeia produtiva (MALAFAIA et al., 2006).

Hirschman (1958) aponta a existência de duas possibilidades para o desenvolvimento de uma estrutura produtiva; a saber: os “encadeamentos para trás” e os “encadeamentos para frente”. Atividades econômicas em que bens e serviços sirvam de insumos para outras atividades produtivas têm a capacidade de gerar fortes efeitos para frente; enquanto outras atividades que requerem bens e serviços de outras atividades produtivas para a sua produção final têm a capacidade de gerar fortes efeitos para trás.

O que determina se um bem ou serviço é final é a natureza do consumidor e a finalidade para a qual ele será utilizado. Uma cadeia produtiva existe sempre que uma atividade em andamento provoca pressões econômicas, ou de outra natureza, que levam ao surgimento de uma nova atividade. Os efeitos de cadeia para trás levam a novos investimentos no setor de fornecimento de insumos; e os efeitos em cadeia para frente levarão a investimentos no setor da utilização da produção.

Para o autor, os efeitos em cadeia, embora tenham a indústria como referência, podem também ser utilizados como método de análise para produtos

primários de exportação. Os encadeamentos de produção decorrem diretamente do investimento, que é capaz de induzir a outras atividades produtivas.

Segundo Piffer (2009), ocorreu no Paraná, na década de 1970, uma reestruturação da economia nas diversas regiões do estado. Com o esgotamento das fronteiras agrícolas e o êxodo rural, fez-se necessária a utilização de insumos modernos e de novas tecnologias de produção, juntamente com a descentralização das indústrias, a partir da região Sudoeste do país, para regiões periféricas, no caso o Paraná. Essa situação promoveu uma mudança significativa na relação entre o rural e o urbano, que resultou na integração da agropecuária com a indústria. O resultado desse processo foi a grande expansão dos processos de produção e de transformação dos produtos primários, como soja, milho, trigo e animais, em um movimento que ampliou o comércio com as demais regiões do país.

Lima e Alves (2011) citam também a importância do cooperativismo no processo de desenvolvimento do setor agropecuário do estado do Paraná, com a modernização das propriedades e a transformação dos produtos agrícolas, criando empregos e fortalecendo o capital social. É válido lembrar que o movimento cooperativo surgiu e evoluiu tendo como um dos principais pontos a oposição aos monopólios que dominavam a produção agropecuária em algumas regiões. Sendo assim, o foco da cooperativa é fortalecer seu capital social, marcando posições ao longo das cadeias produtivas dos principais produtos agrícolas e seguindo as tendências de mercado em favor de seus produtores cooperados.

Assim sendo, a integração das cadeias produtivas fundamenta-se basicamente em cinco conceitos: verticalidade da produção, em que os elos são influenciados mutuamente; orientação pela maior demanda, que por sua vez gera informações que determinam como devem ser os fluxos de produtos e serviços; coordenação dentro dos canais, estabelecendo relações verticais de comercialização, sejam por meio de contratos sejam por mercado aberto; competição dos canais, considerando-se que o sistema pode envolver diversos canais de produção, transformação e comercialização; alavancagem, que identifica os postos-chaves na sequência de produção/consumo; e, por fim, pontos de estrangulamento (STAAZ, 1997).

Para Batalha (1995), a cadeia produtiva demanda intenso conhecimento e tecnologias para reduzir o impacto das limitações dos agentes dessa cadeia,

melhorando a qualidade e a eficiência produtiva, beneficiando desta forma o consumidor final.

Analisando a questão, Batalha e Silva (1999) indicam que o encadeamento de todas as operações de uma determinada cadeia produtiva ocorre do produto final para a matéria-prima, ou seja, de jusante para montante, sendo que os elos que eles apresentam são: a produção de insumos; a produção de matéria prima; o processamento; e a distribuição. Ademais, além desses elos que são apresentados por Batalha e Silva (1999), a cadeia produtiva também pode ser influenciada pelas instituições econômicas, sociais, tecnológicas e legais.

Mediante isso, o entendimento dos elos da cadeia produtiva e de como eles agem possibilita agregar novos processos à produção, fortalecendo os entes envolvidos (CASTRO et al., 1994; CASTELLANOS et al., 2009).

Neste sentido, Batalha (1997) argumenta que as cadeias produtivas são entendidas como a soma de todas as operações necessárias para a produção e comercialização de uma ou mais matérias-primas de base, que resultam em um produto acabado, o qual ao consumidor final.

Já para Dantas, Kertsntzky e Prochnik (2002), as cadeias podem ser mais ou menos agregadas dependendo da variação da amplitude do leque de produtos que são considerados. Também existem cadeias que são concorrentes quando seus produtos finais servem a um mesmo público. Muitas cadeias se entrelaçam, juntando-se ou repartindo-se. Para os autores, a lógica de cadeia envolve um conjunto de atores (elos) que são conectados entre si e envolvem todos os estágios de transformação de um determinado insumo, localizado a montante para jusante.

A utilização do conceito de cadeia de produção é importante quando se pensa em formular e analisar políticas públicas e privadas. A visão sistêmica é de suma importância para explicar a organização dos negócios agroindustriais. As estratégias não ocorrem apenas dentro do ambiente interno, existem vários fatores que vão orientar as estratégias, como: legislação, políticas de governo, tecnologias, fatores culturais, mudança no hábito dos consumidores e relação de forças entre concorrentes, fornecedores e clientes (BATALHA; SILVA, 1999).

Para Batalha (1997), o principal indutor de todas as mudanças que ocorrem no sistema da cadeia é o consumidor final. Farina e Zylbersztajn (1992) apontam que é a indústria alimentar que decodifica as novas exigências do consumidor, mas

também é ela induz mudanças tecnológicas na agropecuária e muitas vezes na estrutura de distribuição.

Mediante todos esses argumentos, pode-se entender o agronegócio como o setor que engloba toda a cadeia produtiva da agricultura e pecuária, desde a produção dos insumos até o consumo dos produtos finais, sendo que para o desenvolvimento da cadeia fazem-se necessários diversos serviços: pesquisa, processamento, comercialização, exportação e distribuição (CONTINI et al., 2006).

No Brasil, o agronegócio surgiu a partir da intensificação dos processos industriais, com a disponibilidade dos bens de capital e dos insumos agrícolas e com o êxodo rural. Percebem-se mudanças no setor rural, principalmente, a partir das décadas de 1950 e 1960 com concentração da produção nas regiões Sul e Sudeste e a partir de 1970 com a expansão da fronteira agrícola para outras regiões (PLATA; CONCEIÇÃO, 2012).

Tanto é que Assad et al. (2012) sustentam que o agronegócio no Brasil possui papel fundamental na economia nacional, seja como fonte geradora de emprego e renda, seja permitindo ao país a obtenção de uma posição de destaque no comércio internacional de *commodities* agrícolas, uma vez que o país é um grande exportador de produtos agropastoris como: café, açúcar, suco de laranja, milho, soja, carnes de frango, de suíno e de gado. Segundo Gazzoni (2013), o agronegócio brasileiro ao longo dos anos está apresentando saldos comerciais positivos, constituindo-se um dos responsáveis pela manutenção da balança comercial brasileira positiva.

Destarte, faz-se relevante indicar que a produção rural é compreendida como o conjunto de produções animal e vegetal, panorama no qual se percebe que a produção animal envolve os diversos tipos de criação e a produção vegetal, por sua vez, compreende três segmentos básicos, que são: o extrativismo vegetal, a silvicultura e a agricultura.

Normalmente, os termos rural, agropecuário e agrícola são utilizados como sendo sinônimos, dada a importância da agricultura como principal sustentáculo das atividades rurais, inclusive da produção de animais. Mediante isso, a agricultura se posiciona como uma atividade de base para os outros setores agroindustriais, pois, além de produzir bens de consumo direto, produz ainda bens essenciais à atividade de criação de animais (ACCARINI, 1987).

Entretanto, é importante apontar que a produção agrícola é mais complexa do que o senso comum imagina, pois ela é composta por diversas etapas em sua

realização: a) escolha da terra a ser cultivada; b) aquisição de insumos e sementes necessários para o cultivo; c) plantio; d) cultivo com os tratamentos culturais; e) colheita; f) transporte; g) armazenamento; h) beneficiamento; e i) comercialização. (ACCARINI, 1987). Conforme aponta o autor, a agricultura produz além de alimentos para humanos e animais, insumos para outras indústrias, tais como a madeireira, a têxtil, a de papel e celulose, a de biocombustíveis, entre outras.

Ocorre, porém, na realização de sua produção, a presença de um fator incontrolável e que é determinante para a boa produção agrícola: o clima, uma vez que os processos de produção agrícola se dão em estações específicas do ano, dependendo dos ciclos climáticos. Esse fato pode provocar um corte no fluxo de produção, ocasionalmente provocando ociosidade temporária de terras, armazéns e equipamentos (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990).

Os autores supracitados argumentam ainda que outro elemento importante envolvendo essa área de produção é a constante necessidade de intervenção do governo, através de políticas que visem equilibrar e/ou suprir as lacunas de produção, tanto em períodos com excedentes como em quebras de safra, especialmente objetivando formar estoques. Exemplos dessas ações são: os estoques reguladores, as políticas de crédito, os financiamentos, os seguros e as taxações de preços. Ademais, o setor rural influencia ainda segmentos de prestadores de serviços, comércio e indústrias, e suas variações de produção e preços repercutem na economia como um todo (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990).

Sob essa perspectiva, Silva (2005) define as cadeias produtivas como um conjunto de elementos organizados em subsistemas, que podem interagir em um processo de produção para ofertar produtos ou serviços a um mercado consumidor. Outrossim, segundo o autor, quando se explora o conceito de cadeia produtiva na produção agroalimentar, é possível obter uma visão da cadeia de forma integral, elencando seus pontos fracos e potenciais; motivando a cooperação técnica entre as partes envolvidas, identificando possíveis gargalos e elementos que faltam; e incrementando as condições de competitividade em cada segmento. Isso ocorre, porque as atividades do setor agrícola podem estar vinculadas a setores industriais e comerciais, com influência do mercado interno e de exportação, como também das indústrias de insumos e máquinas (LEONTIEF, 1983).

Assim, Muller (1989) indica que a constituição das cadeias produtivas não tem nenhum padrão pré-estabelecido, uma vez que essas estão associadas aos arranjos e contextos regionais, bem como às exigências de mercado.

Para Pereira, Funcke e Lima (2008), na abordagem do tema cadeia agroalimentar, a agropecuária se torna parte integrante de um grande conjunto de atividades que estão relacionadas, deixando de ser um setor isolado da economia. Logo, quando aumentou sua dependência com relação às indústrias fornecedoras de insumos básicos e às indústrias que fazem a transformação dos produtos agrícolas, o setor agrícola aumentou também seus custos, sem compensá-los com aumento de lucratividade. Isso se deu, entre outros fatores, pelo fato de que o mercado se tornou menos livre e competitivo.

Destarte, as cadeias de produção agrícola são uma sucessão de operações, que podem ser separadas e ligadas entre si, através de um encadeamento técnico. A cadeia de produção também pode ser entendida como um conjunto de relações comerciais e financeiras estabelecidas entre as diversas fases de transformação de um determinado produto, animal ou vegetal, um fluxo de troca, que vai de montante até jusante e que ocorre entre fornecedores e clientes. Por fim, a cadeia de produção pode ser definida como um conjunto de ações que asseguram a articulação das operações, esses elementos deixam clara a inter-relação entre as cadeias de produção e o desenvolvimento regional (PEREIRA; FUNCKE; LIMA, 2008).

4 METODOLOGIA

De acordo com Minayo et al. (2009), a humanidade sempre buscou o conhecimento da realidade. Para tanto, segundo ela, a pesquisa pode ser definida como a ciência em seu questionamento e na construção real de um ambiente, alimentando, muitas vezes, a atividade de ensino e atualizando as mudanças no cotidiano.

Já segundo Martins (1994), os indivíduos utilizam vários mecanismos para conseguir o conhecimento sobre uma determinada realidade. Destacando-se, nesta intenção, o fato de que a pesquisa se constitui um procedimento racional e sistemático que visa alcançar respostas aos problemas postos, utilizando conhecimentos e métodos disponíveis (GIL, 2002).

Pode-se definir a metodologia como o caminho que leva ao pensamento e à prática na abordagem da realidade, quando os métodos e as técnicas são utilizados pelo pesquisador com sua experiência e sua capacidade pessoal para refletir essa realidade (MINAYO et al., 2009).

De acordo com seus objetivos, esse estudo é do tipo descritivo, o qual se define como descritivo o seu objetivo primordial, que é afirmado por Gil (2002), como a descrição das características de determinada população e/ou fenômeno do ambiente que está em questão. Desta forma, as observações percebidas na região estudada podem ser descritas levando em consideração as suas diversas características, classificando essas observações com técnicas padronizadas.

A pesquisa descritiva consiste em observação, análise e registros de um dado fenômeno, sem que haja o envolvimento do pesquisador; buscando estabelecer relações entre as variáveis estudadas para caracterizar e padronizar o fenômeno (THOMAS et al., 2012).

A pesquisa quantitativa usa o raciocínio dedutivo e um conceito de lógica, criando valores mensuráveis do fenômeno estudado (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Na pesquisa quantitativa, são utilizadas técnicas estatísticas para transformar dados em números e, na sequência, em informações, que podem ser analisadas tirando-se conclusões. Para desenvolver uma pesquisa com esse método, faz-se necessário ter variáveis bem definidas e utilizar cálculos estatísticos e/ou inferenciais.

A pesquisa analítica é uma alternativa no processo de investigação e pesquisa científica, na qual se levam em consideração as particularidades e os traços subjetivos

em relação a uma situação vivenciada, Minayo (2009). Nessa pesquisa, ocorrem classificações e análises dissertativas sobre certas situações ou fatos. Apoiando esta ideia, Vieira (2004) salienta que uma das características principais quando se fala em pesquisas qualitativas é o fato de não se utilizar instrumental estatístico para realizar a análise dos dados, porém esse fato não impede o uso em conjunto dos métodos *quanti-quali*.

De acordo com Strauss e Corbin (2008), a interação dos dois métodos pode possibilitar uma complementaridade na investigação. Como o termo sugere, a pesquisa pretende com as informações apuradas quantificar e qualificar a agricultura familiar na microrregião de Toledo.

4.1 Área de Abrangência da Pesquisa

Este trabalho tem por base a divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e será considerada como área de abrangência desta pesquisa a microrregião geográfica de Toledo (22), localizada na mesorregião geográfica do Oeste paranaense. Essa microrregião é composta por 21 (vinte e um) municípios indicados na Tabela 2.

Na tabela abaixo, são apresentados os municípios com suas áreas territoriais, que somam 8.768,006 KM², o que representa 38,36% do território da mesorregião Oeste, que é de 22.859,12 KM², ou ainda 4,39% do território do estado do Paraná que é de 199.877,960 KM². Na mesma tabela, são apresentados os IDHs dos municípios que compõem a microrregião de Toledo para o ano de 2010, dos quais 7 (sete) estão acima do IDH do estado que é de 0,746 e a estimativa de população dada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 2018, cuja população da microrregião representa 31,35% da população da mesorregião e 3,61% da população do estado do Paraná.

Tabela 2 – Municípios que compõem a microrregião de Toledo

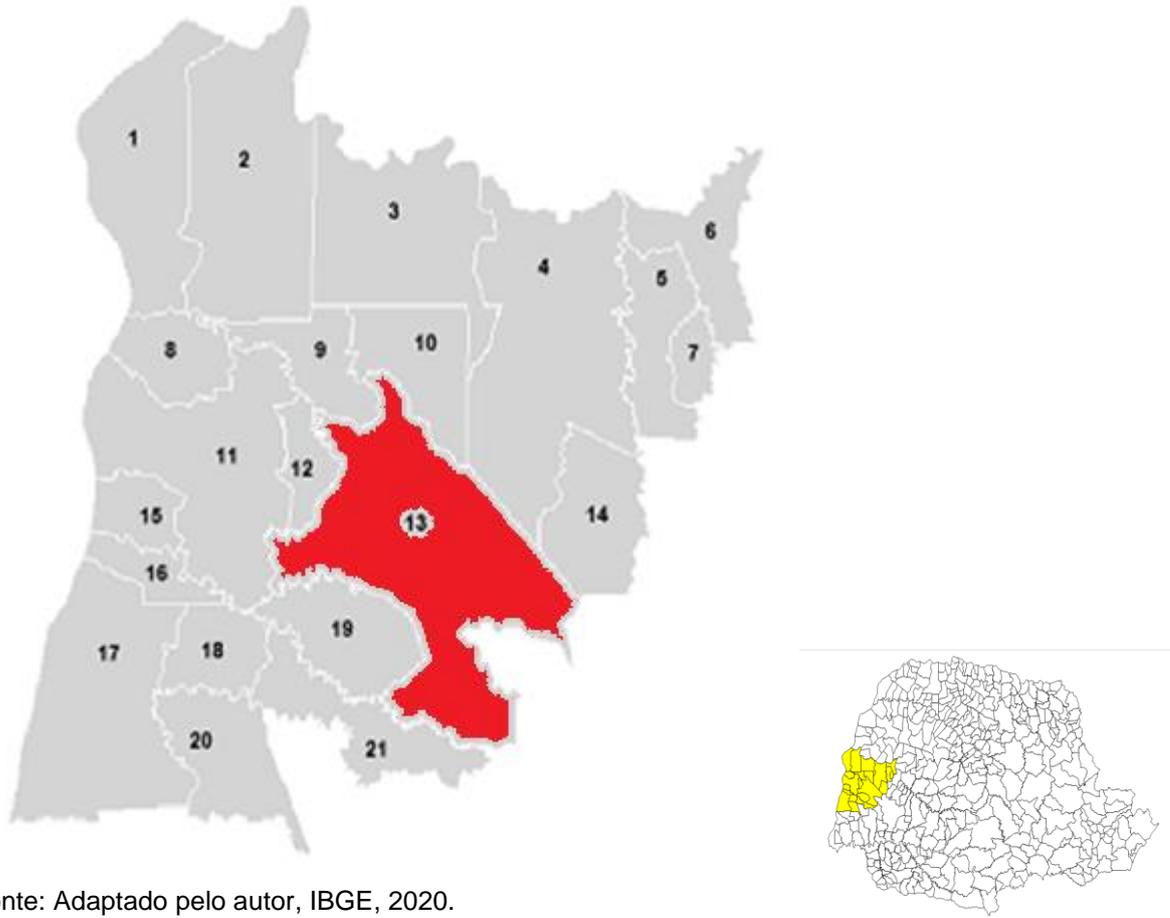
| MUNICÍPIO | Área KM² | IDH 2010 | População Estimada IBGE 2018 |
|-------------------------|----------------------------|-----------------|-------------------------------------|
| Assis Chateaubriand | 966,16 | 0,729 | 33.397 |
| Diamante D'Oeste | 309,15 | 0,644 | 5.239 |
| Entre Rios do Oeste | 120,33 | 0,761 | 4.481 |
| Formosa do Oeste | 275,08 | 0,723 | 6.700 |
| Guaira | 568,85 | 0,724 | 32.923 |
| Iracema do Oeste | 82,45 | 0,707 | 2.325 |
| Jesuítas | 249,21 | 0,705 | 8.495 |
| Marechal Cândido Rondon | 748,28 | 0,774 | 52.379 |
| Maripá | 287,05 | 0,758 | 5.624 |
| Mercedes | 199,08 | 0,740 | 5.493 |
| Nova Santa Rosa | 207,02 | 0,731 | 8.171 |
| Ouro Verde do Oeste | 293,20 | 0,709 | 5.975 |
| Palotina | 647,28 | 0,768 | 31.564 |
| Pato Bragado | 136,78 | 0,747 | 5.535 |
| Quatro Pontes | 114,53 | 0,791 | 4.000 |
| Santa Helena | 759,12 | 0,744 | 26.206 |
| São José das Palmeiras | 183,28 | 0,713 | 3.682 |
| São Pedro do Iguaçu | 308,12 | 0,683 | 5.976 |
| Terra Roxa | 803,48 | 0,714 | 17.439 |
| Toledo | 1.198,61 | 0,768 | 138.572 |
| Tupãssi | 310,96 | 0,730 | 8.128 |

Fonte: IPARDES, 2019.

É apresentada na Figura 3 a localização da microrregião de Toledo em destaque, que fica na mesorregião Oeste paranaense; microrregião que faz divisa com o estado do Mato Grosso do Sul e faz fronteira com o vizinho país do Paraguai. São também apresentados ali os 21 municípios que a compõem.

Esses municípios somam juntos uma área de 876.800,60 hectares e uma população estimada para 2018 de 412.304 habitantes (IPARDES, 2019), sendo que, ainda segundo essa publicação, o Produto Interno Bruto (PIB) da microrregião no ano de 2016 foi de R\$ 15,92 bilhões e o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) foi de R\$ 9,99 bilhões no ano de 2017 (DERAL, 2019).

Figura 3 – Municípios da microrregião de Toledo



Fonte: Adaptado pelo autor, IBGE, 2020.

Legenda dos municípios:

| | | | |
|-----------|-------------------------|----|------------------------|
| 1 | Guaira | 2 | Terra Roxa |
| 3 | Palotina | 4 | Assis Chateaubriand |
| 5 | Jesuítas | 6 | Formosa do Oeste |
| 7 | Iracema do Oeste | 8 | Mercedes |
| 9 | Nova Santa Rosa | 10 | Maripá |
| 11 | Marechal Cândido Rondon | 12 | Quatro Pontes |
| 13 | Toledo | 14 | Tupãssi |
| 15 | Pato Bragado | 16 | Entre Rios do Oeste |
| 17 | Santa Helena | 18 | São José das Palmeiras |
| 19 | Ouro Verde do Oeste | 20 | Diamante D'Oeste |
| 21 | São Pedro do Iguaçu | | |

Fonte: Adaptado pelo autor, Ipardes, 2019.

Nessa microrregião, estão localizados importantes municípios produtores de leite, aves, suínos, peixes, soja e milho, que possuem de modo geral uma condição de clima, solos e topografia semelhantes. Parte importante desses municípios foi colonizada por imigrantes oriundos do Sul do Brasil, principalmente do estado do Rio Grande do Sul, que na década de 1930 passou por processos distintos. De um lado, ocorreu uma grande subdivisão de terras por herança familiar, o que resultou em

propriedades rurais de pequeno porte, e, por outro lado, ocorreu igualmente uma ampliação relevante das grandes propriedades voltadas à pecuária (RIPPEL, 2005).

Tais processos, segundo o autor, geraram um excedente de pessoas que se deslocaram em busca de novas oportunidades para desenvolvimento econômico. Inicialmente, esse fluxo ocorreu dentro do próprio estado, porém posteriormente ocorreu no cenário interestadual, encontrando no Oeste do Paraná uma área que pôde satisfazer os anseios dos colonos, terras produtivas e preço acessível, o que consolidou a região como destino desses agricultores (RIPPEL, 2005).

Segundo Alves et al. (2013), os municípios que formam a microrregião de Toledo, desde a sua colonização, foram concebidos em um modelo com o objetivo de facilitar a vida da comunidade que ali residia, bem como estimular o associativismo; tendo em vista a atenção em oferecer à população condições de infraestrutura para facilitar as diversas formas de interação social, cultural e econômica, formando uma base sólida de comunidades rurais. O capital social presente na região tem uma forte relação com a formação de aglomerações produtivas, sendo uma de suas principais características a cooperação interfirmas baseada na confiança entre seus associados, assim fortalecendo o capital social existente na região.

4.2 Procedimentos

Para que os objetivos propostos sejam alcançados e para responder ao problema da pesquisa, realizaram-se os seguintes passos:

1º Revisão Teórica da questão

Foram levantadas as informações na literatura disponível acerca do assunto e sobre a microrregião de Toledo, área de abrangência desta pesquisa: os materiais já publicados que ajudaram na compreensão da questão de pesquisa.

2º Levantamento de dados

Como a pesquisa foi realizada com dados secundários da região, o banco de dados foi formado com as informações disponíveis em instituições públicas como Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BACEM), Secretária de Agricultura Familiar (SAF), Instituto de Desenvolvimento Rural do

Paraná (Iapar/Emater–IDR-Paraná), Secretária de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Departamento de Economia Rural (DERAL) e também prefeituras municipais.

3º Análises dos dados

Realizou-se a análise das seguintes informações:

- Com informações do relatório do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado, foi possível identificar as principais cadeias produtivas dos municípios da microrregião de Toledo para o ano de 2017.

Então, com base no relatório do VBP, foram separadas as 5 (cinco) atividades de origem animal e as 5 (cinco) atividades de origem vegetal, com os maiores valores por município; na sequência, as diversas atividades/produtos foram agregadas por cadeias produtivas. Definiu-se como parâmetro para ser considerado entre as principais cadeias a representatividade de no mínimo 5% do valor total do VBP da microrregião.

- Com informações do Censo Agropecuário 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificaram-se o número de estabelecimentos e as áreas de propriedades da agricultura familiar nos municípios da microrregião de Toledo;

Assim, fundamentado nas informações do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), sobre os estabelecimentos por tipologia do produtor, foi calculada a participação em número de estabelecimentos e porcentagem dos estabelecimentos e também as áreas totais em hectare e porcentagem, da agricultura familiar e não familiar.

- Foram levantadas informações sobre as principais cadeias produtivas com o número de estabelecimentos e a produção da agricultura familiar e não familiar;

De modo, levaram-se em consideração as principais cadeias identificadas anteriormente, com base no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), sobre a produção e a tipologia do produtor, visando calcular o

número de estabelecimentos, a área, a produção e o rebanho da agricultura familiar e não familiar.

- Com base ainda nas informações acima, foi quantificado o valor da produção das principais cadeias em propriedades familiares e não familiares;

Ademais apoiado nas informações do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), e considerando as principais cadeias produtivas da microrregião, calculou-se a participação em valor econômico e em porcentagem dessas atividades da agricultura familiar e não familiar.

- Com informações dos números de contratos e valores de operações de crédito rural nas modalidades de agricultor familiar e não familiar, dimensionaram-se o número e os valores de créditos de custeio e investimentos das duas categorias de produtores na microrregião.

Embasado nas informações da Matriz de Crédito Rural do Banco Central, foram calculadas a participação em valor econômico e a porcentagem das operações de crédito de custeio e investimento, agrícola e pecuário, da agricultura familiar e não familiar.

- Com as informações do Censo Agropecuário, mensurou-se o valor de toda produção agropecuária da agricultura familiar e não familiar na microrregião.

Outrossim, fazendo uso das informações do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e considerando toda a produção agrícola da microrregião, calculou-se a participação em valor econômico e em porcentagem dessas atividades da agricultura familiar e não familiar.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme Silva (2014), o Paraná é um estado que tem características que se encontram dentro da realidade da agricultura familiar brasileira, apresentando um grande número de pequenas propriedades e um expressivo uso de mão de obra da família para a produção, posto que a agricultura familiar não se beneficiou plenamente com a modernização do setor agrícola que ocorreu depois da década de 1970 e que oportunizou ao médio e grande proprietário um maior crescimento, por possuírem maiores quantidades de terras e de capital para investir, concomitantemente a um maior crescimento do uso de mão de obra barata e novas tecnologias (GRAZIANO, 2004).

Assim, o desenvolvimento do Estado sempre esteve diretamente ligado ao setor produtivo agrícola, passando pelos diversos ciclos que ocorreram no meio rural paranaense, até os dias de hoje; cenário no qual tem destaque a produção de grãos, principalmente soja e milho, que estão relacionados com as agroindústrias de suínos, aves e bovinos. Entretanto, a exemplo do Brasil, parte importante das propriedades rurais ainda são da agricultura familiar, sendo que no caso paranaense 82% dos estabelecimentos são desse setor (FRANÇA et al., 2009).

Apoiando isso, Bischof (2016) cita que algumas regiões do estado do Paraná tiveram sua ocupação através do parcelamento das terras e da colonização feita por migrantes que tradicionalmente produziam alimentos, esses fatos permitiram o desenvolvimento de uma agricultura com forte caracterização familiar.

5.1 Principais Cadeias Produtivas

Para caracterizar as principais cadeias produtivas dos municípios que integram a microrregião de Toledo, foi analisado o relatório do VBP – Valor Bruto da Produção Agropecuária para o ano de 2017, com o objetivo de identificar as cadeias produtivas que representassem no mínimo 5% do valor total da microrregião.

O Valor Bruto da Produção (VBP) é um índice que é calculado pelo DERAL e que representa o volume financeiro arrecadado pela agropecuária paranaense. Esse levantamento de dados é feito pela SEAB nos 399 municípios do Paraná com equipes que levantam em suas áreas de abrangência o volume produzido e os valores de

comercialização de cada um dos produtos que compõem o VBP. Essas duas variáveis (preço e produção) são as principais para o cálculo do índice.

Atualmente, são pesquisados aproximadamente 350 produtos através de pesquisas periódicas, realizadas junto a EMATER, IBGE, prefeituras, cooperativas, sindicatos, revendedores de insumos, cerealistas e outras entidades ligadas à agricultura. Para que um determinado produto primário passe a ser pesquisado, ele deve representar no mínimo 0,01% do VBP Municipal. De modo particular, destacam-se 30 culturas, acompanhadas mensalmente, por representarem historicamente mais de um terço do Valor Bruto de Produção, tendo inclusive o acompanhamento mensal da comercialização dessas culturas. Para as demais atividades rurais, a coleta dos dados é anual.

Levantados os dados de produção, esses passam por diversos processos de conferência pelas Divisões de Conjuntura Agropecuária e de Estatísticas Básicas, para então serem multiplicados pelo preço médio de cada uma das culturas do Estado do Paraná. Para o cálculo do Valor Bruto de Produção paranaense, é utilizada a média dos preços no ano (safra).

Essa média é calculada baseada em duas pesquisas de preços: preços recebidos pelo produtor, de frequência semanal; preços recebidos pelo produtor – lista auxiliar de frequência mensal. Em comum, ambas as pesquisas apresentam o seu nível de detalhamento: preços médios por Núcleo Regional. Na sede, tais preços são ponderados pela produção de cada um dos Núcleos Regionais nos últimos três anos, obtendo-se assim uma média paranaense do preço do produto pesquisado.

A partir desse momento, começa uma série de diferenciações entre as pesquisas, desde a consistência dos dados até a formação do preço final. A pesquisa de Preços Recebidos pelo Produtor de frequência semanal engloba cerca de 50 produtos, os quais em sua maioria representam os produtos de maior peso em termos de renda gerada no Estado. Após a devida consistência dos dados dessa pesquisa, esses são publicados, semanalmente, na página da SEAB. Os 50 produtos têm índices de comercialização mensais elaborados pelo DERAL, com base em pesquisas como a Previsão Subjetiva de Safras, através dos quais são calculados os preços médios do ano (safra) para cada produto. Por sua vez, a lista auxiliar dos preços recebidos pelo produtor é pesquisada mensalmente, porém sua consistência é anual, devido ao grande volume de informações.

À exceção dos 50 produtos da pesquisa semanal, todos os demais têm seu preço levantado através dessa lista auxiliar, englobando, assim, aproximadamente 350 produtos. Nesse caso, não há ponderação para a comercialização mensal dos produtos. As diferentes unidades de comercialização para as quais são levantados os preços (unidade, caixas, arroba, quilograma, saca, litros etc.) foram convertidas de forma que se mantivesse o preço referente à unidade mais usual de comercialização do produto. Uma vez por ano o DERAL publica o Relatório Municipal, no qual apresenta os valores dos produtos primários por municípios; é desse relatório do ano de 2017 que foram retirados os valores para esta análise.

Inicialmente, foram destacados os 5 (cinco) produtos de origem animal e os 5 (cinco) produtos de origem vegetal com os maiores valores por município. Os produtos destacados estão como são apresentados no relatório do VBP, em que é possível observar a presença de milho e milho safrinha, bem como das diversas atividades/produtos de uma mesma cadeia produtiva de forma isolada. Esses produtos serão agregados na sequência por cadeias produtivas, somando os diversos produtos de uma mesma atividade, desenvolvida pelos produtores rurais.

No anexo A, são apresentados os produtos com os maiores valores em real por município, nos 21 municípios que integram a microrregião de Toledo.

O VBP total da microrregião de Toledo no ano de 2017 foi de R\$ 9.997.679.698,44; sendo que, considerando os cinco principais produtos de origem vegetal dos municípios, esses somam R\$ 3.331.093.246,18 e os cinco principais produtos de origem animal dos municípios somam R\$ 5.674.796.145,36. Dessa forma, somando as cinco principais atividades de origem vegetal e as cinco de origem animal nos 21 municípios da microrregião, temos o valor de R\$ 9.005.889.391,54 ou 90,08% do total do VBP 2017.

Como é possível observar no Anexo A, aponta-se ainda que, para análise dos valores, os produtos foram separados em dois grupos: produtos de origem vegetal e produtos de origem animal; levaram-se em consideração as informações com relação ao destino e à comercialização desses produtos ligados a uma determinada cadeia produtiva. Verifica-se, então, que, na microrregião, se isolarmos os 5 (cinco) principais produtos de origem vegetal, esses somam 33,32% do VBP total e os 5 (cinco) principais produtos de origem animal representam 56,76% do total; sendo que na maioria dos municípios os produtos de origem animal têm um valor maior do que os produtos de origem vegetal, exceto os municípios de Assis Chateaubriand, Guairá,

Iracema do Oeste e Terra Roxa. Na microrregião, a soma desses produtos perfaz 90,08% de todo o VBP.

Na Tabela 3, são apresentadas as principais cadeias agrícolas da microrregião, cabe apontar que para os produtos de origem vegetal se considerou para a cadeia produtiva de milho a produção de milho da primeira safra (verão) e da segunda safra (inverno). Já para as cadeias produtivas de origem animal de suínos, foram considerados os seguintes produtos: esterco de suíno, suíno fêmea para reprodução, suíno macho para reprodução, leitão para recria, leitão para corte e suíno para corte. Para a cadeia produtiva de aves, foram considerados os produtos: cama de aviário, esterco de poedeira, frango de corte, galinha caipira, galinha postura para descarte, galinha recria, galinha reprodutora para descarte, ovos de galinha fecundados e ovos de galinha para consumo.

Embora apareça com destaque em alguns municípios a produção de pintinho com menos de 1 (uma) semana, essa produção não é realizada por agricultores e sim por empresas/cooperativas integradoras. Portanto, como o objetivo é levantar informações relativas à produção realizada por agricultores, esse produto não foi considerado para análise dos valores. No caso do leite, como o relatório do VBP não discrimina entre os animais destinados à produção de carne ou leite, bem como à destinação da silagem e capineiras, foi considerado apenas o valor do produto.

Na Tabela 3, são apresentadas as 5 (cinco) cadeias produtivas da microrregião de Toledo, que, separadamente, representam no mínimo 5% do valor total do VBP no ano de 2017.

Tabela 3 – Principais cadeias produtivas do VBP 2017 da microrregião de Toledo

| | VBP Total R\$ da MR | Origem | Cadeia | Valor R\$ | % do VBP |
|--------------|-------------------------|---------|--------|------------------|-------------------------|
| MR de Toledo | 9.997.679.698,44 | Vegetal | Milho | 994.021.945,42 | 9,94 |
| | | | Soja | 1.939.469.325,68 | 19,40 |
| | | Animal | Aves | 2.671.219.357,28 | 26,72 |
| | | | Suínos | 2.532.588.050,06 | 25,33 |
| | | | Leite | 543.808.606,00 | 5,44 |
| | | | | TOTAL | 8.681.107.284,44 |

Fonte: Relatório Municipal do VBP 2017. Paraná. Deral, 2020.

Conforme os números apresentados na Tabela 3 e com base no relatório municipal do VBP 2017, a cadeia produtiva de milho representa 9,94% de todo o valor bruto da produção da microrregião, ao passo que a soja representa 19,40%. Já nos

produtos de origem animal, a cadeia de aves responde por 26,72%, os suínos por 25,33% e o leite por 5,44%.

Juntas, essas cinco cadeias produtivas somam R\$ 8.681.107.284,44 que representam 86,83% de todo o VBP, comprovando a importância que tais cadeias produtivas têm para a microrregião de Toledo e a eficiência produtiva desses produtos, bem como exemplifica o encadeamento produtivo, o grande volume de produção de proteína vegetal na microrregião, que é processado e transformado em proteína animal.

Na Tabela 4, pode-se observar a participação dos demais produtos que compõem o VBP 2017 da microrregião de Toledo com seus devidos valores em reais e sua porcentagem sobre o total do VBP para a microrregião.

Tabela 4 – Valor dos demais produtos que compõem o VBP 2017 da microrregião de Toledo

| VBP MR R\$ | Origem | Produto | Valor R\$ | % do VBP |
|-------------------------|---------------|--------------------------------|-------------------------|-----------------|
| 9.997.679.698,44 | Vegetal | Madeira (lenha e tora) | 38.684.103,00 | 0,39 |
| | | Mandioca (consumo e indústria) | 124.440.083,76 | 1,24 |
| | | Silagem (milho e outras) | 239.015.775,00 | 2,39 |
| | | Capineira | 5.911.026,40 | 0,06 |
| | | Feno | 43.161.470,70 | 0,43 |
| | | Fumo | 16.168.722,27 | 0,16 |
| | | Trigo | 15.599.048,66 | 0,16 |
| | | Vassoura Seca | 8.914.800,00 | 0,09 |
| | | Atemóia | 6.766.000,00 | 0,07 |
| | | Café | 8.919.501,90 | 0,09 |
| | | Orquídea | 4.670.480,00 | 0,05 |
| | Animal | Tilápia | 248.788.540,00 | 2,49 |
| | | Boi Gordo | 54.561.189,75 | 0,55 |
| | | Pescado de água doce | 6.578.850,00 | 0,07 |
| | | Pintinho < 1 semana | 233.504.670,48 | 2,34 |
| | Demais | Demais Produtos | 260.888.152,08 | 2,61 |
| TOTAL | | | 1.316.572.414,00 | 13,17 |

Fonte: Relatório Municipal do VBP 2017. Paraná. Deral, 2020.

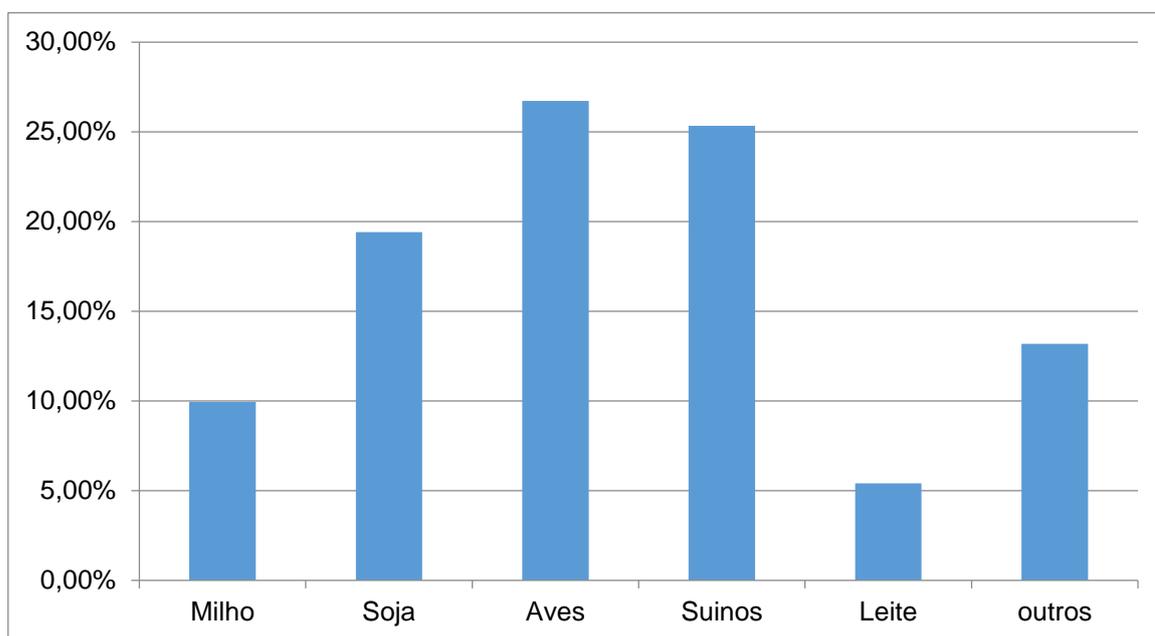
Os produtos de origem vegetal e animal são os que foram apontados como, inicialmente, com maior participação nos municípios (Anexo A) e que não fazem parte das cadeias elencadas como as principais (soja, milho, aves, suínos e leite), sendo que esses produtos somados juntos perfazem um total de 10,56%, com destaque para

a produção de mandioca (consumo e indústria) que representa 1,24% e da tilápia com 2,49%, sendo que a produção de tilápia tem crescido muito na região representando no VBP de 2019 3,15%; os demais produtos de origem animal e vegetal somados perfazem um total de 2,61% do valor do VBP. Desta forma, temos as 5 (cinco) principais cadeias respondendo por 86,83% de todo o VBP e todos os demais produtos respondendo por 13,17%.

Cabe ressaltar que os produtos básicos de subsistência, como feijão, arroz e produtos hortifrutigranjeiros, entre outros, têm uma participação muito baixa na composição do VBP; demonstrando a alta especialização de produção do setor agropecuário da microrregião de Toledo, com forte foco na produção de *commodities* agrícolas.

No Gráfico 1, são apresentados os valores em porcentagem, demonstrando a participação dessas cadeias produtivas no valor total do VBP para a microrregião de Toledo, para o ano de 2017.

Gráfico 1 – Participação em porcentagem das principais cadeias produtivas



Fonte: Relatório Municipal do VBP 2017. Paraná. Deral, 2020.

Portanto, podemos concluir que as principais cadeias produtivas do setor agropecuário na microrregião de Toledo no ano de 2017, com as informações disponíveis no Relatório Anual do VBP, fornecidas pelo DERAL, são:

- Milho;
- Soja;

- Aves;
- Suínos;
- Leite.

Dando sequência à abordagem da questão, verifica-se na Tabela 5, a seguir, os valores em reais e a porcentagem das principais cadeias produtivas elencadas acima, mas desta vez os dados são apresentados de cada um dos 21 (vinte um) municípios que compõem a microrregião de Toledo.

Tabela 5 – Principais cadeias produtivas do VBP 2017 dos municípios da microrregião de Toledo

| Município | VBP TOTAL R\$ | VEGETAL | | | ANIMAL | | | % dos produtos de origem vegetal e animal no VBP |
|---------------------|----------------|-----------|----------------|-------------|-----------|----------------|-------------|--|
| | | Produto | Valor R\$ | % VBP total | Produto | Valor R\$ | % VBP total | |
| Assis Chateaubriand | 924.338.722,67 | Milho | 157.756.595,20 | 17,07 | Aves | 334.184.316,55 | 36,15 | |
| | | Soja | 282.768.162,96 | 30,59 | Suínos | 46.114.859,44 | 4,99 | |
| | | | | | Leite | 10.095.030,00 | 1,09 | |
| | | TOTAL R\$ | 440.524.758,16 | 47,66 | TOTAL R\$ | 390.394.205,99 | 42,23 | |
| Diamante D'Oeste | 118.813.248,00 | Milho | 9.185.914,50 | 7,73 | Aves | 27.845.631,33 | 23,44 | |
| | | Soja | 19.089.158,22 | 16,07 | Suínos | 8.403.874,60 | 7,07 | |
| | | | | | Leite | 9.645.636,00 | 8,12 | |
| | | TOTAL R\$ | 28.275.072,72 | 23,80 | TOTAL R\$ | 45.895.141,93 | 38,63 | |
| Entre Rios do Oeste | 216.329.513,29 | Milho | 13.476.365,68 | 6,23 | Aves | 14.448.102,42 | 6,68 | |
| | | Soja | 18.070.578,90 | 8,35 | Suínos | 137.961.108,50 | 63,77 | |
| | | | | | Leite | 15.956.270,00 | 7,38 | |
| | | TOTAL R\$ | 31.546.944,58 | 14,58 | TOTAL R\$ | 168.365.480,92 | 77,83 | |
| Formosa do Oeste | 334.206.258,03 | Milho | 30.614.082,75 | 9,16 | Aves | 170.296.131,29 | 50,96 | |
| | | Soja | 62.048.661,44 | 18,57 | Suínos | 31.974.455,32 | 9,57 | |
| | | | | | Leite | 12.621.510,00 | 3,78 | |
| | | TOTAL R\$ | 92.662.744,19 | 27,73 | TOTAL R\$ | 214.892.096,61 | 64,30 | |
| Guaira | 270.348.315,14 | Milho | 72.751.146,00 | 26,91 | Aves | 28.199.892,12 | 10,43 | |
| | | Soja | 122.708.127,96 | 45,39 | Suínos | 3.524.939,20 | 1,30 | |
| | | | | | Leite | 9.742.920,00 | 3,60 | |
| | | TOTAL R\$ | 195.459.273,96 | 72,30 | TOTAL R\$ | 41.467.751,32 | 15,34 | |
| Iracema do Oeste | 84.342.895,90 | Milho | 13.937.525,24 | 16,52 | Aves | 27.506.137,05 | 32,61 | |
| | | Soja | 29.851.737,30 | 35,39 | Suínos | 5.202.439,40 | 6,17 | |
| | | | | | Leite | 298.870,00 | 0,35 | |
| | | | | | | | | |

Continua...

continuação

| | | | | | | | | |
|-------------------------|----------------|-----------|----------------|-------|-----------|----------------|-------|-------|
| | | TOTAL R\$ | 43.789.262,54 | 51,92 | TOTAL R\$ | 33.007.446,45 | 39,13 | 91,05 |
| Jesuítas | 317.392.597,29 | Milho | 23.443.870,00 | 7,39 | Aves | 132.143.577,91 | 41,63 | |
| | | Soja | 55.193.499,90 | 17,39 | Suínos | 29.924.422,68 | 9,43 | |
| | | | | | Leite | 11.031.570,00 | 3,48 | |
| | | TOTAL R\$ | 78.637.369,90 | 24,78 | TOTAL R\$ | 173.099.570,59 | 54,54 | 79,31 |
| Marechal Cândido Rondon | 954.103.660,41 | Milho | 49.294.080,60 | 5,17 | Aves | 180.733.529,55 | 18,94 | |
| | | Soja | 116.758.642,97 | 12,24 | Suínos | 326.398.154,38 | 34,21 | |
| | | | | | Leite | 117.177.610,00 | 12,28 | |
| | | TOTAL R\$ | 166.052.723,57 | 17,40 | TOTAL R\$ | 624.309.293,93 | 65,43 | 82,84 |
| Maripá | 435.370.814,06 | Milho | 49.294.080,60 | 11,32 | Aves | 103.373.813,60 | 23,74 | |
| | | Soja | 93.609.280,31 | 21,50 | Suínos | 104.803.835,60 | 24,07 | |
| | | | | | Leite | 19.770.190,00 | 4,54 | |
| | | TOTAL R\$ | 142.903.360,91 | 32,82 | TOTAL R\$ | 227.947.839,20 | 52,36 | 85,18 |
| Mercedes | 184.009.878,14 | Milho | 20.463.441,60 | 11,12 | Aves | 61.067.153,45 | 33,19 | |
| | | Soja | 26.249.893,56 | 14,27 | Suínos | 28.708.376,36 | 15,60 | |
| | | | | | Leite | 16.200.690,00 | 8,80 | |
| | | TOTAL R\$ | 46.713.335,16 | 25,39 | TOTAL R\$ | 105.976.219,81 | 57,59 | 82,98 |
| Nova Santa Rosa | 492.828.628,23 | Milho | 34.001.113,20 | 6,90 | Aves | 88.216.150,34 | 17,90 | |
| | | Soja | 93.609.280,31 | 18,99 | Suínos | 230.631.446,76 | 46,80 | |
| | | | | | Leite | 28.785.900,00 | 5,84 | |
| | | TOTAL R\$ | 127.610.393,51 | 25,89 | TOTAL R\$ | 347.633.497,10 | 70,54 | 96,43 |
| Ouro Verde do Oeste | 245.245.833,76 | Milho | 21.824.940,00 | 8,90 | Aves | 51.081.574,59 | 20,83 | |
| | | Soja | 49.456.321,20 | 20,17 | Suínos | 73.245.332,26 | 29,87 | |
| | | | | | Leite | 9.631.600,00 | 3,93 | |
| | | TOTAL R\$ | 71.281.261,20 | 29,07 | TOTAL R\$ | 133.958.506,85 | 54,62 | 83,69 |
| Palotina | 864.945.474,31 | Milho | 106.360.940,80 | 12,30 | Aves | 368.931.219,39 | 42,65 | |

Continua...

continuação

| | | | | | | | | |
|------------------------|----------------|-----------|----------------|-------|-----------|----------------|-------|-------|
| | | Soja | 187.844.025,60 | 21,72 | Suínos | 53.369.212,70 | 6,17 | |
| | | | | | Leite | 28.103.460,00 | 3,25 | |
| | | TOTAL R\$ | 294.204.966,40 | 34,01 | TOTAL R\$ | 450.403.892,09 | 52,07 | 86,09 |
| Pato Bragado | 209.227.077,89 | Milho | 13.830.999,30 | 6,61 | Aves | 56.221.797,44 | 26,87 | |
| | | Soja | 15.443.135,14 | 7,38 | Suínos | 82.890.288,80 | 39,62 | |
| | | | | | Leite | 24.271.390,00 | 11,60 | |
| | | TOTAL R\$ | 29.274.134,44 | 13,99 | TOTAL R\$ | 163.383.476,24 | 78,09 | 92,08 |
| Quatro Pontes | 251.441.688,60 | Milho | 19.358.802,00 | 7,70 | Aves | 35.844.839,97 | 14,26 | |
| | | Soja | 35.553.122,55 | 14,14 | Suínos | 90.846.590,22 | 36,13 | |
| | | | | | Leite | 22.881.100,00 | 9,10 | |
| | | TOTAL R\$ | 54.911.924,55 | 21,84 | TOTAL R\$ | 149.572.530,19 | 59,49 | 81,32 |
| Santa Helena | 870.300.252,87 | Milho | 55.686.744,00 | 6,40 | Aves | 326.188.808,08 | 37,48 | |
| | | Soja | 87.182.617,50 | 10,02 | Suínos | 199.551.313,74 | 22,93 | |
| | | | | | Leite | 50.692.950,00 | 5,82 | |
| | | TOTAL R\$ | 142.869.361,50 | 16,42 | TOTAL R\$ | 576.433.071,82 | 66,23 | 82,65 |
| São José das Palmeiras | 113.217.096,84 | Milho | 7.224.720,00 | 6,38 | Aves | 22.228.013,74 | 19,63 | |
| | | Soja | 8.892.115,65 | 7,85 | Suínos | 24.099.868,88 | 21,29 | |
| | | | | | Leite | 3.749.790,00 | 3,31 | |
| | | TOTAL R\$ | 16.116.835,65 | 14,24 | TOTAL R\$ | 50.077.672,62 | 44,23 | 58,47 |
| São Pedro do Iguaçu | 198.738.587,22 | Milho | 11.849.089,20 | 5,96 | Aves | 19.419.814,42 | 9,77 | |
| | | Soja | 56.782.729,08 | 28,57 | Suínos | 65.854.271,48 | 33,14 | |
| | | | | | Leite | 16.308.380,00 | 8,21 | |
| | | TOTAL R\$ | 68.631.818,28 | 34,53 | TOTAL R\$ | 101.582.465,90 | 51,11 | 85,65 |
| Terra Roxa | 438.270.649,57 | Milho | 105.905.351,30 | 24,16 | Aves | 58.060.550,66 | 13,25 | |
| | | Soja | 187.289.227,13 | 42,73 | Suínos | 6.329.212,48 | 1,44 | |
| | | | | | Leite | 21.590.030,00 | 4,93 | |
| | | | | | | | | |

Continua...

continuação

| | | | | | | | | |
|-----------|-------------------------|-----------|-------------------------|--------------|-----------|-------------------------|--------------|--------------|
| | | TOTAL R\$ | 293.194.578,43 | 66,90 | TOTAL R\$ | 85.979.793,14 | 19,62 | 86,52 |
| Toledo | 2.162.263.535,01 | Milho | 131.709.895,95 | 6,09 | Aves | 475.307.750,08 | 21,98 | |
| | | Soja | 290.990.521,80 | 13,46 | Suínos | 937.456.022,06 | 43,36 | |
| | | | | | Leite | 107.726.300,00 | 4,98 | |
| | | TOTAL R\$ | 422.700.417,75 | 19,55 | TOTAL R\$ | 1.520.490.072,14 | 70,32 | 89,87 |
| Tupãssi | 311.944.971,21 | Milho | 46.052.247,50 | 14,76 | Aves | 89.920.553,30 | 28,83 | |
| | | Soja | 100.078.486,20 | 32,08 | Suínos | 45.298.025,20 | 14,52 | |
| | | | | | Leite | 7.527.410,00 | 2,41 | |
| | | TOTAL R\$ | 146.130.733,70 | 46,85 | TOTAL R\$ | 142.745.988,50 | 45,76 | 92,61 |
| MI | 9.997.679.698,44 | TOTAL R\$ | 2.933.491.271,10 | 29,34 | TOTAL R\$ | 5.747.616.013,34 | 57,49 | 86,83 |

Fonte: Relatório Municipal do VBP 2017. Paraná. Deral, 2020.

Então, mediante o panorama e os dados ali apontados, quando se isolam as 2 (duas) principais cadeias produtivas de origem vegetal e as 3 (três) de origem animal na microrregião de Toledo, pode-se observar que elas juntas somam 86,83% de todo o VBP da área, dos quais 29,34% provêm de produtos de origem vegetal e 57,49% de produtos de origem animal, demonstrando, desta forma, a importância econômica dessas cadeias produtivas, o que se apresenta como destaque nessas atividades dentro do estado do Paraná.

Ademais, quando se separam os dados por origem vegetal e animal, verifica-se que alguns municípios têm maior composição no VBP de produtos das cadeias produtivas de origem vegetal. É o caso de Guaíra com 72,30%, Iracema do Oeste com 51,92% e Terra Roxa com 66,90%; já outros municípios têm seu VBP apoiado em produtos das cadeias produtivas de origem animal, sendo o caso de Entre Rios do Oeste com 77,83%, Nova Santa Rosa com 70,54% e Pato Bragado com 78,09%.

Cabe ressaltar que os municípios com menores participações das cadeias de origem vegetal na área são: Entre Rios do Oeste com 14,58%, Pato Bragado com 13,99% e São José das Palmeiras com 14,24%; os de menor participação dos produtos de origem animal na composição do VBP são: Diamante do Oeste com 38,63%, Guaíra com 15,34 e Terra Roxa com 19,62%. Analisando as cinco cadeias juntas, que respondem por 86,83% de todo o VBP, vê-se que alguns municípios detêm porcentagem maior: Entre Rios do Oeste com 92,41%, Nova Santa Rosa com 96,43% e Tupãssi com 92,61%. Existem locais da microrregião com menor participação no VBP das 5 cadeias: Diamante do Oeste com 62,43%, Jesuítas com 79,31% e São José das Palmeiras com 58,47%.

É válido ainda salientar que os municípios com uma grande participação no VBP das cadeias de produtos de origem animal têm um IDH mais elevado dentro da microrregião, caso de Entre Rios do Oeste que tem o 5º IDH da região, Nova Santa Rosa com 10ª posição e Pato Bragado com a 7ª posição do IDH na microrregião. Enquanto isso, os municípios com as menores participações dos produtos de origem animal na composição do VBP apresentam um IDH mais baixo, como Diamante do Oeste que tem o menor IDH da microrregião, Guaíra e Terra Roxa que ocupam a 13ª e a 15ª posições, respectivamente, na classificação do IDH na microrregião.

5.2 Número de Estabelecimentos e Área da Agricultura Familiar

Para avaliação do número de estabelecimentos e da área dos estabelecimentos da Agricultura Familiar e da Agricultura Não Familiar na microrregião de Toledo, foram utilizadas as informações do banco de dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, com os resultados definitivos e disponíveis do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Cabem algumas considerações: todas as informações registradas nos Censos Agropecuários são declaratórias, prestadas pelo próprio entrevistado durante a visita. O recenseador não conta o número de animais ou pesa a produção, também não mede a área do produtor. Esse procedimento segue um padrão internacional e, no caso do Censo Agropecuário 2017, as orientações do Censo Agropecuário Mundial 2020 (WCA 2020), emanadas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Desta forma, com uma obtenção de informações diferenciadas, pela sua forma própria de coleta, é possível que as informações dos Censos não sejam idênticas aos registros administrativos, que possuem, muitas vezes, metodologias diversas de conceitos, objetivos e forma de coleta de informações. São exemplos disso os cadastros de imóveis rurais, os assentamentos da reforma agrária, o registro geral de animais, os contratos de crédito, entre outros.

Neste mesmo sentido, cabe destacar também a unidade de coleta utilizada pelo Censo Agropecuário, que é o estabelecimento rural. Essa unidade produtiva de coleta é diferente do imóvel rural utilizado para registro das propriedades agrícolas e para o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Uma unidade produtiva pode abranger vários imóveis rurais, ou, ainda, um imóvel rural pode não ter nenhuma atividade produtiva e não ser considerado um estabelecimento. Para o IBGE, um estabelecimento agropecuário é:

Toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família). (IBGE, 2018, p. 17)

Outro aspecto metodológico importante versa acerca do período de referência de coleta das informações, diferentemente do ano civil: no Censo Agropecuário 2017, elas são referentes ao período de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, sendo o dia 30 de setembro de 2017 a data de referência da pesquisa. Para efeitos de caracterização, o IBGE utilizou a definição formal de Agricultura Familiar, conforme prevista na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Na Tabela 6, são apresentados os números dos estabelecimentos rurais da agricultura não familiar e da agricultura familiar na microrregião de Toledo.

Tabela 6 – Número de estabelecimentos agropecuários

| Microrregião Geográfica | Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades) | | | | |
|-------------------------|---|----------------------------|-------|----------------------------|-------|
| | Total | Agricultura familiar - não | | Agricultura familiar - sim | |
| | | Unidades | % | Unidades | % |
| Toledo | 18.197 | 4.076 | 22,40 | 14.121 | 77,60 |

Fonte: Censo Agropecuário 2017/ Tabela 6880 -IBGE, 2020.

Pode-se observar que o total de estabelecimentos agropecuários da microrregião de Toledo é de 18.197. Desse total, 4.076 estabelecimentos ou 22,40% são estabelecimentos da agricultura não familiar e 14.121 ou 77,60% do total são estabelecimentos da agricultura familiar. Em termos de número de estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar é muito maior do que a agricultura não familiar.

Já na Tabela 7, estão caracterizadas as áreas em hectares dos estabelecimentos da agricultura não familiar e da agricultura familiar.

Tabela 7 – Área dos estabelecimentos agropecuários

| Microrregião Geográfica | Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) | | | | |
|-------------------------|--|----------------------------|-------|----------------------------|-------|
| | Total | Agricultura familiar - não | | Agricultura familiar - sim | |
| | | Hectares | % | hectares | % |
| Toledo | 702.379 | 458.702 | 65,31 | 243.678 | 34,69 |

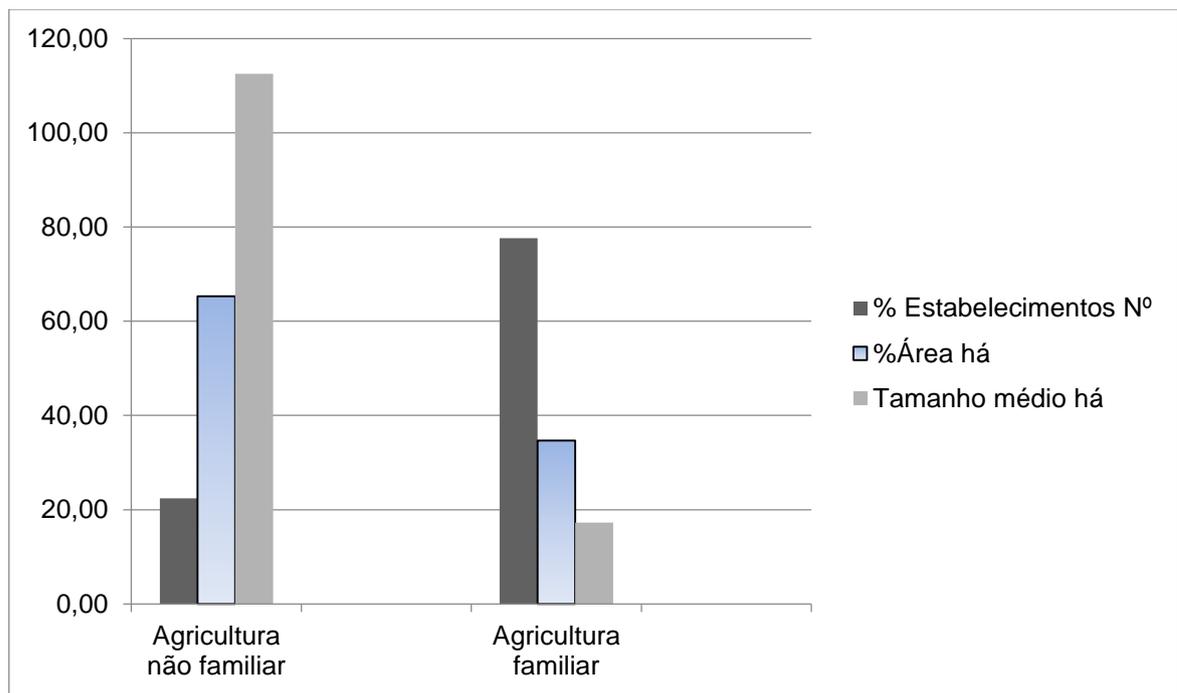
Fonte: Censo Agropecuário 2017/ Tabela 6880 -IBGE, 2020.

Na Tabela 7, são apresentadas as áreas dos estabelecimentos agropecuários da microrregião de Toledo, que têm um total de 702.379 hectares, desses, 458.702

hectares ou 65,31% são da agricultura não familiar e 243.678 hectares ou 34,69% do total são da agricultura familiar. Em termos de extensão de área, a agricultura familiar é bem menor do que a agricultura não familiar.

As informações acima podem ser mais bem visualizadas no Gráfico 2, que faz a junção das informações com base no número de estabelecimentos e no tamanho total da área da agricultura não familiar e da agricultura familiar.

Gráfico 2 – Comparação de número de estabelecimentos x área



Fonte: Censo Agropecuário 2017/ Tabela 6880 - IBGE, 2020.

Conforme as informações do Censo Agropecuário 2017, pode-se concluir que a agricultura não familiar na microrregião de Toledo possui 4.076 estabelecimentos rurais ou 22,40% do total. Com relação ao tamanho da área, a agricultura não familiar detém 458.702 hectares ou 65,31% da área total, com uma média de 112,54 hectares por estabelecimento rural. Já a agricultura familiar na microrregião de Toledo possui um total de 14.121 estabelecimentos rurais ou 77,60%, com uma área total de 243.678 hectares ou 34,69%, ou seja, uma média de 17,26 hectares por estabelecimento. Portanto, o tamanho médio dos estabelecimentos da agricultura não familiar é cerca de seis vezes o tamanho dos estabelecimentos da agricultura familiar.

5.3 Propriedades que Exploram as Principais Atividades

Neste tópico, foram analisados os números de estabelecimentos e a produção das propriedades que exploram as 5 (cinco) principais atividades agropecuárias da microrregião de Toledo (as de agricultura familiar e as da agricultura não familiar). Para tal, serão utilizadas as informações do Censo Agropecuário do IBGE 2017.

5.3.1 Cadeias produtivas de milho e soja

Na Tabela 8, são apresentadas as informações acerca das cadeias de soja e milho.

Tabela 8 – Cadeias produtivas de milho e soja na microrregião de Toledo 2017

| Produto | Variável | Total | Agricultura familiar - não | | Agricultura familiar – sim | |
|---------------|-----------------------------|-----------|----------------------------|-------|----------------------------|-------|
| | | | Total | % | Total | % |
| Milho em grão | Nº de estabelecimentos (un) | 12.129 | 2.636 | 21,73 | 9.493 | 78,27 |
| | Quantidade produzida (t) | 2.393.237 | 1.594.189 | 66,61 | 799.047 | 33,39 |
| | Área (ha) | 428.517 | 281.888 | 65,78 | 146.629 | 34,22 |
| Soja em grão | Nº de estabelecimentos (un) | 11.044 | 2.441 | 22,10 | 8.603 | 77,90 |
| | Quantidade produzida (t) | 1.643.247 | 1.103.120 | 67,13 | 540.127 | 32,87 |
| | Área (ha) | 456.508 | 305.370 | 66,89 | 151.138 | 33,11 |

Fonte: Censo Agropecuário 2017 tabela/6957- IBGE, 2020.

Conforme a Tabela 8, pode-se observar que em número de estabelecimentos, tanto para a produção de milho quanto para a produção de soja, a agricultura familiar representa um volume muito superior (78,27% e 77,90%), porém, em área e em produção, a agricultura não familiar é que tem uma maior representatividade. Pode-se considerar que, do total de estabelecimentos, a agricultura familiar representa dois terços, ao passo que, em área e produção, essa razão é invertida, ficando a agricultura não familiar com a superioridade.

É possível observar também, com relação à produtividade por área, que nas propriedades da agricultura familiar a produção tanto de milho quanto de soja é levemente menor; com 5.449 kg/ha para a cultura de milho e 3.574 kg/ha para a cultura da soja. Já a agricultura não familiar consegue obter uma produção de 5.655 kg/ha de milho e 3.612 kg/ha para a cultura de soja.

No entanto, cabe aqui uma observação: como os estabelecimentos rurais da agricultura familiar possuem um tamanho médio inferior ao dos estabelecimentos da agricultura não familiar, isso pode levar as propriedades da agricultura familiar a terem maiores custos de produção em virtude da escala. Pode-se entender a economia de escala como a redução do custo médio de determinado produto, nesse caso soja e milho, ou seja, quanto maior for o volume produzido, o custo de cada bem será menor.

A agricultura familiar desenvolve uma economia de escopo, com a diversificação de atividades, produzindo mais de uma cultura; a agricultura familiar pode reduzir os custos de produção de cada cultura de forma individual, utilizando equipamentos e máquinas de forma compartilhada nas diversas atividades. Dessa forma, o agricultor familiar tem diversas fontes de renda e reduz os riscos e dependência de uma cultura específica, no caso de problemas climáticos ou grande variação de preços, com a diversidade de atividades, pode-se compensar alguma perda.

Entretanto, o aumento do escopo produtivo pode acabar gerando uma redução de produção e renda de alguma atividade, pelo fato de restringir a especialização e a escala da produção, características da agricultura não familiar.

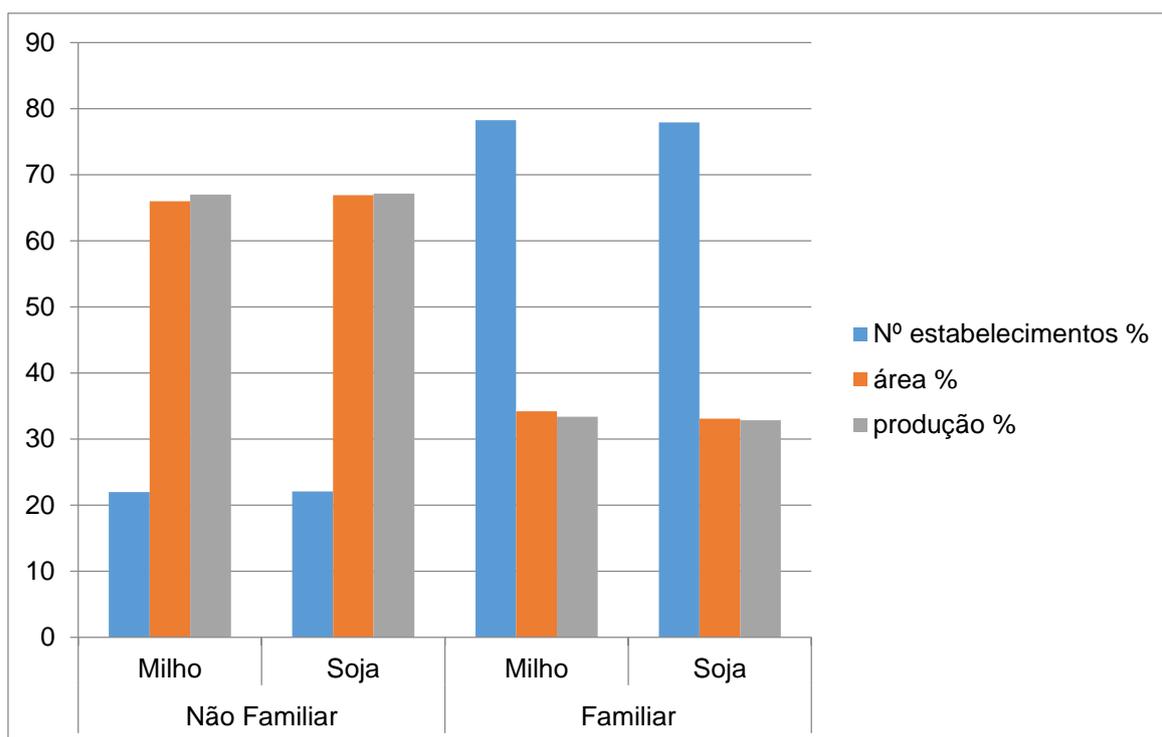
Desta forma, a agricultura familiar tem desvantagem frente à agricultura não familiar que possui tamanho médio dos estabelecimentos superior. A agricultura familiar possui menos capital e utiliza menos equipamentos e máquinas, portanto apresenta menor economia de escala.

Quando se eleva a produção, os custos de máquinas, equipamentos e insumos podem ser reduzidos, mas esse aumento de produção pode apresentar um acréscimo no custo com a mão de obra, que passa ser assalariada e não mão de obra familiar.

O tamanho médio dos estabelecimentos da agricultura não familiar que produzem milho em grão é de 106,3 hectares e dos que produzem soja é de 125,10 hectares; no caso, o tamanho médio dos estabelecimentos da agricultura familiar que produzem milho é de 15,44 hectares e dos que produzem soja é de 17,56 hectares.

Abaixo é apresentado o Gráfico 3 com as relações em porcentagem do número de estabelecimentos, da área e da produção das cadeias de milho e soja.

Gráfico 3 – Cadeias produtivas de milho e soja na microrregião de Toledo 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017 tabela/6957- IBGE, 2020.

Conforme o Gráfico 3, é possível constatar uma tendência de crescimento nas propriedades da agricultura não familiar, tanto para a cultura do milho quanto para a da soja, entre número de estabelecimentos, a área e a produção; ao passo que nas propriedades de agricultura familiar essa tendência é de decréscimo, ou seja, a eficiência produtiva é levemente superior na agricultura não familiar.

5.3.2 Cadeia produtiva de leite

Na Tabela 9, são apresentados os números de estabelecimentos que atuam na cadeia produtiva do leite, bem como o número de animais e a produção.

Tabela 9 – Cadeia produtiva de leite na microrregião de Toledo 2017

| Variável | Total | Agricultura familiar - não | | Agricultura familiar - sim | |
|-----------------------------|---------|----------------------------|-------|----------------------------|-------|
| | | Total | % | Total | % |
| Nº de estabelecimentos (un) | 5.876 | 756 | 12,87 | 5.120 | 87,13 |
| Vacas ordenhadas (cab) | 72.554 | 10.304 | 14,20 | 62.250 | 85,80 |
| Leite produzido (mill) | 316.793 | 48.385 | 15,27 | 268.408 | 84,73 |

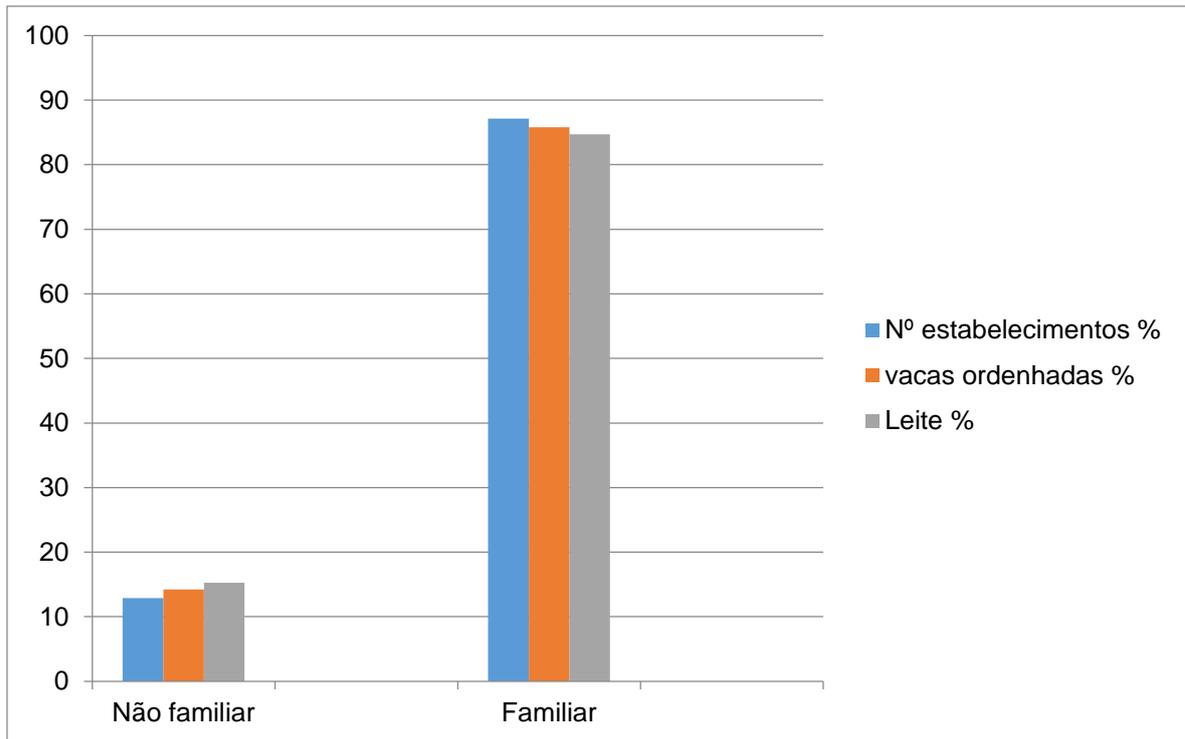
Fonte: Censo Agropecuário 2017 tabela/6912- IBGE, 2020.

Conforme a Tabela 9, podemos observar que o maior número de estabelecimentos, número de animais e leite produzido se encontra nas propriedades da agricultura familiar. Com relação ao número de estabelecimentos que desenvolvem a atividade de produção de leite, 87,13% são da agricultura familiar; já para o número de animais nas propriedades da agricultura familiar, esse é 85,80% do total e a produção de leite é de 84,73%. Ao contrário das cadeias produtivas de milho e soja, nas quais a agricultura não familiar representava o menor número de estabelecimentos, mas em área e produção era muito superior à agricultura familiar, no caso do leite isso não acontece, mantêm-se os valores aproximados para as três variáveis analisadas. No entanto, com relação à produtividade, a cadeia do leite também apresenta resultado similar às cadeias de grãos, com a agricultura familiar tendo um resultado levemente inferior ao resultado da agricultura não familiar. Para a agricultura familiar, a produção de leite por animal foi de 4.312 litros; enquanto para a agricultura não familiar foi de 4.696 litros.

A maior participação da agricultura familiar para a produção de leite na microrregião de Toledo, com uma diferença significativa, em número de estabelecimentos, animais ordenhados e leite produzido, deve-se ao grande volume de mão de obra utilizada na atividade (mão de obra, na maioria das vezes contratada, no caso da agricultura não familiar e mão de obra da própria família no caso da agricultura familiar). Como a mão de obra para a produção de leite, quando contratada, representa uma grande parcela dos custos, a agricultura não familiar tem pouca participação na atividade. Na agricultura familiar, normalmente, a mão de obra utilizada é disponível na propriedade, o que resulta em uma maior participação na atividade.

Abaixo é apresentado o Gráfico 4, com as variáveis de número de estabelecimentos, número de animais e produção total da cadeia produtiva de leite, com os valores em porcentagem.

Gráfico 4 – Cadeia produtiva de leite na microrregião de Toledo 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017 tabela/6912- IBGE, 2020.

Com base no Gráfico 4, é possível observar uma tendência crescente para a agricultura não familiar e uma tendência decrescente para a agricultura familiar na relação número de estabelecimentos, ao número de animais e à produção de leite. Como na produção de grãos, a agricultura não familiar tem uma melhor eficiência produtiva, muito em função da disponibilidade de recursos para investimento em genética, instalações e alimentação, mas cabe ressaltar que no caso da agricultura não familiar a atividade é desenvolvida em economia de escala e na agricultura familiar a economia é de escopo. Com maior especialização, a produção por unidade animal é maior, mas esse aumento de produção não é suficiente para cobrir os custos adicionais com a contratação de mão de obra.

5.3.3 Cadeia produtiva de suínos

Conforme a Tabela 10, são apresentados os números de estabelecimentos que atuam na cadeia produtiva de suínos e o número de animais.

Tabela 10 – Cadeia produtiva de suínos na microrregião de Toledo 2017

| Variável | Total | Agricultura familiar - não | | Agricultura familiar - sim | |
|--------------------------|-----------|----------------------------|-------|----------------------------|-------|
| | | Total | % | Total | % |
| Nº estabelecimentos (un) | 8.164 | 1.658 | 20,31 | 6.506 | 79,69 |
| Nº suínos (cab) | 2.788.268 | 1.196.056 | 42,90 | 1.592.212 | 57,10 |

Fonte: Censo Agropecuário 2017 tabela/6927- IBGE, 2020.

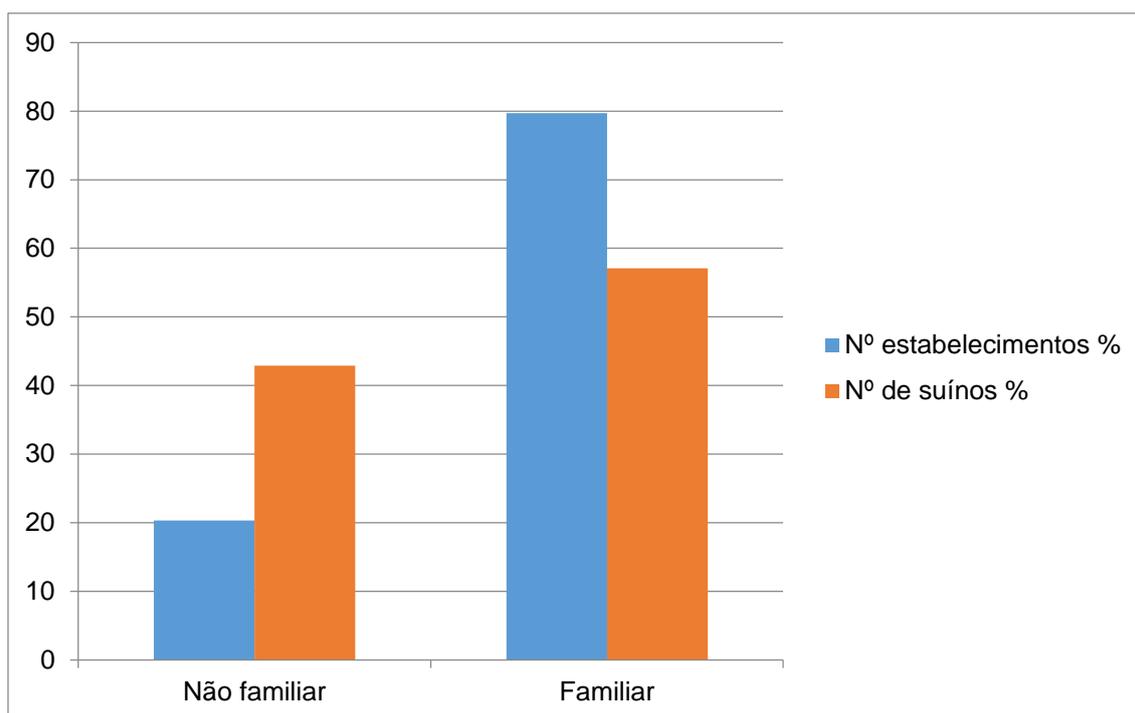
Na Tabela 10, é possível observar novamente, a exemplo das cadeias de grãos, que em termos de número de estabelecimentos para a atividade de produção de suínos, o número na agricultura familiar é superior ao número de estabelecimentos da agricultura não familiar. Porém, quando se analisa o rebanho, é possível verificar que essa relação não se mantém. Enquanto o número de estabelecimentos da agricultura familiar que atuam na produção de suínos representa 79,69%, o número de animais é de 57,10%.

Com relação à média de animais por estabelecimentos, temos o resultado de 245 suínos nas propriedades da agricultura familiar e 721 suínos nas propriedades de agricultura não familiar. Entretanto, o fato de ter uma menor lotação de animais por estabelecimento dá à propriedade da agricultura familiar uma condição de maior sustentabilidade, pois os principais problemas da atividade, que são as questões ambientais e sanitárias, estão diretamente relacionados à lotação.

Esse número maior de animais alojados nas propriedades da agricultura não familiar é o resultado da maior disponibilidade de recursos para construção de instalações e aquisição de animais, bem como da maior capacidade de endividamento desse setor para financiamento das instalações. Já a agricultura familiar tem uma menor disponibilidade de recursos e uma capacidade reduzida de endividamento para investir na atividade.

Abaixo é apresentado o Gráfico 5 com as variáveis do número de estabelecimentos e número de animais da cadeia produtiva de suínos, com os valores em porcentagem.

Gráfico 5 – Cadeia produtiva de suínos na microrregião de Toledo 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017 tabela/6927- IBGE, 2020.

A exemplo das cadeias produtivas analisadas anteriormente, é possível constatar no Gráfico 5, mesmo em uma proporção menor, que, enquanto a relação de número de estabelecimentos e de número de animais cresce na agricultura não familiar, essa proporção decresce na agricultura familiar.

5.3.4 Cadeia produtiva de aves

Os valores da cadeia produtiva de aves, sendo o número de estabelecimentos, o número de animais e o número de estabelecimentos que produzem ovos e a produção, são apresentados na Tabela 11.

Tabela 11 – Cadeia produtiva de aves na microrregião de Toledo 2017

| Variável | Total | Agricultura familiar - não | | Agricultura familiar - sim | |
|--|--------|----------------------------|-------|----------------------------|-------|
| | | Total | % | Total | % |
| Nº estabelecimentos c/animais (un) | 9.531 | 1.937 | 20,32 | 7.594 | 79,68 |
| Nº de animais (mil cabeças) | 52.363 | 23.985 | 45,81 | 28.378 | 54,19 |
| Nº estabelecimentos que produzem ovos (un) | 5.815 | 1.064 | 18,30 | 4.751 | 81,70 |
| Quantidade de ovos produzidos (mil dúzias) | 36.315 | 31.287 | 86,15 | 5.028 | 13,85 |

Fonte: Censo Agropecuário 2017 tabela/6941- IBGE, 2020.

Nas duas variáveis, número de estabelecimentos com animais e número de estabelecimentos que produzem ovos, a participação da agricultura familiar é bem superior, com 79,68% e 81,70%. Porém, nas variáveis de produção, a exemplo das demais cadeias, as relações não se mantêm, ficando o número de animais com 54,19% e produção de ovos com 13,85%; o que indica uma forte especialização dessa atividade nas propriedades de agricultura não familiar.

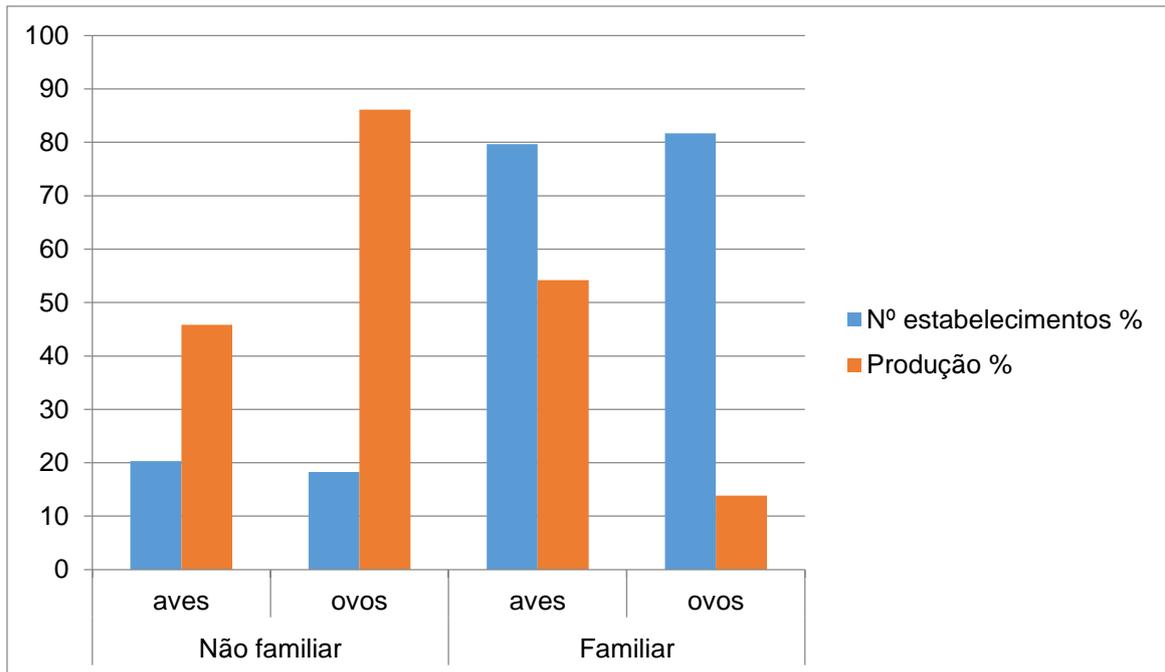
Enquanto nas propriedades da agricultura não familiar a média do rebanho é de 12.383 animais e de produção de ovos é de 29.405 dúzias, nas propriedades da agricultura familiar, a média de animais é de 3.737 e de ovos produzidos é de 1.058 dúzias.

Novamente, a exemplo da atividade de produção de suínos, podemos concluir que as propriedades da agricultura não familiar, que dispõe de maior condição de recursos ou acesso a financiamentos para investir na construção de instalações e aquisição de equipamentos, têm uma produção muito superior às propriedades da agricultura familiar, com limitações de recursos para grandes investimentos ou com baixa capacidade de endividamento para acessar crédito.

Como na atividade de suínos, a lotação de aves por estabelecimentos, que é menor na agricultura familiar, é um importante fator de sustentabilidade, pois, quanto maior a lotação, maiores são os riscos de problemas sanitários e ambientais.

Abaixo é apresentado o Gráfico 6 com as variáveis de número de estabelecimentos, número de animais e número de ovos produzidos na cadeia produtiva de aves.

Gráfico 6 – Cadeia produtiva de aves na microrregião de Toledo 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017 tabela/6941- IBGE, 2020.

Novamente, é possível observar a tendência de crescimento entre as colunas de estabelecimentos e a produção para as propriedades da agricultura não familiar, vê-se também a tendência decrescente dessas colunas para as propriedades da agricultura familiar; sendo a produção de ovos a que tem uma tendência mais expressiva.

5.4 Valores das Principais Atividades

Neste tópico, foram analisados os valores (em reais) das propriedades que exploram as 5 (cinco) principais atividades agropecuárias da microrregião de Toledo, as da agricultura familiar e as da agricultura não familiar. Para tal, serão utilizadas as informações do Censo Agropecuário do IBGE 2017. Na Tabela 12, são apresentados os valores das 5 (cinco) principais cadeias produtivas e a totalização dos valores, na cadeia de aves foram considerados os valores dos animais e dos ovos.

Tabela 12 – Valores em Reais - Principais cadeias produtivas da microrregião de Toledo 2017

| Cadeia | Valor Total da produção (R\$) | Agricultura familiar - não | | Agricultura familiar - sim | |
|--------------|-------------------------------|----------------------------|--------------|----------------------------|--------------|
| | | Valor R\$ | % | Valor R\$ | % |
| Soja | 1.679.656.000,00 | 1.133.265.000,00 | 67,47 | 546.391.000,00 | 32,53 |
| Milho | 1.042.312.000,00 | 676.942.000,00 | 64,95 | 365.370.000,00 | 35,05 |
| Leite | 330.393.000,00 | 52.218.000,00 | 15,80 | 278.175.000,00 | 84,20 |
| Suínos | 656.962.000,00 | 427.047.000,00 | 65,00 | 229.916.000,00 | 35,00 |
| Aves | 397.728.000,00 | 253.831.000,00 | 63,82 | 143.897.000,00 | 36,18 |
| Total | 4.107.051.000,00 | 2.543.303.000,00 | 61,93 | 1.563.749.000,00 | 38,07 |

Fonte: Censo Agropecuário 2017 tabela/6959, 6912, 6926 e 6940- IBGE, 2020.

Na totalização dos valores das 5 (cinco) principais cadeias produtivas, 61,93% estão nas propriedades da agricultura não familiar e 38,07% nas propriedades da agricultura familiar.

A cadeia produtiva com maior porcentagem nas propriedades da agricultura não familiar é da soja, com 67,47%; a com menor porcentagem, a cadeia do leite, tem 15,80%. Para as propriedades da agricultura familiar, a cadeia produtiva com maior porcentagem é a de leite com 84,20% e a com menor participação é a produção de soja com 32,53%.

Com exceção da cadeia produtiva do leite, as demais apresentam valores próximos, para a agricultura não familiar entre 63,82% e 67,47% e nas propriedades da agricultura familiar entre 32,53% e 36,18%.

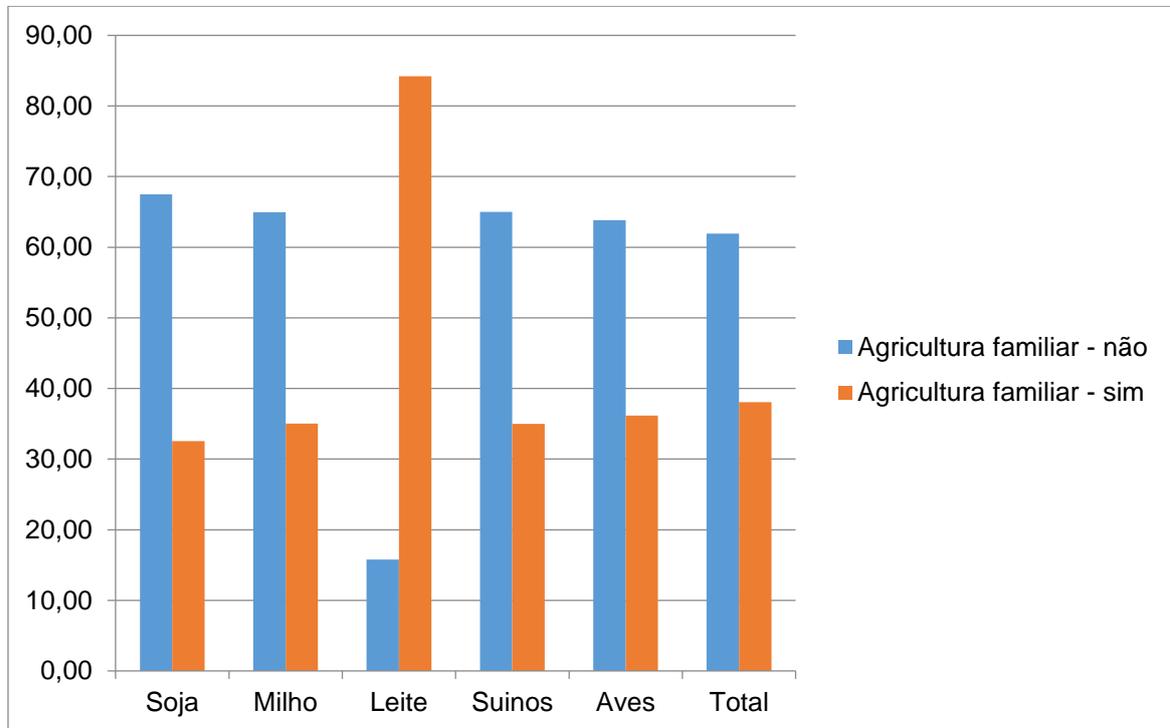
Para os valores em reais (R\$), a atividade de maior valor para a agricultura não familiar é a cultura de soja com R\$ 1.133.265.000,00, a mesma atividade com maior valor para agricultura não familiar com o valor de R\$ 546.391.000,00.

Cabe ressaltar, no caso da produção de soja em grão, que é o produto com a maior porcentagem, que essa é uma atividade desenvolvida na região com um alto nível tecnológico e pesados investimentos em máquinas e equipamentos, estrutura normalmente não disponível nas propriedades da agricultura familiar. Desta forma, justifica-se a grande participação da agricultura não familiar, que normalmente dispõe de recursos para tal, na produção dessa atividade.

Já a produção de leite é bem superior nas propriedades da agricultura familiar, em função da grande demanda de mão de obra, conforme já comentado anteriormente.

No Gráfico 7, são apresentados os valores em porcentagem das principais cadeias produtivas para a agricultura familiar e não familiar.

Gráfico 7 – Principais cadeias produtivas da microrregião de Toledo 2017 (%)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 tabela/6959, 6912, 6926 e 6940- IBGE, 2020.

Entre as principais cadeias produtivas, apenas a cadeia do leite tem uma participação maior da agricultura familiar; as demais cadeias têm na agricultura não familiar a maior participação.

5.5 Crédito Rural

Para a totalização de valores das operações de crédito rural na microrregião de Toledo, foram utilizadas as informações constantes na Matriz de Crédito Rural do Banco Central / Relatório com quantidade e valor dos contratos por município, no período de julho de 2016 a junho de 2017, sendo isolados os 21 municípios que compõem a microrregião de Toledo.

As operações foram divididas em crédito pecuário e agrícola e em operações de custeio e investimento; sendo que, para investimentos (pecuário e agrícola), foram utilizadas as variáveis de número de contratos e valor. Para as operações de custeio

agrícola, também foi utilizada a variável de área em hectares, ficando os créditos de custeio pecuário com as variáveis de número de contratos e do valor dos contratos.

Foram levadas em consideração duas linhas de crédito: uma para a agricultura familiar, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conforme as disposições gerais do capítulo 10 do Manual de Crédito Rural; e a outra para agricultores não familiares, o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), conforme o capítulo 8 do Manual de Crédito Rural.

Segundo dados da Secretária Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), em setembro de 2017, havia na microrregião 12.249 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs) ativas, ou seja, 12.249 famílias de agricultores que poderiam acessar o crédito rural na linha do Pronaf.

Dessa forma, esses valores foram organizados e são apresentados na Tabela 13 com os valores em reais (R\$) e a participação proporcional (%) das operações de crédito rural para a microrregião de Toledo no ano safra 2016/17.

Tabela 13 – Valores das operações de crédito rural da microrregião de Toledo- ano safra de 2016/17

| Produto | Variável | Total | Pronamp | | Pronaf | | |
|----------|--------------|----------------------|----------------|----------------|--------|----------------|-------|
| | | | Total | % | Total | % | |
| Pecuário | Custeio | Nº de contratos (un) | 2.411 | 751 | 31,15 | 1.660 | 68,85 |
| | | Valor R\$ | 138.376.545,23 | 76.654.283,57 | 55,40 | 61.722.261,66 | 44,60 |
| | Investimento | Nº de contratos (un) | 1.194,00 | 122 | 10,22 | 1.072 | 89,78 |
| | | Valor R\$ | 77.178.037,66 | 14.173.627,91 | 18,36 | 63.004.409,75 | 81,64 |
| Agrícola | Custeio | Nº de contratos (un) | 16.298,00 | 3.673 | 22,54 | 12.625 | 77,46 |
| | | Valor R\$ | 698.330.767,48 | 328.927.989,16 | 47,10 | 369.402.778,32 | 52,90 |
| | | Área (ha) | 392.561,92 | 181.790,36 | 46,31 | 210.771,56 | 53,69 |
| | Investimento | Nº de contratos (un) | 1.375,00 | 200 | 14,55 | 1.175 | 85,45 |
| | | Valor R\$ | 77.406.987,87 | 23.300.260,63 | 30,10 | 54.106.727,24 | 69,90 |

Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural - Banco Central do Brasil, 2020.

Para as operações ligadas ao custeio pecuário, o número de contratos para a agricultura familiar soma 68,85%, o que é muito superior ao número de contratos da agricultura não familiar, que corresponde a 31,15%. Porém, os valores dos contratos já não seguem este parâmetro, ficando a agricultura não familiar com valores

superiores a 55%. Analisando o valor médio dos contratos, é possível verificar que os contratos da agricultura não familiar são superiores; no caso da agricultura familiar, esse valor é de R\$ 37.182,09, e da agricultura não familiar o valor é de R\$ 102.069,62, reflexo da maior participação na produção pecuária da agricultura não familiar na microrregião, é o caso das produções de suínos e aves.

Para as operações de investimentos pecuários, em termos de número de contratos, a diferença é ainda maior do que na situação do custeio, ficando a agricultura familiar com 89,78% e a agricultura não familiar com 10,22%; embora, em termos de porcentagem dos valores, essa proporção se mantenha, sendo 81,64% para a agricultura familiar e 18,36% para a agricultura não familiar. No entanto, em valores médios, por contrato, novamente essa proporção não se mantém, ficando a agricultura familiar com uma média de R\$ 64.638,22 e a agricultura não familiar com um valor de R\$ 116.117,28, mais uma vez refletindo a maior participação no setor de criação de animais dos agricultores não familiares, caso de investimentos na produção de aves e suínos.

Na área de produção vegetal, as operações de custeio para a agricultura familiar representam 77,46% dos contratos, 52,90% do valor e 53,69% da área. Logo, a agricultura não familiar tem 22,54% dos contratos, 47,10% do valor e 46,31% da área total; mesmo com um número de contratos inferior ao da agricultura familiar, em termos de valor e área, os dois setores se aproximam. No caso do valor médio por contrato e tamanho médio da área, o valor é superior na agricultura não familiar, com uma média de R\$ 12.625,00 para a agricultura familiar e R\$ 89.552,95 para a agricultura não familiar, em termos de área, a agricultura familiar tem financiamento de custeio com 16,69 hectares, contra 49,49 hectares da agricultura não familiar.

Para as operações de investimento agrícola, essa segue o exemplo dos itens anteriores, com um número de contratos superior para a agricultura familiar com 85,45% e 14,55% dos contratos para a agricultura não familiar. Os valores totais, ainda que apresentem diferença significativa, de 69,90% para a agricultura familiar e 30,10% para a agricultura não familiar, quando avaliados, na média, apresentam resultado diferente, sendo R\$ 46.048,28 para a agricultura familiar e R\$ 116.501,30 para a agricultura não familiar.

Essa diferença nos valores de contratos de crédito agrícola superiores para a agricultura não familiar se deve, no caso dos custeios, ao fato de o tamanho dos estabelecimentos agrícolas ser maior nas propriedades da agricultura não familiar,

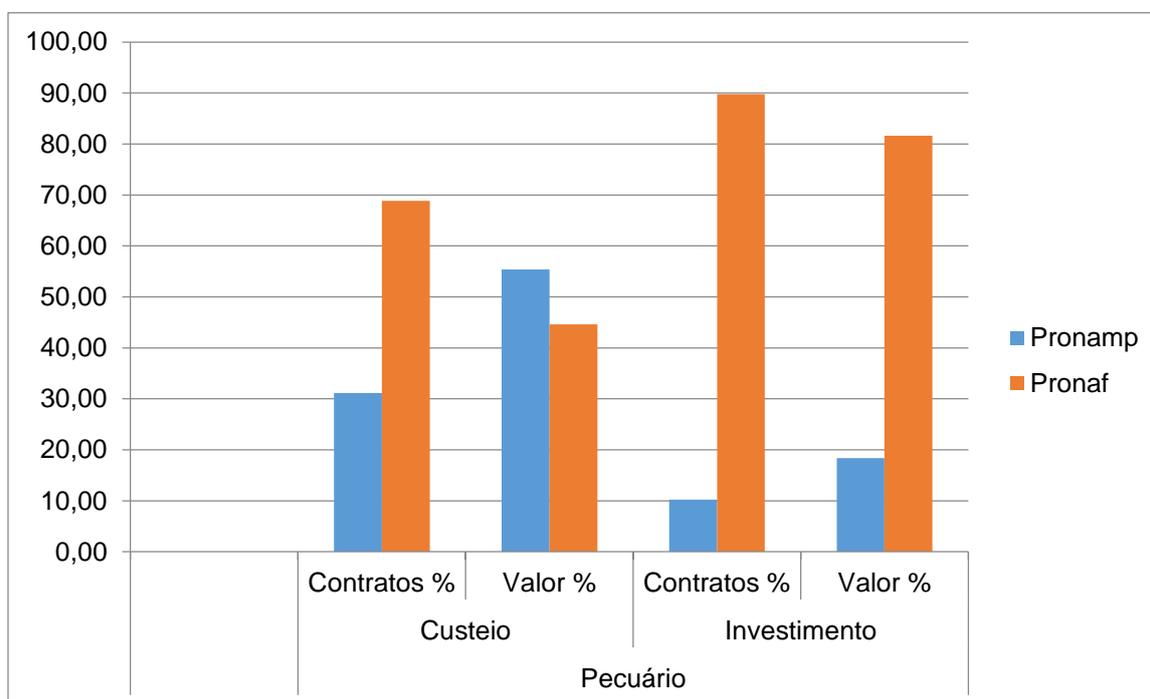
bem como, no caso dos investimentos, pode-se considerar a maior capacidade de endividamento dos agricultores não familiares.

O total de recursos utilizados pelo crédito rural (pecuário e agrícola) nas modalidades de custeio e investimento na microrregião de Toledo, no ano safra 2016/17, soma R\$ 991.292.338,24 e o número de contratos foi de 21.278. Do valor total dos recursos, 55,31% foram aportados na agricultura familiar, que representou, no período, 77,70% do número de contratos.

Cabe lembrar que as operações de custeio tanto pecuário quanto agrícola, em ambas as condições, podem ser contratados mais de uma vez no ano. No caso do custeio agrícola, para cada cultura, é realizado um contrato e, no caso da pecuária, para cada atividade, também é realizado um contrato.

No Gráfico 8, são apresentados a participação em porcentagem dos contratos e os valores das operações de crédito rural no setor de pecuária, para custeio e investimento.

Gráfico 8 – Operações de crédito pecuário na microrregião de Toledo 2017



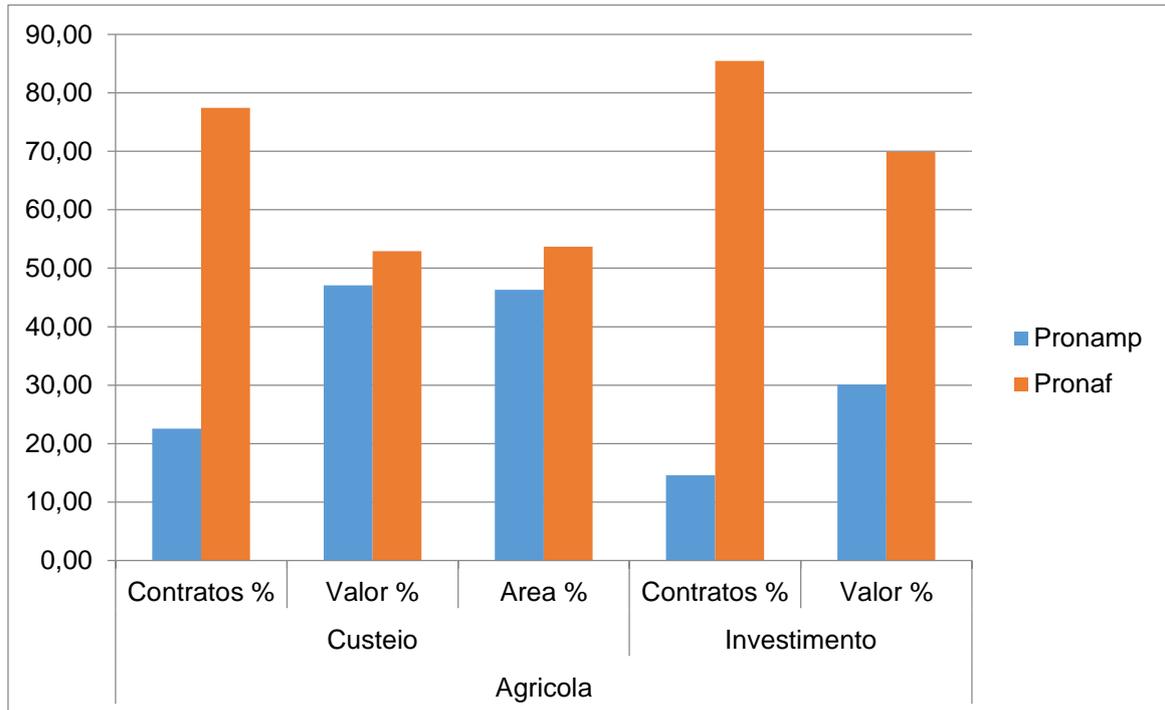
Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural - Banco Central do Brasil, 2020.

Conforme fica demonstrado no Gráfico 8, tanto nas operações de custeio como nas de investimento, os números de contratos da agricultura familiar são superiores aos da agricultura não familiar; em valores totais, para as operações de custeio, a agricultura não familiar tem maior representatividade, já nas operações de

investimento, o valor total é superior na agricultura familiar; porém, em valores médios por contrato, a agricultura não familiar é superior.

No Gráfico 9, são apresentados, em porcentagem, os números para as operações de custeio e investimento agrícola na microrregião de Toledo para a safra 2016/17.

Gráfico 9 – Operações de crédito agrícola na microrregião de Toledo 2017



Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural - Banco Central do Brasil, 2020.

A exemplo das atividades pecuárias, a agricultura não familiar para as atividades agrícolas possui um número menor de contratos, porém um valor superior por contrato; resultado da concentração de áreas e animais nas propriedades da agricultura não familiar.

Quando leva-se em consideração o valor em reais (R\$) aportado nas diversas modalidades de crédito rural no período, que foi de R\$ 991.292.338,24, desse total, R\$ 548.236.176,97 foram utilizados pela agricultura familiar e R\$ 443.056.161,27 pela agricultura não familiar. Esse elevado valor aplicado na agricultura familiar é resultado das diversas políticas públicas de apoio e de incentivo por parte do governo destinados à agricultura familiar.

5.6 Valores dos Produtos Agrícolas da Agricultura Familiar e Não Familiar na Microrregião

Para a avaliação do valor dos produtos, serão utilizadas as produções comercializadas com base nas informações do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, sendo os diversos produtos de origem animal e vegetal, divididos conforme a condição do agricultor familiar e não familiar, levando em consideração os valores em reais e em porcentagem. Lembrando que a metodologia utilizada pelo IBGE difere de outras metodologias, por isso pode ocorrer a discrepância de números.

Na Tabela 14, são apresentados todos os produtos/cadeias produtivas da microrregião de Toledo, a fim de dimensionar os valores de comercialização desses produtos.

Tabela 14 – Produtos agropecuários da microrregião de Toledo ano de 2017

| Origem | Produto/cadeia | Total (R\$) | Agricultura familiar - não | | Agricultura familiar – sim | |
|--------------|---|-------------------------|----------------------------|--------------|----------------------------|---------------|
| | | | Total (R\$) | % | Total (R\$) | % |
| Vegetal | Valor da produção na extração vegetal | 333.000,00 | 92.000,00 | 27,63 | 241.000,00 | 72,37 |
| | Valor da venda de produtos de floricultura e/ou plantas ornamentais | 5.842.000,00 | 3.731.000,00 | 63,87 | 2.111.000,00 | 36,13 |
| | Valor da produção da horticultura | 12.112.000,00 | 2.461.000,00 | 20,32 | 9.651.000,00 | 79,68 |
| | Valor da produção das lavouras permanentes | 6.935.000,00 | 572.000,00 | 8,25 | 6.362.000,00 | 91,74 |
| | Valor da produção das lavouras temporárias | 2.825.343.000,00 | 1.851.772.000,00 | 65,54 | 973.571.000,00 | 34,46 |
| | Valor da produção da silvicultura | 25.680.000,00 | 20.883.000,00 | 81,32 | 4.798.000,00 | 18,68 |
| Animal | Valor da produção de leite de vaca | 330.393.000,00 | 52.218.000,00 | 15,80 | 278.175.000,00 | 84,20 |
| | Valor da venda de bovinos | 115.734.000,00 | 68.492.000,00 | 59,18 | 47.242.000,00 | 40,82 |
| | Valor da venda de equinos | 721.000,00 | 366.000,00 | 50,76 | 355.000,00 | 49,24 |
| | Valor da venda de suínos | 656.962.000,00 | 427.047.000,00 | 65,00 | 229.916.000,00 | 35,00 |
| | Valor da venda de caprinos e leite | 248.000,00 | 54.000,00 | 21,77 | 195.000,00 | 78,63 |
| | Valor da venda de ovinos | 1.170.000,00 | 729.000,00 | 62,31 | 440.000,00 | 37,61 |
| | Valor da venda de aves e ovos | 397.728.000,00 | 253.831.000,00 | 63,82 | 143.897.000,00 | 36,18 |
| TOTAL | | 4.379.201.000,00 | 2.682.248.000,00 | 61,25 | 1.696.954.000,00 | 38,75% |

Fonte: Censo Agropecuário 2017- tabela 6950, 6952, 6954, 6956, 6959, 6948, 6913, 6911, 6921, 6927, 6929, 6931 e 6942 - IBGE, 2020.

Conforme é possível observar, no volume total de produção, a agricultura familiar representa 38,75% e a agricultura não familiar representa 61,25%; cabe destaque para as seguintes atividades da agricultura familiar com maior representatividade: produção de hortaliças, 79,68%, bem como produção de lavouras permanentes (fruticultura), 91,74%, e produção de leite, 84,20%. Essas atividades têm um grande uso de mão de obra, normalmente mais disponível em propriedades da agricultura familiar e também são atividades que podem ser desenvolvidas em áreas com topografia mais acidentada e com menor uso de maquinário.

Como atividades com menor expressão na agricultura familiar, é possível destacar a silvicultura (madeira) com 18,68% de participação, as lavouras temporárias com 34,46%, a produção de suínos com 35,00% e a de aves com 36,18%. No caso das lavouras temporárias e da produção de madeiras, um dos principais fatores de produção é a extensão das áreas. Como a agricultura familiar detém uma área menor, a sua produção para essas atividades também é menor.

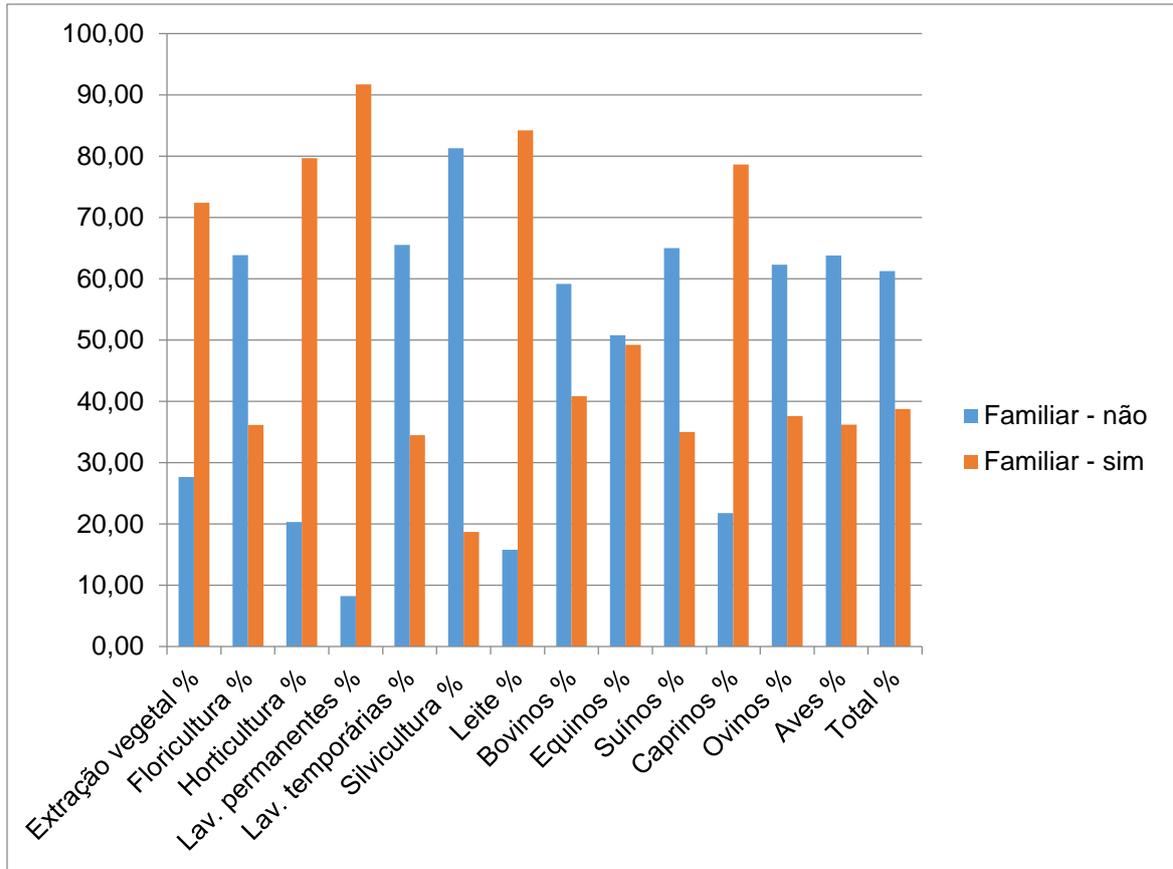
No caso da produção de suínos e aves, essas dependem de grandes investimentos em estruturas (instalações e equipamentos) para atender às exigências das empresas/cooperativas de integração, o que dificulta a maior participação da agricultura familiar nesses setores, uma vez que o pequeno produtor não dispõe de capital ou de capacidade de endividamento para tais investimentos.

No caso da agricultura não familiar, essa apresenta destaque nas produções de lavouras temporárias com 65,5% e a produção de madeira com 81,32%, para os produtos de origem vegetal. Essas são atividades com maior participação em função da maior extensão de área da agricultura não familiar.

Já para as atividades de origem animal, cabe destaque para a produção de suínos com 65,00% e de aves com 63,82%, essas atividades dependem de grandes investimentos para seu funcionamento. Com maior recurso de capital e capacidade de endividamento, o agricultor não familiar pode acessar recursos para realizar tais atividades.

No Gráfico 10, é apresentada, em porcentagem, a participação da agricultura familiar e não familiar para os produtos agropecuários da microrregião de Toledo em 2017.

Gráfico 10 – Valores dos produtos agropecuários da microrregião de Toledo 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017- tabela 6950, 6952, 6954, 6956, 6959, 6948, 6913, 6911, 6921, 6927, 6929, 6931 e 6942 -IBGE, 2020.

Em termos de porcentagem, apenas a produção de equinos apresenta valores semelhantes entre a agricultura familiar e a não familiar, embora o valor em reais frente o valor total das atividades represente apenas 0,02%.

6 CONCLUSÕES

Antes de realizar a conclusão deste trabalho de pesquisa, cabe aqui ressaltar a importância do levantamento realizado pelo Censo Agropecuário 2017 do IBGE, que produziu estatísticas oficiais da agricultura brasileira, dando uma nítida contribuição para a identificação e a caracterização de um setor de suma importância econômica e social, o qual é objeto de crescente reconhecimento por parte do Estado e de amplos debates acadêmicos.

A vasta informação produzida pelo Censo oferece a oportunidade de estudo para que se possa compreender como ocorrem os processos econômicos e sociais no setor rural, contextualizando e correlacionando esses dados com o aperfeiçoamento de políticas públicas que tenham como objetivo o desenvolvimento rural, de forma a garantir a todos a promoção da igualdade e a dinamização das economias locais e regionais, dando mais cidadania às populações que fazem do agronegócio seu sustento de vida.

Este trabalho tem a intenção de colaborar para a discussão, sem contaminação política, sobre as condições de produção do agronegócio, das propriedades da agricultura familiar e não familiar na microrregião de Toledo; partindo de um ponto de vista conceitual sobre o que é agricultura familiar no Brasil e no mundo; lembrando que a agricultura familiar é, além de uma simples classificação com parâmetros definidos pela legislação, uma forma de organização social da produção.

É importante salientar que, até o momento, a modernidade da agropecuária não exclui as formas familiares de produção, embora caiba ressaltar que a atual condição do agronegócio é resultado de uma série de fatores relacionados às particularidades de cada região, como clima, solo, topografia, entre outros, além da história da ocupação da região.

É possível também afirmar que, ao longo da história, a agricultura familiar se firmou como um importante segmento sócioprodutivo de função essencial para as transformações do meio rural. Pode-se destacar também a agricultura familiar como protagonista da formação dos espaços rurais ao longo do tempo, com sua força de trabalho.

No caso de região em estudo, com o excedente da produção agrícola, inicialmente familiar, nas décadas passadas, construiu-se um mercado regional que logo sobressaiu e passou a abastecer as demais regiões.

O objetivo geral deste trabalho de pesquisa foi buscar caracterizar a agricultura familiar e suas cadeias produtivas nos municípios da microrregião de Toledo para o ano safra 2016/17, utilizando para isto as informações do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, o relatório municipal do VBP 2017 e as informações de crédito rural do Banco Central. Ademais, foram apontadas as principais cadeias produtivas, mensurando a produção e o valor econômico deste setor.

Após a análise dos resultados, foi permitida a realização de algumas considerações que visam incentivar a reflexão sobre os dados retratados, as quais são apresentadas com as observações advindas deste trabalho:

- As principais cadeias produtivas da microrregião são: milho, soja, suínos, aves e leite; as quais respondem por 86,83% do VBP da região;
- De um total de 18.197 estabelecimentos agropecuários que perfazem 702.37 hectares, 14.121 estabelecimentos que somam juntos 243.678 hectares são da agricultura familiar;
- Na cadeia produtiva do milho, a agricultura familiar representa 78,27% do número de estabelecimentos, 34,22% da área e 33,39% da produção;
- Para a cadeia produtiva da soja, a agricultura familiar tem 77,90% do número de estabelecimentos e 33,11% da área ocupada com essa cultura, respondendo por 32,87% da produção;
- Na produção de leite, 87,13% dos estabelecimentos são da agricultura familiar, que tem 85,80% do rebanho e 84,73% da produção;
- Na cadeia de suínos, a agricultura familiar representa 79,69% dos estabelecimentos, com 57,10% do rebanho;
- Na produção de aves, 79,68% dos estabelecimentos são da agricultura familiar, os quais respondem por 54,19% do plantel;
- Para essas cinco cadeias produtivas, somadas juntas, a agricultura familiar representa 38,07% do valor econômico;
- Do total de crédito rural utilizado no período da pesquisa, 77,70% dos contratos foram da agricultura familiar, o que representa 55,31% do valor desses recursos;
- Do valor total de todas as atividades agropecuárias na microrregião pesquisadas pelo censo agropecuário, a agricultura familiar detém R\$ 1.696.954.000,00 ou 38,75%.

Apenas cinco cadeias produtivas respondem pela grande parte do VBP da microrregião; em termos de número de estabelecimentos, a agricultura familiar é muito superior à agricultura não familiar, porém, em área, a agricultura não familiar é superior; da mesma forma que, em termos econômicos, essa proporção não se mantém, ficando a agricultura não familiar com a maior parte da receita, com exceção apenas da atividade de produção de leite.

As atividades que demandam uso maior de mão de obra ou que possam ser desenvolvidas em pequenas áreas, como horticultura, fruticultura e produção de leite, têm uma participação maior da agricultura familiar; ao passo que atividades que demandem maior infraestrutura de produção têm uma participação maior da agricultura não familiar, as médias de produção de cereais e leite também são ligeiramente superiores nas propriedades da agricultura não familiar, em função de desenvolverem as atividades em economia de escala.

Cabe ressaltar que a microrregião possui 12.249 DAPs ativas e no período foram realizadas 16.532 operações de crédito rural na Linha do Pronaf, ou seja, mais de uma operação por DAP ativa. O que se pode concluir é que o acesso ao crédito é amplo na região. É correto dizer também que o agricultor não familiar, mais capitalizado, pode utilizar seus recursos próprios para realizar o custeio e o investimento em suas propriedades, deixando de contratar empréstimos junto aos agentes financeiros, para evitar o pagamento de juros.

Embora o valor econômico que representa a agricultura familiar na microrregião, apontado pela pesquisa, com base nas informações disponíveis, represente 38,75% do total, faz-se necessário ressaltar que, em termos de estabelecimentos, esse índice é de 77,60%; o que demonstra a importância social desse setor dentro da microrregião.

Não se podem negar os avanços no setor produtivo rural brasileiro nas últimas décadas, desde o momento em que o Estado decidiu apoiar e incentivar de maneira mais concreta a modalidade produtiva classificada como “agricultura familiar”, uma vez que essa modalidade ficou por um longo período da história à margem da grande maioria das ações das políticas públicas para o desenvolvimento rural no Brasil.

Ainda, podem-se destacar os resultados positivos da agricultura familiar em termos de produção agropecuária, embora sejam inferiores quando comparados com a agricultura não familiar, cabe ressaltar o longo período em que a agricultura familiar

foi vista e tratada como simples condição de produção de subsistência. Também pode-se citar, embora não seja o objeto deste trabalho, o papel relevante da agricultura familiar na manutenção da ocupação da área rural. Conforme já citado no texto, cerca de dois terços de todas as ocupações existentes no meio rural na microrregião de Toledo estão vinculados diretamente às propriedades da agricultura familiar.

Cabe destaque, ainda que também não seja tema deste trabalho, o relevante papel que a agricultura familiar desempenha, além dos aspectos produtivos e econômicos, dentre os quais pode-se mencionar a conservação dos patrimônios sociais, ambientais, culturais e históricos, que acarretam benefícios a toda a sociedade.

Apesar de os resultados deste trabalho indicarem que, do ponto de vista basicamente econômico e produtivo, a agricultura familiar é menor que a agricultura não familiar na microrregião de Toledo, é preciso buscar, à luz de uma concepção de desenvolvimento, a criação de políticas públicas que busquem dar condições para um projeto de um rural produtivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/o-capital-social-dos-territorios-repensando-o-desenvolvimento-rural/>. Acesso em: 30 maio 2019.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, Nelson.; BALDISSERA, T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Ed. Unesco, 1998. 104p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000152.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

ABRAMOVAY, R.; VICENTE, M. C. M.; BAPTISTELLA, C. S. L.; FRANCISCO, V. L. F. S. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo v. 43, n. 2, p. 67-88, 1996.

ACCARINI, J. **Economia rural e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ALEIXO, C. E. M.; OLIVEIRA, L. A. S.; REIS, A. P. L.; MUNIZ, K. T.; LIMA, P. V. P. S. Impactos do PRONAF nos indicadores de qualidade de seus beneficiados no Assentamento Santana – CE. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7, 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CSBSP, 2007. p. 1-11.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. 18p.

ALVES L.; BILHA CRUZ L.; FERRERA DE LIMA J.; PIFFER M. O Capital Social na Microrregião de Toledo – PR – 1985/2009. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 22, p. 139-172, 20 fev. 2013.

ARAÚJO, N.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. **Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro**. São Paulo: Agroceres, 1990.

ASSAD, E. D.; MARTINS, S. C.; PINTO, H. P. **Sustentabilidade no agronegócio brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2012.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BC. **Manual de crédito rural**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 8 ago. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BC. **Matriz de Dados do Crédito Rural:** contratações. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 13 set. 2020.

BATALHA, M. O. As cadeias de produção agroindustriais: uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 30, n. 42, p. 43-50, 1995.

BATALHA, M. O. **Cadeias agroindustriais:** definições e aplicações. Notas de aula. São Carlos: Dep/UFSCar, 1998.

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial.** São Paulo: Atlas, 1997.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Coord.) **Gestão Agroindustrial.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 1-60.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. **Gestão de cadeias produtivas:** Novos aportes teóricos e empíricos. In: GOMES, M. F.; COSTA, F. A. (**Des**) **equilíbrio econômico & Agronegócio.** Viçosa: UFV, 1999.

BERDEGUÉ, J. L.; REARDON, T.; ESCOBAR, G. La creciente importância del empleo y el ingreso rurales no agrícolas. In: ECHEVERRÍA, R. G. (Ed.) **Desarrollo de las economías rurales.** Washington: Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001.

BERGAMASCO, S. M. P. P. Família e trabalho rural no Brasil e no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, Supl. 1, p. 1-58, 1993.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015:** avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015. 113p.

BISCHOF, M. S. **A construção social de mercados nos centros de comercialização permanente da agricultura familiar do Estado do Paraná.** 2016. 217 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

BRASIL. Decreto nº 1946 de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências. **DOU**, Brasília, 1 jul. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm. Acesso em: 11 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline>. Acesso em: 19 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **DOU**, Brasília, 30 nov. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil/leis/l4504.htm#art50>. Acesso em: 25 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 8629 de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII da Constituição Federal. **DOU**, Brasília, 26 fev. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SEAD. **Quantitativo de DAPs Ativas**. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/quantitativo-de-daps-ativas-por-uf-e-municipio/resource/2736f924-69f3-4dea-b425-bef83e07020f>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRUE, S. L. **História do pensamento econômico**. Trad. Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CAMPANHOLA, C. Avanços na pesquisa agropecuária brasileira. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 64, p. 68-75, dez./fev.2004-2005.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). **O Novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; UNICAMP, 2004. v. 7.

CARVALHO, S. P.; OLIVEIRA, E. L. A produção de álcool: do Proálcool ao contexto atual. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007. p. 1-13.

CARVALHO, Y.; KUHN, V. Agricultura familiar no estado de São Paulo: política e condições econômicas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 29, n. 8, p. 15-51, 1999.

CASTELLANOS, O. F.; TORRES, L. M.; ROJAS, J. C. **Agenda prospectiva de investigación y desarrollo tecnológico para La cadena productiva de fique em Colombia**. Bogotá D.C: Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, 2009. Disponível em: http://www.bdigital.unal.edu.co/2078/1/2009_Agenda_Fique.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

CASTRO, A. M. G. Análise da competitividade de cadeias produtivas. In: WORKSHOP CADEIAS PRODUTIVAS E EXTENSÃO RURAL NA AMAZÔNIA, 2000. **Palestra**. Manaus: Suframa, 2000.

CASTRO, A. M. G.; PAEZ, M. L. A.; COBBE, R. V.; GOMES, D. T.; GOMES, G. C. Demanda: análise prospectiva do mercado e da clientela de P&D em agropecuária. In: GOEDERT, W.; PAEZ, M. L. A.; CASTRO, A. M. G. (Ed.) **Gestão de ciência e tecnologia**: pesquisa agropecuária. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 1994.

CASTRO, C. N. de. Pesquisa Agropecuária Pública Brasileira: Histórico E Perspectivas. **Boletim Regional, Urbano E Ambiental**, N. 15, p. 45-52, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28494&Itemid=7. Acesso em: 28 out. 2019.

CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, p. 26-44, 2009.

COMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000.

CONTINI, E.; GASQUES, J. G.; LEONARDI, R. B. de A.; BASTOS, E. T. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, v. 1, n. 1, p. 5-28, 2006.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 111-127, 2015.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 4 ed. São Paulo: Papyrus, 2002.

DANTAS, A; KERTSNTZKY, J; PROCHNIK V. Firma, indústria e mercados. In: HASENCLEVER, L.; KUPFER, D. **Organização industrial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002. cap. 2, p. 23-41.

ECHEVERRIA, R.G (Ed.) **Desarrollo de las economias rurales**. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. rev. e atual. Guaíba: Agropecuária, 1999.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of Development Studies**, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Embrapa no ano internacional da agricultura familiar 2014**. Hipertexto. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.embrapa.br/embrapa-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 1 jun. 2019.

ESQUERDO-SOUZA, V.F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, p. 9-35, jan./mar. 2015.

FARINA, E. M. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. Organização das cadeias agroindustriais de alimentos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PENSA DE AGRIBUSINESS, 1992, São Paulo. **Anais...** São Paulo: PENSA, 1992.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. **Estratégias empresariais e formação de competências**: um quebra-cabeça caleidoscópico da Indústria Brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.

FOOD AND AGRICULTURES ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **World Programme for the Census of Agriculture 2020**. Disponível em: <http://www.fao.org/world-census-agriculture/wcarounds/wca2020/en/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GASQUES, J. G., REZENDE, G. C. de, VILLA VERDE, C. M., SALERNO, M. S., CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Da; CARVALHO, J. C. de S. desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil. **Texto para Discussão – IPEA**, n. 1009, p. 1-39, fev. 2004.

GAZZONI, D. L. **A sustentabilidade da soja no contexto do agronegócio brasileiro e mundial**. Londrina: Embrapa Soja, 2013.

GERVAIS, M.; JOLLIVET, M., TAVERNIER, Y. La fin de la France Paysanne: de 1914 nos jours. In: DUBY, G.; WALLON, A. (Ed.). **Histoire de la France Rurale**. Paris: Seuil, 1976. t. 4. 672 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. **Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito.** São Paulo: IEA, 2005. 5p.

GOODMAN, D., WATTS, M. (Eds.). **Globalizing Food: agrarian questions and global restructuring.** London, Routledge.1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

GRAZIANO, X.; GERMANI, L. A.; BUAINAIN, A. M.; SILVEIRA, J. M. F. J.; BORGES, I.C.; JANK, M. S.; NASSAR, A. M.; TACHINARDI, M. H. **Revolução no campo.** Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2004.

GRZYBOVSKI, D.; TEDESCO, J. C. Empresa familiar x competitividade: tendências e racionalidades em conflito. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 6, n. 11, p. 37-68, 1998.

GUANZIROLI, C. E.; BASCO, C. A. Construcción de políticas agrarias en Brasil: el caso del Programa de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF). **Comuniica**, ano 5, p. 44-63, Enero/Julio, 2010.

GUANZIROLI, C. **Lineamientos de política de desarrollo sostenible para la agricultura familiar.** Relatório técnico preparado para o convênio FAO/INCRA. Brasília, 1994.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. C. S.; ROMEIRO, A. R.; SABBATO, A. D.; BUAINAIN, A. M.; REZENDE, G. C. R.; BITTENCOURT, G. A. **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil Redescoberto.** Brasília: Convênio FAO/INCRA, 2000. 74 p.

GUANZIROLI, C.; DI SABBATO, A.; VIDAL, M. de F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Relatório técnico, acordo MDA/FAO. In: _____. **Agricultura familiar e reforma agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond,1999.

GUILHOTO, J.; FERNANDO, G. S.; SILVIO, M. I.; CARLOS, R. A. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 355-382, jul./set. 2006.

HANSEN, P. **Um modelo meso-analítico de medição de desempenho competitivo de cadeia produtivas.** 2004. 353 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/9020/000459101.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 out. 2019.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

IBATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M. de (Orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos. EdUFSCar, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2018. 108p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73093>. Acesso em: 27 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica, tipo de prática agrícola e grupos de área total. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880>. Acesso em: 27 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 27 jul. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Classificação dos imóveis rurais**. 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 16 jul. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **O que é modulo rural?** 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/o-que-e-modulo-rural>. Acesso em: 25 out. 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Dados populacionais base de dados do estado – BDEweb**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 30 maio 2019.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **IDH dos municípios paranaenses – Indicadores Sociais**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&istemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic=2%20Indicadores%20Sociais. Acesso em: 30 maio 2019.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Dados de produção agropecuária base de dados do estado –**

BDEweb. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 15 jun. 2019.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Seminário: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

LEONTIEF, W. **A economia do insumo-produto**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, p. 5-19, 2010.

LIMA, J. F.; ALVES, L. R. **Cooperativismo e desenvolvimento rural no Paraná do agronegócio**. Artigo premiado em 3º lugar no IV Prêmio BRDE de Desenvolvimento, Paraná, 2011.

MALAFAIA, G. C.; MACIEL, C. A.; CAMARGO, M. E. Atitudes de coordenação de produtores rurais na cadeia da carne bovina: o caso do Cite 120. In: ENCONTRO DA ANPAD, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006.

MARTHA JUNIOR, G. B. Pesquisa, desenvolvimento e inovação na agropecuária. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 2, 117-119, 2015.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, D. R. G. A. Dados recentes do agronegócio brasileiro. **Revista da UFG**, v. 7, n. 1, p. 18-20, jun. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/49104/24104>. Acesso em: 25 out. 2018.

MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia). **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, n. especial, p. 95-113, 2004.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVA, Paulo Aparecido. Atividades destaques no VBP 2019 por região. **Boletim Informativo – DERAL**, ago. 2020. Disponível em:

http://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/An%C3%A1lise%20Preliminar%20VBP%202019%20Toledo.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

OLIVEIRA, E. R.; RIBEIRO, E. M. Indústria rural, agricultura familiar e desenvolvimento local: o caso da produção de cachaça artesanal em Salinas-Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais...** Diamantina, MG, 2002.

OLIVEIRA, F; CACCIA-BAVA, S.; PAULICS, V.; SPINK, P. **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção. São Paulo: Pólis, 2001. p. 11-31.

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DEVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE - OCDE. **Indicateurs Territoriaux de l'Emploi: le point sur Le développement rural**. Paris: Editionsde OCDE, 1996.

OTANI, M. N.; VEIGA FILHO, A. A.; SOUZA, M. C. M.; BORTOLETO, E. E.; VEIGA, J. E. R.; FREDO, C. E.; MELLO, R. L.; SILVA, J. C. R. Caracterização e estudo da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Lagoinha, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 43-74, 2001.

PANZUTTI, N. P. M. **De que agricultura familiar estamos falando?** São Paulo: Instituto de Economia Agrícola – IEA, 2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=3727>. Acesso em: 30 maio 2019.

PARANÁ. Departamento de Economia Rural – DERAL. **Valores do VBP 2017**. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156>. Acesso em: 30 maio 2019.

PATRIARCA, M. C. S; FRANCIS, D. G. **Uma análise da gestão ou administração das propriedades agrícolas familiares tradicionais e empresariais**. 2003. Disponível em: <http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 20. out. 2018.

PEDROZO, E.; HANSEN, P. Cluster, Filiere, Suply Chain, Redes Flexíveis: Uma Análise Comparativa. In: COLÓQUIO “As Relações Econômicas Franco-Brasileiras / Coloque “*Lés Relations Industrielles Franco-Bresiliennes*”. Grenoble, France: Ecole Supérieure dês Affaires; Université Pierre Mendes, 2001. v. 2. p. 29-30, 2001.

PEREIRA, E. L., NASCIMENTO, J. S. Efeitos do PRONAF sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 139-156, 2014.

PEREIRA, P.; FUNCKE, A.; LIMA, L. Desenvolvimento de cadeias de produção locais e sua inter-relação com a economia global: o caso da banana no Estado do

- Rio de Janeiro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.
- PETINARI, R. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Organização rural familiar da região Noroeste do estado de São Paulo: fato ou ficção? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, 2004. p. 1-14.
- PIFFER, M.; AREND, S. C. A agropecuária e as indústrias tradicionais no desenvolvimento regional paranaense no período de 1970 a 2000. **Informe Gepec**, v. 13, n. 1, p. 107-122, jan./jun. 2009.
- PIRES, M. J. S. **Contradições em processo**: um estudo da estrutura e evolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): 2000 a 2010. Brasília: IPEA, 2013. 66p.
- PLATA, L. E. A.; CONCEIÇÃO, A. V. **O agronegócio brasileiro: análise das principais commodities**. 2012. Disponível em: <<http://www.portal.cps.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/007-workshop-2012/workshop/trabalhos/gestneg/o-agronegocio-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2019.
- PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- PORTER, M. E. **Competição (On competition)**: estratégias competitivas essenciais. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. 2005. 250 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- RIPPEL, R. **Migração, polarização, crescimento e desenvolvimento econômico no Oeste Estado Paraná**: uma análise de 1950 a 2018. Pesquisa em Andamento, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e agronegócio - Relatório parcial. Toledo – PR, 2018.
- RIPPEL, R., ESTANISLAU, P., GOEBEL, M. A. Transformações econômicas e demográficas na microrregião de Toledo: 2000 a 2017. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 9., 2019, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais...** Santa Cruz: UNISC, 2019.
- RIPPEL, V.C.L.; RIPPEL, R.; REIS, T. K. Agricultura Familiar como Instrumento de Fixação do Homem no campo: Um Estudo de Caso em Toledo – 2007/2008. In: VII ECOPAR 2010 – ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 8., 2010, Guarapuava. **Anais do VII ECOPAR**. Guarapuava, 2010.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultura Familiar: elementos teóricos e empíricos. **Revista Agrotrópica**, Itabuna, v. 19, p. 21-30, 2007.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J. M.; DIESEL, V. (Org.). **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países desenvolvidos: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 106-132, 1994.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-192, fev. 2003.

SERVOLIN, C. L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste. In: GERVAIS, M.; SERVOLIN, C.; TAVERNIER, Y. (Ed.). **L'univers politique des paysans dans la France contemporaine**. Paris: Armand Colin, 1972. 653 p.

SILVA, C.P. O. A participação da agricultura familiar na produção agrícola da microrregião de Guarapuava, no Centro-Sul do Paraná. In: SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 19., 2014, Guarapuava. **Anais...** Guarapuava: UNICENTRO, 2014.

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Agricultura familiar no Brasil: características e estratégias da comunidade Cruzeiro dos Martírios – Município de Catalão (GO). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009, p. 1-28.

SILVA, L. **Cadeia produtiva de produtos agrícolas**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo: Departamento de Engenharia Rural, 2005. (Boletim Técnico: MS: 01/05)

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120p.

SLACK, N. **Vantagem competitiva em manufatura**. São Paulo: Atlas, 1993.

SMANIOTTO, M. A. **A modernização conservadora na microrregião Oeste do Paraná (1964-1979)**. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

SOARES, T.; JACOMETTI, M. Strategies that add value in agribusiness segments in Brazil: a descriptive study. **REEN – Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios**, v. 8, n. 3, p. 92-120, 2015.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 223 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STAAZ, J. M. **Notes on the use of subsector analysis as a diagnostic tool for linking industry and agriculture**. Michigan: Michigan State University: Department of Agricultural Economics, 1997.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TALASKA, A.; ETGES, V. E. Estrutura fundiária georreferenciada: implicações para o planejamento e gestão do território rural no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 17, n. 430, p. 425-462, 2013.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. São Paulo: Artmed, 2012.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1991.

VEIGA, J. E. Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 12, n 2, p. 88-105, abr./jun. 1992.

VEIGA, J. E.; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C. M. A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K.; MAGALHÃES R.; JORGE, R. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD). Brasília, 2001. 104 p.

VIEIRA FILHO, J. E. R. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (Eds.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 395-452

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ZYLBERZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Economia e gestão dos negócios agroindustriais**. São Paulo: Pioneira, 2000.

ANEXOS

Anexo A – Principais produtos do VBP 2017 dos municípios da microrregião de Toledo

| Município | VBP R\$ Total | Produtos de origem animal | | | | | | Produtos de origem vegetal | | | | | | % dos produtos de origem vegetal e animal no VBP | |
|---------------------|----------------|--------------------------------|-----|-----------|------------|----------------|----------------|----------------------------|-----------|-----------|------------|----------------|--------------|--|---------------|
| | | Produto | UND | AREA (HA) | PRODUÇÃO | VALOR (R\$) | % VBP | Produto | UND | PRODUÇÃO | ABATE | VALOR (R\$) | % VBP | | |
| Assis Chateaubriand | 924.338.722,67 | Madeira-Lenha | M3 | | 98.600,00 | 2.811.086,00 | 0,30 | Cama de aviário | TON | 63.040 | | | 5.654.057,60 | 0,61 | |
| | | Mandioca Indústria | TON | 2.500 | 70.000,00 | 38.362.800,00 | 4,15 | Frango de corte | KG | 6.909.431 | 41.456.588 | 326.047.773,30 | 35,27 | | |
| | | Milho Safrinha | TON | 68.800 | 426.560,00 | 156.406.755,20 | 16,92 | Leite | MLT | 8.343 | | 10.095.030,00 | 1,09 | | |
| | | Silagem outras | TON | 400 | 24.000,00 | 3.436.320,00 | 0,37 | Suíno (abate) | KG | 34.553 | 99.165 | 40.871.846,40 | 4,42 | | |
| | | Soja | TON | 69.700 | 276.499,91 | 282.768.162,96 | 30,59 | Tilápia | KG | | 7.850.000 | 37.366.000,00 | 4,04 | | |
| | | Total R\$ | | | | | 483.785.124,16 | 52,34 | Total R\$ | | | | | 420.034.707,30 | |
| Diamante do Oeste | 118.813.248,00 | Capineira (alimentação animal) | TON | 1.200 | 20.000,00 | 1.155.400,00 | 0,97 | Bovino gordo (boi) | KG | 37.116 | 2.978 | 7.272.276,00 | 6,12 | | |
| | | Mandioca Indústria | TON | 125 | 2.125,00 | 1.164.585,00 | 0,98 | Frango de corte | KG | 394.544 | 2.367.266 | 18.136.571,73 | 15,26 | | |
| | | Milho Safrinha | TON | 5.000 | 22.350,00 | 8.195.074,50 | 6,90 | Leite | MLT | 7.972 | | 9.645.636,00 | 8,12 | | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 1.400 | 58.100,00 | 7.779.009,00 | 6,55 | Ovos galinha (fecundado) | DZ | 995.018 | | 7.064.627,80 | 5,95 | | |
| | | Soja | TON | 6.100 | 18.666,00 | 19.089.158,22 | 16,07 | Suíno (abate) | KG | 7.600 | 18.500 | 7.459.200,00 | 6,28 | | |
| | | Total R\$ | | | | | 37.383.226,72 | 31,46 | Total R\$ | | | | | | 49.578.311,53 |
| Entre Rios do Oeste | 216.329.513,29 | Feno outros | TON | 300 | 5.100,00 | 2.326.518,00 | 1,08 | Esterco suíno/bovino | TON | 124.400 | | | 7.630.696,00 | 3,53 | |
| | | Milho | TON | 800 | 7.200,00 | 2.584.800,00 | 1,19 | Frango de corte | KG | 295.426 | 1.782.544 | 13.535.926,12 | 6,26 | | |
| | | Milho Safrinha | TON | 4.700 | 29.704,00 | 10.891.565,68 | 5,03 | Leite | MLT | 13.187 | | 15.956.270,00 | 7,38 | | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 1.100 | 66.000,00 | 8.836.740,00 | 4,08 | Suíno (leitão p/ recría) | UNI | | 351.750 | 39.881.415,00 | 18,44 | | |

Continua...

Continuação

| | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------|----------------|---------------------|-----|--------|------------|----------------|-------|--------------------------|-----|-----------|------------|----------------|-------|--------------|
| | | Soja | TON | 4.650 | 17.670,00 | 18.070.578,90 | 8,35 | Suíno (abate) | KG | 145.953 | 218.340 | 89.991.014,40 | 41,60 | |
| | | Total R\$ | | | | 42.710.202,58 | 19,74 | Total R\$ | | | | 166.995.321,52 | 77,19 | 96,94 |
| Formosa do Oeste | 334.206.258,03 | Fumo | TON | 91 | 217,67 | 1.776.681,31 | 0,53 | Frango de corte | KG | 3.460.422 | 20.762.780 | 158.368.104,45 | 47,39 | |
| | | Madeira-Lenha | M3 | | 120.000,00 | 3.421.200,00 | 1,02 | Leite | MLT | 10.431 | | 12.621.510,00 | 3,78 | |
| | | Milho Safrinha | TON | 13.830 | 83.325,75 | 30.553.052,75 | 9,14 | Suíno (leitão p/ recria) | UNI | | 106.741 | 12.102.294,58 | 3,62 | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 180 | 10.800,00 | 1.446.012,00 | 0,43 | Suíno (abate) | KG | 35.276 | 35.000 | 14.112.000,00 | 4,22 | |
| | | Soja | TON | 13.980 | 60.673,20 | 62.048.661,44 | 18,57 | Tilápia | KG | | 1.300.000 | 6.188.000,00 | 1,85 | |
| | | Total R\$ | | | | 99.245.607,50 | 29,70 | Total R\$ | | | | 203.391.909,03 | 60,86 | 90,55 |
| Guaira | 270.348.315,14 | Madeira-Lenha | M3 | | 85.000,00 | 2.423.350,00 | 0,90 | Galinha recria | CAB | | 179.824 | 3.535.339,84 | 1,31 | |
| | | Mandioca Indústria | TON | 650 | 14.950,00 | 8.193.198,00 | 3,03 | Leite | MLT | 8.052 | | 9.742.920,00 | 3,60 | |
| | | Milho Safrinha | TON | 32.900 | 197.400,00 | 72.380.658,00 | 26,77 | Ovos galinha (fecundado) | DZ | 2.489.349 | | 17.674.377,90 | 6,54 | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 200 | 12.000,00 | 1.606.680,00 | 0,59 | Pescado água doce | KG | | 780.000 | 5.608.200,00 | 2,07 | |
| | | Soja | TON | 33.330 | 119.988,00 | 122.708.127,96 | 45,39 | Suíno (abate) | KG | 2.666 | 8.000 | 3.225.600,00 | 1,19 | |
| | | Total R\$ | | | | 207.312.013,96 | 76,68 | Total R\$ | | | | 39.786.437,74 | 14,72 | 91,40 |
| Iracema do Oeste | 84.342.895,90 | Madeira-Lenha | M3 | | 29.000,00 | 826.790,00 | 0,98 | Frango de corte | KG | 320.822 | 1.924.936 | 15.008.725,99 | 17,79 | |
| | | Milho Safrinha | TON | 6.210 | 37.570,50 | 13.775.975,24 | 16,33 | Galinha recria | CAB | | 236.514 | 4.649.865,24 | 5,51 | |
| | | Soja | TON | 6.950 | 29.190,00 | 29.851.737,30 | 35,39 | Ovos galinha (fecundado) | DZ | 949.470 | | 6.741.237,00 | 7,99 | |
| | | Trigo | TON | 300 | 630,00 | 355.635,00 | 0,42 | Suíno (abate) | KG | 4.033 | 12.100 | 4.987.136,00 | 5,91 | |
| | | Vassoura (Seca) | TON | 30 | 300,00 | 1.311.000,00 | 1,55 | Tilápia | KG | | 550.000 | 2.618.000,00 | 3,10 | |
| | | | | | | | | | | | | | | |

Continua...

Continuação

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|----------------|---------------------|-----|----------------|------------|----------------|-------|--------------------------|--------------------------|-----------|------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| | | Total R\$ | | | | | | 46.121.137,54 | 54,68 | Total R\$ | | | | 34.004.964,23 | 40,32 | 95,00 |
| Jesuítas | 317.392.597,29 | Atemoia | | | | | | | Frango de corte | KG | 2.508.616 | 15.051.700 | 114.806.841,75 | 36,17 | | |
| | | | TON | 50 | 1.120,00 | 6.776.000,00 | 2,13 | | Leite | MLT | 9.117 | | 11.031.570,00 | 3,48 | | |
| | | Café | TON | 500 | 1.026,00 | 7.007.580,00 | 2,21 | | Ovos galinha (fecundado) | DZ | 1.392.148 | | 9.884.250,80 | 3,11 | | |
| | | Mandioca Indústria | TON | 1.500 | 37.500,00 | 20.551.500,00 | 6,48 | | Suíno (leitão p/ recria) | UNI | | 109.550 | 12.420.779,00 | 3,91 | | |
| | | Milho Safrinha | TON | 10.000 | 61.000,00 | 22.366.870,00 | 7,05 | | Suíno (abate) | KG | 33.572 | 27.600 | 11.375.616,00 | 3,58 | | |
| | | Soja | TON | 12.850 | 53.970,00 | 55.193.499,90 | 17,39 | | Total R\$ | | Total R\$ | | 159.519.057,55 | 50,26 | 85,51 | |
| | | Total R\$ | | | | | | 111.895.449,90 | 35,25 | Total R\$ | | | | 159.519.057,55 | 50,26 | 85,51 |
| Marechal Cândido Rondon | 954.103.660,41 | Mandioca Indústria | TON | 800 | 20.000,00 | 10.960.800,00 | 1,15 | Esterco suíno/bovino | TON | 297.760 | | | 18.264.598,40 | 1,91 | | |
| | | Milho | TON | 2.900 | 26.100,00 | 9.369.900,00 | 0,98 | Frango de corte | KG | 3.840.684 | 23.044.108 | 174.206.543,25 | 18,26 | | | |
| | | Milho Safrinha | TON | 25.200 | 158.760,00 | 58.212.529,20 | 6,10 | Leite | MLT | 96.841 | | 117.177.610,00 | 12,28 | | | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 9.000 | 540.000,00 | 72.300.600,00 | 7,58 | Suíno (leitão p/ recria) | UNI | | 769.756 | 87.274.935,28 | 9,15 | | | |
| | | Soja | TON | 30.300 | 114.170,40 | 116.758.642,97 | 12,24 | Suíno (abate) | KG | 334.091 | 514.916 | 212.227.778,56 | 22,24 | | | |
| | | Total R\$ | | 267.602.472,17 | | | | | | 28,05 | Total R\$ | | | | 609.151.465,49 | 63,85 |
| Maripá | 435.370.814,06 | Mandioca Indústria | TON | 170 | 4.420,00 | 2.422.336,80 | 0,56 | Esterco suíno/bovino | TON | 72.740 | | | 4.461.871,60 | 1,02 | | |
| | | Milho Safrinha | TON | 20.900 | 131.670,00 | 48.279.438,90 | 11,09 | Frango de corte | KG | 2.145.157 | 12.870.946 | 101.227.416,10 | 23,25 | | | |
| | | Orquídea | UNI | | 97.800,00 | 2.890.968,00 | 0,66 | Leite | MLT | 16.339 | | 19.770.190,00 | 4,54 | | | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 1.800 | 117.000,00 | 15.665.130,00 | 3,60 | Suíno (abate) | KG | 84.095 | 231.956 | 96.642.147,84 | 22,20 | | | |
| | | Soja | TON | 22.380 | 91.534,20 | 93.609.280,31 | 21,50 | Tilápia | KG | | 7.224.000 | 34.386.240,00 | 7,90 | | | |
| | | Total R\$ | | 162.867.154,01 | | | | | | 37,41 | Total R\$ | | | | 256.487.865,54 | 58,91 |

Continua...

Continuação

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------|----------------|---------------------|-----|--------|-----------|---------------|----------------|--------------------------|-----------|-----------|------------|----------------|-------|--------------|
| Mercedes | 184.009.878,14 | Fumo | TON | 106 | 252,07 | 2.057.463,40 | 1,12 | Bovino (boi gordo) | KG | 12.866 | 2.367 | 5.254.740,00 | 2,86 | 90,40 |
| | | Mandioca Indústria | TON | 314 | 8.164,00 | 4.474.198,56 | 2,43 | Frango de corte | KG | 1.284.701 | 7.708.209 | 59.578.289,00 | 32,38 | |
| | | Milho Safrinha | TON | 8.200 | 52.480,00 | 19.242.841,60 | 10,46 | Leite | MLT | 13.389 | | 16.200.690,00 | 8,80 | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 800 | 48.000,00 | 6.426.720,00 | 3,49 | Suíno (leitão p/ recria) | UNI | | 77.390 | 8.774.478,20 | 4,77 | |
| | | Soja | TON | 6.900 | 25.668,00 | 26.249.893,56 | 14,27 | Suíno (abate) | KG | 30.692 | 43.861 | 18.077.749,76 | 9,82 | |
| | | Total R\$ | | | | | 58.451.117,12 | 31,77 | Total R\$ | | | | | |
| Nova Santa Rosa | 492.828.628,23 | Feno outros | TON | 650 | 16.000,00 | 7.298.880,00 | 1,48 | Frango de corte | KG | 1.880.072 | 11.280.437 | 86.423.940,03 | 17,54 | 94,28 |
| | | Mandioca Indústria | TON | 250 | 8.750,00 | 4.795.350,00 | 0,97 | Leite | MLT | 23.790 | | 28.785.900,00 | 5,84 | |
| | | Milho Safrinha | TON | 13.900 | 88.960,00 | 32.618.963,20 | 6,62 | Suíno (leitão p/ recria) | UNI | | 278.588 | 31.586.307,44 | 6,41 | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 1.000 | 60.000,00 | 8.033.400,00 | 1,63 | Suíno (abate) | KG | 210.626 | 456.888 | 184.217.241,60 | 37,38 | |
| | | Soja | TON | 13.510 | 56.742,00 | 58.028.341,14 | 11,77 | Tilápia | KG | | 4.800.000 | 22.848.000,00 | 4,64 | |
| | | Total R\$ | | | | | 110.774.934,34 | 22,48 | Total R\$ | | | | | |
| Ouro Verde do Oeste | 245.245.833,76 | Madeira-Lenha | M3 | | 68.000,00 | 1.938.680,00 | 0,79 | Frango de corte | KG | 861.299 | 5.167.797 | 38.541.430,03 | 15,72 | 78,73 |
| | | Milho | TON | 600 | 5.640,00 | 2.024.760,00 | 0,83 | Leite | MLT | 7.960 | | 9.631.600,00 | 3,93 | |
| | | Milho Safrinha | TON | 9.000 | 54.000,00 | 19.800.180,00 | 8,07 | Suíno fêmea reprodução | CAB | | 23.935 | 16.110.648,50 | 6,57 | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 550 | 33.000,00 | 4.418.370,00 | 1,80 | Suíno (leitão p/ recria) | UNI | | 154.832 | 17.554.852,16 | 7,16 | |
| | | Soja | TON | 12.400 | 48.360,00 | 49.456.321,20 | 20,17 | Suíno (abate) | KG | 64.450 | 81.557 | 33.614.533,12 | 13,71 | |
| | | Total R\$ | | | | | 77.638.311,20 | 31,66 | Total R\$ | | | | | |

Continua...

Continuação

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------|----------------|---------------------|-----|--------|------------|----------------|----------------|-----------------------------|-----------|-----------|------------|----------------|-------|--------------|----------------|-------|
| Palotina | 864.945.474,31 | Mandioca Indústria | TON | 200 | 5.400,00 | 2.959.416,00 | 0,34 | Frango de corte | KG | 6.825.221 | 40.951.328 | 322.074.004,45 | 37,24 | 89,70 | | |
| | | Milho | TON | 800 | 8.000,00 | 2.872.000,00 | 0,33 | Ovos galinha (Fecundado) | DZ | 4.375.540 | | 31.066.334,00 | 3,59 | | | |
| | | Milho Safrinha | TON | 44.800 | 282.240,00 | 103.488.940,80 | 11,96 | Pintinho < 1 semana (corte) | CAB | | 60.099.600 | 54.690.636,00 | 6,32 | | | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 700 | 42.000,00 | 5.623.380,00 | 0,65 | Suíno (abate) | KG | 57.021 | 83.219 | 33.553.900,80 | 3,88 | | | |
| | | Soja | TON | 44.800 | 183.680,00 | 187.844.025,60 | 21,72 | Tilápia | KG | | 6.650.000 | 31.654.000,00 | 3,66 | | | |
| | | Total R\$ | | | | | 302.787.762,40 | 35,01 | Total R\$ | | | | | | 473.038.875,25 | 54,69 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pato Bragado | 209.227.077,89 | Feno outros | TON | 200 | 5.000,00 | 2.280.900,00 | 1,09 | Esterco suíno/bovino | TON | 66.220 | | 4.061.934,80 | 1,94 | 91,99 | | |
| | | Milho | TON | 900 | 8.100,00 | 2.907.900,00 | 1,39 | Frango de corte | KG | 1.091.215 | 6.547.290 | 49.939.454,48 | 23,87 | | | |
| | | Milho Safrinha | TON | 4.965 | 29.790,00 | 10.923.099,30 | 5,22 | Leite | MLT | 20.059 | | 24.271.390,00 | 11,60 | | | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 500 | 30.000,00 | 4.016.700,00 | 1,92 | Suíno (leitão p/ recria) | UNI | | 107.056 | 12.138.009,28 | 5,80 | | | |
| | | Soja | TON | 4.290 | 15.100,80 | 15.443.135,14 | 7,38 | Suíno (abate) | KG | 76.068 | 161.317 | 66.488.414,72 | 31,78 | | | |
| | | Total R\$ | | | | | 35.571.734,44 | 17,00 | Total R\$ | | | | | | 156.899.203,28 | 74,99 |
| Quatro Pontes | 251.441.688,60 | Feno outros | TON | 300 | 6.000,00 | 2.737.080,00 | 1,09 | Frango de corte | KG | 753.336 | 4.520.020 | 34.323.223,87 | 13,65 | 93,50 | | |
| | | Milho | TON | 750 | 7.350,00 | 2.638.650,00 | 1,05 | Leite | MLT | 18.910 | | 22.881.100,00 | 9,10 | | | |
| | | Milho Safrinha | TON | 7.600 | 45.600,00 | 16.720.152,00 | 6,65 | Suíno (leitão p/ recria) | UNI | | 286.000 | 32.426.680,00 | 12,90 | | | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 3.100 | 186.000,00 | 24.903.540,00 | 9,90 | Suíno (abate) | KG | 101.594 | 126.082 | 51.965.957,12 | 20,67 | | | |
| | | Soja | TON | 8.500 | 34.765,00 | 35.553.122,55 | 14,14 | Tilápia | KG | | 2.300.000 | 10.948.000,00 | 4,35 | | | |
| | | Total R\$ | | | | | 82.552.544,55 | 32,83 | Total R\$ | | | | | | 152.544.960,99 | 60,67 |
| Santa Helena | 870.300.252,87 | Fumo | TON | 233 | 556,40 | 4.541.487,03 | 0,52 | Frango de corte | KG | 4.881.641 | 29.289.848 | 218.443.686,38 | 25,10 | | | |

Continua...

Continuação

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|----------------|------------------------|-----|--------|------------|----------------|---------------|--------------------------------|-----------|------------|------------|----------------|---------------|--------------|
| | | Mandioca Indústria | TON | 500 | 13.000,00 | 7.124.520,00 | 0,82 | Leite | MLT | 41.895 | | 50.692.950,00 | 5,82 | |
| | | Milho Safrinha | TON | 26.000 | 148.200,00 | 54.340.494,00 | 6,24 | Ovos galinha (fecundado) | DZ | 10.322.676 | | 73.290.999,60 | 8,42 | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 3.200 | 208.000,00 | 27.849.120,00 | 3,20 | Pintinho < 1 semana (corte) | CAB | | 85.896.624 | 78.165.927,84 | 8,98 | |
| | | Soja | TON | 27.500 | 85.250,00 | 87.182.617,50 | 10,02 | Suíno (abate) | KG | 165.304 | 394.281 | 162.506.856,96 | 18,67 | |
| | | Total R\$ | | | | 181.038.238,53 | 20,80 | Total R\$ | | | | 583.100.420,78 | 67,00 | 87,80 |
| São José das Palmeiras | 113.217.096,84 | Feno outros | TON | 380 | 7.600,00 | 3.466.968,00 | 3,06 | Bovino (boi gordo) | KG | 24.773 | 2.142 | 4.854.307,50 | 4,29 | |
| | | Mandioca Indústria | TON | 400 | 10.000,00 | 5.480.400,00 | 4,84 | Frango de corte | KG | 190.095 | 1.140.573 | 8.699.720,56 | 7,68 | |
| | | Milho Safrinha | TON | 3.000 | 18.000,00 | 6.600.060,00 | 5,83 | Galinha recria | CAB | | 570.288 | 11.211.862,08 | 9,90 | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 1.200 | 72.000,00 | 9.640.080,00 | 8,51 | Leite | MLT | 3.099 | | 3.749.790,00 | 3,31 | |
| | | Soja | TON | 2.350 | 8.695,00 | 8.892.115,65 | 7,85 | Suíno (abate) | KG | 19.769 | 51.600 | 21.267.456,00 | 18,78 | |
| | | Total R\$ | | | | | 34.079.623,65 | 30,10 | Total R\$ | | | | 49.783.136,14 | 43,97 |
| São Pedro do Iguaçu | 198.738.587,22 | Mandioca Indústria | TON | 150 | 4.500,00 | 2.466.180,00 | 1,24 | Frango de corte | KG | 254.476 | 1.526.861 | 11.646.132,28 | 5,86 | |
| | | Milho Safrinha | TON | 6.200 | 29.760,00 | 10.912.099,20 | 5,49 | Leite | MLT | 13.478 | | 16.308.380,00 | 8,21 | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 600 | 36.000,00 | 4.820.040,00 | 2,43 | Suína fêmea reprodução | CAB | | 17.612 | 11.854.637,20 | 5,96 | |
| | | Soja | TON | 14.000 | 55.524,00 | 56.782.729,08 | 28,57 | Suíno (leitão p/ recria) | UNI | | 116.658 | 13.226.684,04 | 6,66 | |
| | | Trigo | TON | 3.000 | 5.205,00 | 2.938.222,50 | 1,48 | Suíno (abate) | KG | 57.199 | 87.650 | 36.125.824,00 | 18,18 | |
| | | Total R\$ | | | | | 77.919.270,78 | 39,21 | Total R\$ | | | | 89.161.657,52 | 44,86 |
| Terra Roxa | 438.270.649,57 | Madeira- Lenha | M3 | | 146.800,00 | 4.185.268,00 | 0,95 | Bovino (boi gordo) | KG | 22.729 | 2.380 | 5.283.600,00 | 1,21 | |
| | | Mandioca Indústria | TON | 500 | 15.000,00 | 8.220.600,00 | 1,88 | Frango de corte | KG | 1.160.400 | 6.962.403 | 54.757.907,11 | 12,49 | |

Continua...

Continuação

| | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|-------------------------|---------------------|-----|------------------------|------------|-------------------------|--------------|-----------------------------|-------|------------------------|------------|-------------------------|--------------|------------------|
| | | Milho Safrinha | TON | 51.580 | 283.689,97 | 104.020.601,30 | 23,73 | Leite | MLT | 17.843 | | 21.590.030,00 | 4,93 | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 700 | 42.000,00 | 5.623.380,00 | 1,28 | Suíno (abate) | KG | 4.789 | 14.368 | 5.921.914,88 | 1,35 | |
| | | Soja | TON | 52.325 | 183.137,50 | 187.289.227,13 | 42,73 | Tilápia | KG | | 2.850.000 | 13.566.000,00 | 3,10 | |
| | | | | Total R\$ | | 309.339.076,43 | 70,58 | | | Total R\$ | | 101.119.451,99 | 23,07 | 93,65 |
| Toledo | 2.162.263.535,01 | Feno outros | TON | 800 | 16.000,00 | 7.298.880,00 | 0,34 | Frango de corte | KG | 8.931.815 | 53.590.888 | 399.680.842,70 | 18,48 | |
| | | Milho | TON | 1.500 | 15.750,00 | 5.654.250,00 | 0,26 | Leite | MLT | 89.030 | | 107.726.300,00 | 4,98 | |
| | | Milho Safrinha | TON | 64.500 | 343.785,00 | 126.055.645,95 | 5,83 | Pintinho < 1 semana (corte) | CAB | | 99.445.304 | 90.495.226,64 | 4,19 | |
| | | Silagem milho/sorgo | TON | 3.000 | 180.000,00 | 24.100.200,00 | 1,11 | Suíno (leitão p/ recria) | UNI | | 1.192.464 | 135.201.568,32 | 6,25 | |
| | | Soja | TON | 69.400 | 284.540,00 | 290.990.521,80 | 13,46 | Suíno (abate) | KG | 833.962 | 1.683.915 | 671.410.588,80 | 31,05 | |
| | | | | | | Total R\$ | | 454.099.497,75 | 21,00 | | | Total R\$ | | 1.404.514.526,46 |
| Tupãssi | 311.944.971,21 | Feijão safra seca | TON | 250 | 425,00 | 965.952,75 | 0,31 | Frango de corte | KG | 1.841.100 | 11.046.601 | 83.508.989,58 | 26,77 | |
| | | Mandioca Indústria | TON | 50 | 1.500,00 | 822.060,00 | 0,26 | Leite | MLT | 6.221 | | 7.527.410,00 | 2,41 | |
| | | Milho | TON | 650 | 7.247,50 | 2.601.852,50 | 0,83 | Suíno (leitão p/ recria) | UNI | | 47.824 | 5.422.285,12 | 1,74 | |
| | | Milho Safrinha | TON | 23.700 | 118.500,00 | 43.450.395,00 | 13,93 | Suíno (abate) | KG | 40.488 | 91.578 | 37.744.788,48 | 12,10 | |
| | | Soja | TON | 23.300 | 97.860,00 | 100.078.486,20 | 32,08 | Tilápia | KG | | 3.000.000 | 14.280.000,00 | 4,58 | |
| | | | | | | Total R\$ | | 147.918.746,45 | 47,42 | | | Total R\$ | | 148.483.473,18 |
| MI | 9.997.679.698,44 | | | Valor Total R\$ | | 3.331.093.246,18 | 33,32 | | | Valor Total R\$ | | 5.674.796.145,36 | 56,76 | 90,08 |

Fonte: Relatório Municipal do VBP 2017. Paraná. Deral, 2020.